

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O SIGNIFICADO DO CURSO DO PRONATEC E A
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DO
JOVEM EGRESSO DO PROGRAMA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lucas Andrade Ananias

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

O SIGNIFICADO DO CURSO DO PRONATEC E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM EGRESSO DO PROGRAMA

Lucas Andrade Ananias

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof. Dra. Nara Vieira Ramos

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ananias, Lucas Andrade

O significado do curso do PRONATEC e a inserção no mercado de trabalho do jovem egresso do programa / Lucas Andrade Ananias.-2015.

136 p. ; 30cm

Orientadora: Nara Vieira Ramos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2015

1. Juventude 2. Políticas Públicas 3. Educação Profissional 4. PRONATEC I. Ramos, Nara Vieira II. Título.

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O SIGNIFICADO DO CURSO DO PRONATEC E A INSERÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM EGRESSO DO PROGRAMA**

elaborada por
Lucas Andrade Ananias

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

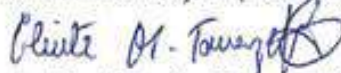
COMISSÃO EXAMINADORA:


Nara Vieira Ramos,

Doutora em Educação
(Presidente/Orientadora)



Gabriel Grabowski,
Doutor em Educação (Feevale)



Elisete Medianeira Tomazetti,
Doutora em Educação (UFSM)



Rosane Carneiro Sarturi,
Doutora em Educação (UFSM)

Santa Maria, 08 de setembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

A Deus, com quem me reencontro todos os dias...

À minha mãe, que nunca deixou de estar ao meu lado...

Ao meu pai, que sempre apoiou e valorizou a minha formação...

Ao meu afilhado Téo Rodrigo...

Ao meu primo Miguel...

À tia Ivone, ao tio Jocemar... Ao meu clã, enfim...

À professora Nara, que me ensinou duas coisas: primeiro que a pesquisa só é válida se for para a vida da gente e segundo que para fazer, é preciso ter perna!

*Às colegas Raquel e Valéria...
Nós éramos o famigerado trio da Nara...*

*E às pessoas especiais que estiveram comigo nesta incrível jornada:
Aline, Ananda, Bruna, Ethiana, Fernanda, Giordana, Rebeca, et. al.*

(não necessariamente nesta ordem)

*A pólvora permaneceu tão inofensiva como areia
porque nenhum fogo se aproximou dela para fazê-la explodir...
(Emily Brontë)*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

O SIGNIFICADO DO CURSO DO PRONATEC E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM EGRESSO DO PROGRAMA

AUTOR: LUCAS ANDRADE ANANIAS

ORIENTADORA: PROF. DRA. NARA VIEIRA RAMOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 08 de setembro de 2015.

Este trabalho situa-se na Linha de Pesquisa “Práticas Escolares e Políticas Públicas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Ao focar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), debruça-se no problema: “Quais os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho?”. Esta investigação científica teve como objetivo geral analisar os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Foram objetivos específicos: Identificar o perfil dos jovens egressos dos cursos do PRONATEC; Verificar a avaliação dos jovens em relação aos cursos ofertados pelo PRONATEC; Buscar o impacto do PRONATEC na vida dos jovens egressos do programa. O fenômeno foi analisado quanti/qualitativamente através da análise de 415 fichas de matrícula de jovens egressos de cinco cursos de Formação Inicial Continuada do PRONATEC de uma instituição do Sistema S do município de Santa Maria – RS. As fichas de matrícula apresentaram informações como sexo, estado civil, etnia, escolaridade e situação ocupacional dos jovens. Também foram realizadas entrevistas com 8 jovens, nas quais se discutiram questões como juventudes, educação, trabalho, os pontos fortes e os pontos fracos do curso do PRONATEC e a contribuição do curso em relação à qualificação profissional. O referencial teórico e a análise dos dados foram baseados em estudos de autores como Abramo (1997, 2005), Carrano (2010), Cassiolato e Garcia (2014), Corrochano (2008, 2013, 2014), Faleiros (2006), Gonzalez (2009), Leite (2003), Melucci (1997), Sposito e Carrano (2003), entre outros. Entre os achados, verificou-se que os jovens buscam no curso do PRONATEC uma possibilidade de rápida inserção no mercado de trabalho; a importância da certificação, ainda que esta não seja garantia de emprego; a constatação de que a formação nestes cursos permanecem voltadas ao desenvolvimento de atividades pontuais sem desenvolver no jovem a construção de um pensamento crítico; e a necessidade de ofertar cursos que considerem as demandas tanto dos jovens quanto da economia local.

Palavras-chave: Juventude, Políticas Públicas, Educação Profissional, PRONATEC.

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Education Post Graduation Program
Federal University of Santa Maria

THE MEANING OF PRONATEC COURSE AND THE INTEGRATION OF YOUNG PEOPLE GRADUATES INTO THE LABOR MARKET

AUTHOR: LUCAS ANDRADE ANANIAS

ADVISER: PROF. DRA. NARA VIEIRA RAMOS

Defense place and date: Santa Maria, September 08th, 2015.

This work is located in the Research Line "School Practice and Public Policy" of the Education Post Graduation Program of the Federal University of Santa Maria. By focusing on the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC), it reflects the problem: "Which are the impacts of PRONATEC in life and integration of young people into the labor market?". This scientific investigation had as general objective analyze the impacts of PRONATEC in life and integration of young people into the labor market. Specific objectives: To identify the profile of young people graduates of PRONATEC courses; To check the evaluation of young people in relation to courses offered by PRONATEC; To search the impact of PRONATEC in the lives of young people graduates of the program. The phenomenon was analyzed quantitative/qualitative by the analyze of 415 registration files of young people graduates of five Continuing Initial Training courses of PRONATEC in a System S institution of the city of Santa Maria – RS. The registration files submitted information such as gender, marital status, ethnicity, educational level and occupational status of young people. Also an interview with 8 young people in which they discussed issues such as youth, education, labor, the strengths and weaknesses of the course and the PRONATEC contribution in the professional qualification. The theoretical analysis and data analysis were based on studies of authors such as Abramo (1997, 2005), Carrano (2010), Cassiolato and Garcia (2014), Corrochano (2008, 2013, 2014), Faleiros (2006), Gonzalez (2009), Leite (2003), Melucci (1997), Sposito and Carrano (2003), among others. Some findings: it was found that young people seek in the course of PRONATEC a possibility of rapid integration in the labor market; the importance of the certification, although this is not a guarantee of employment; the fact that training in these courses are still focused on the development of specific activities without developing in the young people the construction of critical thinking; and the necessity to offer courses that consider the needs of young people and the local economy.

Keywords: Youth, Public Policies, Professional Education, PRONATEC.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os jovens sujeitos da pesquisa	26
Quadro 2 – Jovens por sexo em cada curso	63
Quadro 3 – Jovens por escolaridade em cada curso	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Jovens por sexo	62
Gráfico 2 – Jovens por estado civil	64
Gráfico 3 – Jovens por etnia	65
Gráfico 4 – Jovens por escolaridade	66
Gráfico 5 – Jovens por município	69
Gráfico 6 – Jovens nas regiões do município de Santa Maria – RS	70
Gráfico 7 – Jovens por situação ocupacional	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DPJ – Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
e-TEC – Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à Distância
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIC – Formação Inicial Continuada
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GEPIJUF – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias, Juventudes e Suas Famílias
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PBF – Programa Bolsa Família
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNE – Plano Nacional de Educação
PNJ – Política Nacional de Juventude

PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social de Transporte
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	21
2.1 A definição dos sujeitos de pesquisa	22
2.2 Procedimentos	26
2.3 Instrumentos de coleta de dados	28
2.4 A análise dos dados	29
2.5 Questões norteadoras	30
2.6 Cuidados éticos da pesquisa	30
3 REFERENCIAL TEÓRICO	33
3.1 Juventude no plural	33
3.2 Políticas públicas voltadas à educação profissional e ao trabalho	38
3.3 A educação profissional e o PRONATEC	47
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	59
4.1 O levantamento de dados através das fichas de matrícula	59
4.1.1 <i>Jovens do PRONATEC: Quem são?</i>	61
4.1.2 <i>Jovens do PRONATEC: De onde eles vêm?</i>	68
4.1.3 <i>Jovens do PRONATEC: A situação ocupacional</i>	71
4.2 O que os jovens têm a dizer?	74
4.2.1 <i>O perfil dos jovens entrevistados</i>	74
4.2.2 <i>Juventudes, educação e trabalho</i>	76
4.2.3 <i>Do Programa Bolsa Família ao PRONATEC</i>	87
4.2.4 <i>Avaliação e problematização sobre os cursos</i>	95
4.2.5 <i>O acesso ao emprego a partir do PRONATEC</i>	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
6 REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	127

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) surge em outubro de 2011 através da Lei Nº 12.513 (BRASIL, 2011) permeado por um discurso de educação de qualidade, com vistas ao ingresso no mercado de trabalho. Desde a sua criação, o PRONATEC tem estado em evidência nos mais diversos espaços, com muita informação sendo dissipada através dos meios de comunicação sobre a oferta de cursos e condicionalidades para o ingresso. Porém, há uma carência de informações sobre a avaliação e os impactos do programa a partir do olhar de seu público-alvo, desde o ingresso até a posterior inserção no mercado de trabalho.

Eleger o jovem como sujeito de pesquisa implica em refletir acerca de um público heterogêneo, que se constitui a partir de múltiplos espaços de socialização, que apresenta uma diversidade de modos de ser jovem em diferentes contextos, onde a educação e o trabalho se fazem presentes nas vivências juvenis. Estabelecer uma relação entre educação e trabalho, considerando as transformações ocorridas nos últimos anos no que se refere à formação escolar e à inserção no mercado de trabalho, se mostra necessária, devendo ser ampliada a discussão sobre estas questões que fazem parte da vida de uma camada considerável de jovens no país.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que o Ensino Médio no Brasil conta com 8.357.675 alunos matriculados, estando 85,9% no ensino público estadual, 1,2% no ensino público federal, 1,1% no ensino municipal e 11,8% no ensino privado. Com relação ao número de matrículas na educação profissional, houve um crescimento de 74,6% entre os anos de 2007 e 2012, confirmando uma trajetória de expansão desta modalidade no país (BRASIL, 2013d).

De acordo com o Censo de 2010, a população do estado do Rio Grande do Sul corresponde a 10.693.929 habitantes, dos quais 2.640.339 (24,69%) são jovens entre 15 e 29 anos. Estima-se que para o ano de 2014 a população do estado corresponda a 11.207.274 habitantes. No município de Santa Maria, localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul, a população é de 261.031 habitantes, dos quais 69.423 (26,59%) são jovens entre 15 e 29 anos, estando

28.656 (41,28%) destes frequentando a escola. A estimativa é de que em 2014 a população do município corresponda a 274.838 habitantes. Na oferta do Ensino Médio, o município de Santa Maria conta com 36 escolas (23 escolas públicas estaduais, 3 federais e 10 privadas), totalizando 10.284 matrículas (BRASIL, 2010a).

Se considerar que a educação e o trabalho são direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2012) e que a educação profissional está amparada pelo que traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) –, é possível pensar em uma articulação entre estes dois direitos cidadãos quando um programa como o PRONATEC surge para atender a uma parcela da população que não está frequentando a escola, que não se encontra inserida no mercado de trabalho, ou ambos. A confirmação do Censo Escolar de 2012 sobre a expansão de matrículas na educação profissional evidencia que há uma grande parcela de público se beneficiando das ações desenvolvidas nesta modalidade (BRASIL, 2013d).

Tendo em vista estes dados, realizou-se esta pesquisa em uma instituição ofertante do curso do PRONATEC no município de Santa Maria, a qual buscou preencher uma lacuna ao procurar conhecer o público jovem que, matriculado ou não na rede regular de ensino, realizou cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) através do programa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa quanti/qualitativa, efetivada através de um Estudo de Caso, debruçando-se no seguinte problema: ***Quais os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho?***

A concepção deste problema de pesquisa iniciou-se quando, no ano de 2012, trabalhei enquanto funcionário efetivo junto a um dos cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Lages, localizado no sul do estado de Santa Catarina, desenvolvendo ações na esfera da prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidades e de violação de direitos, bem como na promoção de cidadania a partir de políticas públicas que garantissem a convivência familiar e comunitária, conforme o previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Durante a realização deste trabalho, atuei como profissional de referência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), na modalidade PROJOVEM Adolescente, auxiliando no planejamento e na execução das atividades do programa junto à orientadora social. Essa modalidade do PROJOVEM, voltada ao público na faixa etária compreendida entre 15 e 17 anos, se destinava a jovens

residentes em territórios de vulnerabilidade social, beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Para participar, o jovem precisava estar incluído na escola e comprovar frequência igual ou superior a 75% em sala de aula, condicionalidade para o recebimento de um benefício variável complementar ao Bolsa Família, além de participar das atividades educativas e comunitárias propostas (BRASIL, 2008a).

O anteprojeto de pesquisa apresentado no processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) propunha analisar as relações existentes entre a família, a escola e o CRAS através do discurso de jovens participantes do PROJOVEM Adolescente. Entretanto, com o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da PNAS, que unificou os serviços oferecidos nos CRAS, este formato do PROJOVEM deixou de existir pouco depois de concluído o processo seletivo para o Curso de Mestrado em Educação. Este reordenamento implicou na migração do público-alvo do PROJOVEM aos demais serviços desenvolvidos nos CRAS, que passaram a ser executados de forma integrada, buscando garantir a convivência familiar e comunitária através de ações voltadas às famílias residentes em territórios de vulnerabilidade. Ou seja, os serviços anteriormente organizados em faixas etárias passaram a existir de maneira unificada, ampliando a autonomia dos CRAS na execução dos mesmos, de acordo com a realidade do território para assim desenvolver as suas ações em conformidade com a demanda local e com a realidade do público. Isto permitiu uma flexibilidade na organização dos grupos de trabalho que objetivam prevenir a ocorrência de situações de risco social e vulnerabilidades às famílias referenciadas (BRASIL, 2013a).

Diante desta mudança, foi necessário repensar a pesquisa, que manteve o público jovem como foco de atenção. Nesse sentido, houve um direcionamento ao PRONATEC, pois o mesmo também relaciona questões como protagonismo juvenil, ampliação da escolaridade e acesso ao trabalho formal.

O PRONATEC foi instituído em 16 de outubro de 2011, com a promulgação da Lei Nº 12.513. Trata-se de uma das principais ações produtivas do Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2011). É coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e prevê a oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional, centralizando a correspondência entre oferta e demanda dos cursos e estimulando o retorno ao sistema educacional (FERNANDES, 2014).

Além do MEC, outros ministérios estão envolvidos na execução deste programa. Entre eles, destacam-se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), todos articulados no desenvolvimento do PRONATEC. O MDS orienta através de seu *site* que a rede de assistência social deve mobilizar o público, esclarecer dúvidas e realizar as pré-matrículas dos interessados nos CRAS (BRASIL, 2015b).

Durante a minha experiência profissional em 2012, percebi que muitas pessoas buscavam informações sobre o programa, pois o mesmo fora divulgado de forma ampla através de diversos meios de comunicação, como *folders*, rádio, televisão, redes sociais da *internet*, entre outros. Conquanto não esteja voltado unicamente para o público juvenil, o PRONATEC articula duas temáticas que interessam aos jovens: a educação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Das pré-matrículas realizadas no CRAS, a maioria era de jovens, inclusive de jovens que queriam realizar os cursos do PRONATEC ao mesmo tempo em que concluíam o Ensino Médio e participavam das ações do PROJOVEM. Percebendo esta relação, consegui estabelecer um novo direcionamento da pesquisa sem perder a essência do que me instigava a refletir sobre o trabalho com o público jovem.

Na busca por subsídios para este estudo, procurando informações a partir de Dissertações e Teses, foi verificada a quase inexistência de produção acadêmica sobre o PRONATEC até então. Passaram-se mais de três anos desde a sua criação e quase não se encontravam referências a partir do olhar de seu público e em especial, de jovens egressos, devido ao pouco tempo de existência do programa. Alguns estudos enfocam a administração e a gestão do PRONATEC, como em uma Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, apresentada por Trogiani (2012) à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esta pesquisa se desenvolveu no município de Osasco, região metropolitana do estado de São Paulo, discutindo questões relacionadas à gestão e procurando identificar as causas do baixo índice de adesão do público ao PRONATEC. Nesta pesquisa, o programa era caracterizado como “ainda em maturação, trazendo lacunas próprias de programas em fase inicial de implementação” (p. 48), pois o mesmo fora implementado no ano anterior a este estudo.

Outra Dissertação de Mestrado, defendida por Pinto (2013) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), analisou o programa juntamente com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e com a Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à Distância (e-TEC) a partir das categorias trabalho e empregabilidade. Nesta pesquisa, a autora ressaltou que uma das dificuldades encontradas residiu “no baixo número de fontes primárias que tratam do Sistema e-TEC e do PRONATEC” (p. 17), e que “por se tratar de uma nova proposta, não há muitas produções a respeito e as análises ficam restringidas a poucos documentos” (PINTO, 2013, p. 115), o que foi confirmado durante a elaboração do referencial teórico desta dissertação.

Em janeiro de 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentou o documento *PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional*, o qual apresentou considerações sobre a necessidade de se investir em educação profissional e tecnológica, assim como um histórico de como ocorreu a configuração e a implementação do PRONATEC. Este documento também apresentou alguns dos desafios que o programa deverá enfrentar, como dificuldades operacionais, o elevado índice de evasão, deficiências didático-pedagógicas e a necessidade da adequação de oferta de cursos à demanda (CASSIOLATO; GARCIA, 2014), evidenciando que o PRONATEC se apresenta como um campo a ser pesquisado pela academia em diversos segmentos.

Com relação aos estudos que referenciam as juventudes, existem grupos de pesquisas já consolidados, que produzem conhecimento acadêmico sobre a temática, como o Observatório da Juventude, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias, Juventudes e Suas Famílias (GEPIJUF) da UFSM, onde esta dissertação está inserida, tem se constituído como um espaço de reflexão e pesquisa.

Em relação à educação profissional, pesquisas realizadas por institutos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o INEP fornecem subsídios quantitativos que promovem o desenvolvimento e a problematização desta temática em Artigos, Dissertações e Teses, contribuindo na discussão destas questões em diversos âmbitos, incluindo no que concerne aos estudos de juventudes.

Nas temáticas da tríade juventude, mercado de trabalho e escola, Corrochano e Nakano (2012), trazem a partir da análise de Dissertações e Teses de diversos Programas de Pós-Graduação em Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, que os estudos sobre educação e trabalho são linhas de pesquisa já consolidadas, especialmente a partir das transformações ocorridas no Brasil desde o início década de 1990, influenciando nos estudos de juventudes ao referenciar o jovem trabalhador ou o estudante trabalhador, possibilitando conhecer o trabalho concreto realizado por eles. As autoras, ainda, ponderam que estas temáticas ultrapassam os muros escolares quando se estuda a relação dos jovens com o trabalho.

Nesta direção, uma pesquisa que tenha o PRONATEC, ainda pouco investigado por se tratar de um programa instituído recentemente pelo Governo Federal, como um mediador nos estudos sobre juventudes e educação profissional, vem a somar ao se debruçar no problema “Quais os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho?”. Desta forma, justificou-se o problema proposto, do qual emergiu o objetivo geral: analisar os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Como objetivos específicos: identificar o perfil dos jovens egressos dos cursos do PRONATEC; verificar a avaliação dos jovens em relação aos cursos ofertados pelo PRONATEC; e buscar o impacto do PRONATEC na vida dos jovens egressos do programa.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti/qualitativa que teve como técnica de pesquisa o Estudo de Caso. Como instrumentos de coletas de dados, utilizou-se do levantamento de 415 fichas de matrículas de jovens egressos de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) do PRONATEC em uma instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do município de Santa Maria – RS. Também foram realizadas oito entrevistas com jovens, as quais foram analisadas em consonância com as categorias que emergiram no decorrer da pesquisa.

O referencial teórico está dividido em três tópicos: *Juventude no plural*, que apresenta algumas referências históricas que possibilitam uma reflexão acerca da cultura, projetos de vida e espaços de vivência juvenil; *Políticas públicas voltadas à educação profissional e ao trabalho*, que discute a necessidade de levar em consideração as características e as demandas das juventudes, investindo no público jovem ao se referir às questões de educação e trabalho; e *A educação profissional e o PRONATEC*, que apresenta alguns precedentes do PRONATEC,

seus objetivos, algumas críticas já apontadas ao programa, e o público abrangido pelo mesmo, que propõe ampliar o acesso à educação profissional com vistas à inserção no mercado de trabalho.

A análise e discussão dos dados apresenta o perfil dos jovens egressos, apontando características como sexo, estado civil, etnia, escolaridade, local de origem e situação ocupacional dos jovens. Estes dados foram comparados com as características gerais da população jovem no país (ABRAMO, 2009; BRASIL, 2010a; BRASIL, 2013f). Foram ainda discutidas, a partir das oito entrevistas realizadas com jovens, as categorias: *O perfil dos jovens entrevistados; Juventudes, educação e trabalho; Do Programa Bolsa Família ao PRONATEC; Avaliação e problematização sobre os cursos; e O acesso ao emprego a partir do PRONATEC.*

Esta pesquisa contribuiu ao identificar um perfil dos jovens que realizaram o curso do PRONATEC em uma instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do município de Santa Maria, o qual se apresentou próximo ao constatado em pesquisas realizadas por Abramo (2009), pelo Censo 2010 (BRASIL, 2010a) e pela Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013f). A partir das entrevistas, verificou-se o que os jovens pensam sobre juventudes, educação e trabalho. Os jovens avaliaram o curso e trouxeram, entre os pontos fortes, a importância da certificação e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos instrutores dos cursos, e entre os pontos fracos, a formação voltada à execução pontual de tarefas, que muitas vezes não está adequada à realidade do jovem. Desta forma, percebeu-se a necessidade de que a oferta de cursos aos jovens que vivem do trabalho deve considerar tanto as demandas juvenis quanto as demandas da economia local para que assim, a inserção no mercado de trabalho se apresente de forma efetiva.

2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é uma atividade que permite à ciência a indagação e a construção da realidade, vinculando o pensamento e a ação a partir de problemas relacionados com a vida prática (MINAYO, 2011). Esta investigação científica debruçou-se no seguinte problema: “Quais os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho?”.

Tratou-se de uma pesquisa de abordagem quanti/qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993), a pesquisa quantitativa procura:

[...] trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando os inteligíveis através de variáveis. (p. 247).

A pesquisa quantitativa forneceu dados que, se não utilizados em consonância com um entendimento qualitativo, acabaria por apenas se basear em uma investigação estatística que, presa em resultados objetivos, careceria de uma interpretação capaz de permitir um pensar mais aprofundado acerca do objeto pesquisado, deixando de contribuir na transformação da realidade do campo social.

Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. (MINAYO, 2011, p. 22).

As abordagens quantitativa e qualitativa se complementam, produzindo informações e um maior aprofundamento na interpretação dos significados da análise dos dados coletados, primeiramente, pelos próprios pesquisadores. A pesquisa de abordagem quantitativa tem origens no positivismo, que não aceita uma realidade que não seja observada através de fatos comprovados. As causas do problema não seriam, dessa forma, tarefa da ciência, que procurava uma neutralidade frente ao objeto de estudo.

Sobre a abordagem qualitativa, Minayo e Sanches (1993) compreendem que há uma aproximação entre sujeito e objeto, tornando significativo o conhecimento que vai sendo construído com os dados obtidos no desenvolvimento da pesquisa. A

abordagem qualitativa tem a função de descrever, de compreender e de explicar um fenômeno. Segundo os autores, a palavra é o material primordial desta abordagem, que “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente” (p. 247),

De acordo com Triviños (1987), a abordagem qualitativa tem origens nas práticas desenvolvidas por antropólogos e sociólogos, sendo depois direcionadas às pesquisas realizadas no campo educacional. A pesquisa com enfoque qualitativo surgiu da necessidade de propor “alternativas metodológicas para a pesquisa em educação” (p. 116).

Como procedimento de pesquisa, a técnica utilizada foi o Estudo de Caso. A análise dos dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo das categorias que emergiram no decorrer da pesquisa.

2.1 A definição dos sujeitos de pesquisa

A ideia inicial era realizar 15 entrevistas com jovens egressos dos cinco cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ofertadas em uma instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do município de Santa Maria – RS. Os cursos selecionados seriam aqueles que tivessem o maior número de turmas ofertadas no decorrer do ano de 2013, a saber: Auxiliar Administrativo (14 turmas), Costura (10 turmas), Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (10 turmas), Modelista (9 turmas) e Operador de Computador (9 turmas). Nesta seleção, seria considerada a porcentagem de jovens verificada por sexo, de modo que cada um dos cinco cursos contemplasse três jovens, totalizando os 15 sujeitos. Todavia, no decorrer da localização destes jovens, foi necessária uma redefinição dos sujeitos de pesquisa.

Por ocasião de uma análise preliminar das fichas de matrícula para selecionar os jovens para participar da pesquisa, verificou-se que do montante dos 415 cadastros disponíveis, este número diminuiu para 351, representando 84,58% do total. Isto se atribuiu ao fato de a instituição pesquisada também ter oferecido turmas destes cursos nos municípios de Itaara, São Gabriel e São Pedro do Sul.

Em virtude do tempo necessário para a elaboração desta pesquisa, bem como os recursos disponíveis para a realização da mesma, num primeiro momento, tomou-se como condicionalidade somente a participação do jovem egresso que residisse no município de Santa Maria. Neste caso, os jovens de cursos oferecidos nos municípios de Itaara, São Gabriel e São Pedro do Sul, além de jovens que nas fichas de matrícula assinalaram residir em outros municípios ou que não especificaram o seu município de origem, não seriam considerados. Sendo assim, a partir das 351 fichas de matrícula, manter-se-iam os critérios de seleção dos sujeitos de pesquisa obedecendo às porcentagens referentes ao sexo dos jovens.

Num primeiro momento, a seleção, o contato e a realização de entrevistas com 15 jovens em um contingente de 351 fichas de matrícula disponíveis pareciam ser possíveis. Entretanto, algumas situações acabaram por mudar significativamente o direcionamento desta proposta inicial, exemplificando-se a partir do caso dos cursos de Costura e Modelista. Ao buscar os três jovens egressos do sexo masculino do curso de Costura, na tentativa de conseguir uma entrevista com um destes jovens, de forma a obedecer à porcentagem previamente estabelecida, cada um apresentou uma situação: um jovem não aceitou, outro afirmou não ter concluído e outro não foi localizado. O mesmo se aplicou aos cinco jovens do sexo masculino do curso de Modelista. Destes, dois jovens também tinham matrículas no curso de Costura. Os outros três jovens não foram localizados. Diante disto, a ideia inicial de que se obedecessem às porcentagens de jovens por sexo a partir das fichas de matrícula perdeu o sentido por conta desta dificuldade em contatar os jovens conforme o que fora estabelecido para a seleção nestes dois cursos.

Outra situação que causou dificuldade foi a identificação de 35 cadastros de jovens que apresentavam contatos desatualizados, números telefônicos inexistentes nas fichas de matrícula, causando problemas na localização para realizar o convite para a entrevista. A partir dos 316 contatos remanescentes, percebeu-se não ser possível realizar as 15 entrevistas de acordo com os critérios estabelecidos inicialmente. Então, a proposta se direcionou para a realização de entrevistas com jovens de forma aleatória, de modo a contemplar os cinco cursos de FIC. No entanto, a dificuldade de localização dos jovens persistiu.

Foram realizados 57 contatos telefônicos até a localização dos oito jovens que acabaram participando das entrevistas. Dentre os 49 outros contatos realizados, 15 números de telefone eram inexistentes, 12 jovens não foram localizados, 11

jovens não aceitaram participar, 3 jovens afirmaram não ter concluído o curso, 4 jovens afirmaram estar residindo ou no interior ou em outro município, e 4 jovens aceitaram participar da pesquisa. No entanto, dois destes jovens retornaram a ligação avisando sobre a desistência e dois não compareceram no local combinado para a entrevista. Destes dois jovens que não compareceram, um jovem relatou por contato telefônico ter se esquecido da entrevista e o outro afirmou ter sido chamado para uma entrevista de emprego de última hora. Ambos manifestaram não ter interesse em remarcar um horário para participar da pesquisa.

Quando o contato telefônico era efetuado e a proposta de pesquisa e o convite apresentados surgiam diversas situações como empecilhos para a não contribuição no estudo, dentre as quais se destacam os argumentos de dificuldade de deslocamento até a instituição ofertante do curso ou até a universidade, a falta de tempo em função de compromissos particulares, justificativa de que o curso havia sido realizado “há muito tempo”, ou ainda o pedido de recebimento de uma “bolsa” para participar da pesquisa.

Diante da impossibilidade de este estudo seguir conforme a ideia inicial, e considerando o tempo necessário para a realização das entrevistas e da análise dos dados, bem como o elevado número de tentativas frustradas de localização de jovens no município de Santa Maria através dos contatos disponíveis nas fichas de matrícula, houve a necessidade de repensar os critérios de seleção dos jovens. Desta forma, abriu-se a possibilidade de realizar ao menos uma entrevista via telefone com algum jovem que tivesse realizado o curso em outro município. Também se levou em consideração a justificativa de que o curso foi realizado “há muito tempo”, o que suscitou o interesse em buscar jovens que realizaram o curso em turmas mais recentes. Desta forma, além de entrevistar um jovem egresso de cada um dos cinco cursos de FIC já mencionados, também foram localizados três jovens do curso de Mecânico de Usinagem Convencional realizado no decorrer do ano de 2014. Este foi um dos últimos cursos do PRONATEC oferecido pela instituição pesquisada. Todos os jovens foram selecionados aleatoriamente por meio das fichas de matrícula disponíveis. Os nomes utilizados são fictícios para resguardar a identidade dos sujeitos.

A partir disto, as entrevistas foram realizadas com: uma jovem do curso de Auxiliar Administrativo, 29 anos, solteira, parda, Ensino Médio Completo, desempregada, residente no bairro Tancredo Neves, localizado na Região Oeste do

município de Santa Maria, a qual será designada como Cleci; uma jovem do curso de Costura, 27 anos, solteira, branca, Ensino Médio Completo, desempregada, residente no bairro Nova Santa Marta, localizado na Região Oeste do município de Santa Maria, a qual será designada como Denise; uma jovem do curso de Modelista, 28 anos, casada, branca, Ensino Médio Completo, desempregada, residente no bairro Nossa Senhora do Rosário, localizado na Região Central do município de Santa Maria, a qual será designada como Gláucia; um jovem do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, 25 anos, casado, branco, Ensino Médio Completo, empregado, residente no bairro Chácara das Flores, localizado na Região Norte do município de Santa Maria, o qual será designado como Leonardo; uma jovem do curso de Operador de Computador, 24 anos, solteira, branca, Ensino Médio Completo, desempregada, residente no município de Itaara, tendo em vista que a instituição pesquisada também ofereceu cursos em municípios próximos à sede, a qual será designada como Marivone.

Considerando a dificuldade de disponibilidade de outros jovens de turmas do ano de 2013 para participar da pesquisa, e considerando o fator tempo desde a conclusão do curso até localização dos mesmos, houve a necessidade de contatar mais três jovens para participar das entrevistas. Como critério de seleção destes jovens, determinou-se que os mesmos deveriam ser egressos de cursos cujas atividades se desenvolveram no decorrer do ano de 2014 e, com isto, buscaram-se nas fichas de matrícula do curso de Mecânico de Usinagem Convencional três jovens do sexo masculino. Sobre estes jovens: um jovem de 17 anos, solteiro, branco, Ensino Médio Cursando, em busca do primeiro emprego, residente na Vila Pôr do Sol, uma unidade residencial do bairro Nova Santa Marta, localizado na Região Oeste do município de Santa Maria, o qual será designado como Leandro; um jovem de 23 anos, solteiro, branco, Ensino Superior Cursando, desempregado, residente no bairro Parque Pinheiro Machado, Região Oeste do município de Santa Maria, o qual será designado como Alfreli; e um jovem de 27 anos, solteiro, branco, Ensino Superior Incompleto, desempregado, residente no bairro Nova Santa Marta, Região Oeste do município de Santa Maria, o qual será designado como Wagner.

Verificou-se que sete dos oito entrevistados estão acima dos 23 anos. Enfatizar este dado acerca da faixa etária se faz importante, pois as relações de escolaridade, emprego, inserção no mercado de trabalho, entre outras, diferem de jovens com idade inferior.

Quadro 1: Os jovens sujeitos da pesquisa.

Nome	Curso realizado	Idade	Escolaridade	Situação ocupacional atual
Cleci	Auxiliar Administrativo	29	Ensino Médio Completo	Desempregada
Denise	Costura	27	Ensino Médio Completo	Desempregada
Gláucia	Modelista	28	Ensino Médio Completo	Desempregada
Leonardo	Eletricista	25	Ensino Médio Completo	Empregado
Marivone	Operador de Computador	24	Ensino Médio Completo	Desempregada
Leandro	Mecânico de Usinagem	17	Ensino Médio Cursando	Em Busca do Primeiro Emprego
Alfreli	Mecânico de Usinagem	23	Ensino Superior Cursando	Desempregado
Wagner	Mecânico de Usinagem	27	Ensino Superior Incompleto	Desempregado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos critérios para a seleção dos sujeitos de pesquisa.

O Quadro 1, “Os jovens sujeitos da pesquisa”, sintetiza algumas das características do perfil destes jovens. Estes oito jovens responderam às perguntas do roteiro de entrevista que se encontra no Apêndice C. As entrevistas foram gravadas digitalmente, tendo uma duração média aproximada de quinze minutos cada uma. Os áudios foram transcritos e analisados a partir das categorias que emergiram em consonância com o referencial teórico utilizado nesta pesquisa.

2.2 Procedimentos

Como estratégia da pesquisa, foi utilizado o Estudo de Caso, pois este se adequou melhor às pretensões deste estudo. Os Estudos de Caso partem de alguns pressupostos iniciais, onde são considerados novos elementos que venham a se apresentar na discussão da problemática (TRIVIÑOS, 1987; LÜDKE; ANDRÉ, 2012).

O Estudo de Caso se desenvolve a partir de três fases que se superpõem no decorrer da pesquisa, não sendo fácil estabelecer seus limites. São elas: uma fase exploratória, que procura definir mais precisamente o objeto de estudo a partir da explicitação de determinados pontos relevantes para o delinear da pesquisa através do exame da literatura, observações, depoimentos, contatos com documentos e com

pessoas ligadas ao fenômeno estudado; uma fase mais sistemática em termos de coleta de dados, que procura integrar e analisar as primeiras informações obtidas; e a elaboração do relatório, preparado com base na análise dos dados registrados a partir da permanência do observador em campo, observações realizadas e/ou transcrição de entrevistas (LÜDKE; ANDRÉ, 2012).

Uma questão relevante acerca do Estudo de Caso recai sobre a necessidade de compreender que um caso representa uma determinada população em um determinado contexto, e que a possibilidade de generalização se torna um fator de menor relevância. A preocupação da pesquisa é “a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada” (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, p. 21).

São características do Estudo de Caso:

- 1) Os estudos de caso visam à descoberta;
- 2) Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”;
- 3) Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda;
- 4) Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação;
- 5) Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas;
- 6) Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social;
- 7) Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, pp. 18-20).

Estas características atentam à preocupação da pesquisa em reconhecer a complexidade do problema apresentado. A construção do conhecimento se desenvolve constantemente, tomando o objeto de estudo em um determinado contexto de forma a percebê-lo em sua completude. Esta pesquisa procurou descrever com profundidade e particularidade um fenômeno social específico, o qual pode servir de parâmetro para pesquisas posteriores.

Caracterizou-se enquanto uma estatística simples, não estando inclinado unicamente à quantificação de informações, pois o seu caráter qualitativo procurou analisar seu objeto considerando que “a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto” (TRIVIÑOS, 1987, p. 134).

Para Severino (2007) o Estudo de Caso se concentra em um caso particular, que deve ser representativo, de forma a:

[...] fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados. (SEVERINO, 2007, p. 121).

Assim, tornou-se necessário ter clareza e precisão nas informações obtidas para que a realidade fosse retratada de forma que o estudo contribuísse para a resolução de problemas semelhantes ao caso estudado.

2.3 Instrumentos de coleta de dados

Foi realizado um levantamento dos dados das 415 fichas de matrícula de jovens egressos dos cinco cursos do PRONATEC de maior número de turmas ofertadas no decorrer do ano de 2013 em uma instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do município de Santa Maria – RS. Destes, cinco jovens foram convidados aleatoriamente a participar de uma entrevista realizada a partir de um roteiro pré-estabelecido. Outros três jovens, também selecionados aleatoriamente, foram localizados em turmas do PRONATEC ofertadas no decorrer do ano de 2014.

Minayo (2011) considera a entrevista um dos principais instrumentos de coleta de dados, sendo o mais usual no trabalho de campo. A partir dela,

[...] o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (p. 57).

Os dados foram coletados mediante a fala dos jovens egressos dos cursos pesquisados, com base em um roteiro elaborado e em consonância com o referencial teórico. Outras interrogações que surgiram durante o processo de entrevista também foram utilizadas, de forma que os dados pudessem ser analisados a partir das categorias que emergiram.

2.4 A análise dos dados

Após a transcrição das entrevistas, o material foi analisado mediante o método de Análise de Conteúdo que é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

A Análise de Conteúdo “é uma metodologia de tratamento e análise de informação a constante de um documento, sob formas de discursos pronunciados em diferentes linguagens” (SEVERINO, 2007, p. 121). Consiste na análise de textos verbais ou não verbais, orais ou escritos, de forma a interpretar os significados produzidos mediante os discursos veiculados nas diversas modalidades enunciativas.

Segundo Bardin (1977), a Análise de Conteúdo procura descrever o conteúdo das mensagens a partir de deduções lógicas por meio de premissas ao considerar os conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mesmas. Algumas categorias relacionadas ao objeto de pesquisa são criadas para que sejam realizadas as deduções lógicas contidas no conteúdo das mensagens. Assim, a leitura que o pesquisador realiza pela análise procura realçar os sentidos do conteúdo manifestado pelos sujeitos.

O desenvolvimento da Análise de Conteúdo acontece em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento do material. Na pré-análise é realizada a organização do material, sendo selecionados documentos pertinentes a serem analisados. Nesta etapa, também são formuladas as hipóteses e os objetivos da pesquisa. A fase de exploração do material, definida como “longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101). Já a fase de tratamento dos dados tem por objetivo a inferência e a interpretação. Neste momento, os resultados brutos são tratados para serem significativos e válidos. Além disto, a autora pontua que “o analista, tendo a sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a

propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1977, p. 101).

Na análise dos dados, foram consideradas as questões referentes à ética e à confidencialidade. Os nomes designados aos entrevistados são fictícios, preservando a identidade dos jovens participantes.

2.5 Questões norteadoras

Algumas questões norteadoras deste estudo: Quem são os jovens sujeitos da pesquisa? Onde residem? Estão matriculados no ensino regular? São beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)? Permanecem vinculados ao PBF? Como tomaram conhecimento sobre o PRONATEC? Porque optaram por realizar um curso do PRONATEC? Realizaram o curso que pretendiam? O que acharam do curso? Houve alguma dificuldade em frequentar o curso? O curso atingiu as expectativas? Estavam no mercado informal e passaram ao mercado formal? Depois do curso, como se deu a inserção no mercado de trabalho? Houve alteração na renda? Como avalia o PRONATEC? Quais os impactos do curso em sua vida?

2.6 Cuidados éticos da pesquisa

Após passar pela qualificação, o projeto desta pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), criada pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 196/96, de 10/10/96. O projeto foi aprovado por esta instância colegiada, que emitiu o parecer consubstanciado por escrito acerca da pesquisa. Da mesma forma, coube ao CEP assegurar que tivessem sido cumpridos os princípios éticos que condicionaram o desenvolvimento deste trabalho (BRASIL, sd).

Com relação às questões referentes à ética da pesquisa, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garantiu o anonimato

dos sujeitos, deixando-os cientes de que se trata de uma pesquisa científica. Este documento informou aos participantes sobre o objetivo do estudo, os procedimentos adotados, os benefícios, os riscos, o sigilo, e a total liberdade que eles tiveram para desistir sem prejuízo algum. Este documento esclareceu ainda que a participação na entrevista não representava riscos físicos ou psicológicos para o sujeito, mas que em caso de algum desconforto ou incômodo que viesse a surgir em virtude de sua participação na pesquisa, o mesmo poderia desistir sem prejuízo de qualquer ordem.

O compromisso com a preservação da privacidade dos sujeitos foi registrado no Termo de Confidencialidade. Sendo assim, a divulgação das informações prestadas acontece anonimamente. Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes durante a análise dos dados. O Termo de Confidencialidade indicou ainda o local de armazenamento das informações, bem como o período que o mesmo pode ser acessado, indicando ainda o pesquisador responsável por sua guarda. Os modelos destes documentos encontram-se nos apêndices A e B.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Juventude no plural

Os estudos sobre juventudes ganham uma maior visibilidade quando se constata que a partir desta categoria, surgem diversas questões de interesse acadêmico, especialmente quando emergem discussões governamentais sobre a concepção e a implementação de políticas direcionadas a este público. Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), jovens entre 15 e 29 anos de idade correspondiam a 24,3% da população no ano de 2013, estando presentes em 49,4% do total de arranjos familiares residentes em domicílios particulares no país (BRASIL, 2014d).

De acordo com a Lei Nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens e os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, bem como o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), para fins legais no Brasil, são consideradas jovens as pessoas pertencentes à faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos de idade. Esta lei foi sancionada após quase dez anos de tramitação no Congresso Nacional, prevendo aos jovens onze direitos, sendo eles: direito à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; à educação; e à sustentabilidade e ao meio ambiente. O Estatuto da Juventude também conferiu aos Conselhos de Juventude objetivos e atribuições para a efetivação das políticas públicas e a garantia do exercício de direitos (BRASIL, 2013b).

Esta revisão sobre juventudes apresenta, primeiramente, algumas referências que possibilitam pensar na atual configuração da questão juvenil em nossa sociedade. A partir desta perspectiva, que ainda deve levar em conta que a juventude não pode ser vista apenas sob uma ótica do tempo delimitado legalmente, mas sim por um viés que considere a dinamicidade deste tempo e das relações estabelecidas histórica e culturalmente, se torna possível compreender o jovem

enquanto público-alvo de políticas públicas, o que será abordado no próximo título deste referencial teórico.

No Brasil, a juventude das décadas de 1960 e 1970 ganhou visibilidade diante de mobilizações, sobretudo estudantis, na luta contra o regime da Ditadura Militar e do questionamento acerca dos padrões de conduta então vigentes. Bango (2003) destaca que este comportamento se espelha especialmente no inconformismo de grupos universitários que desafiavam o sistema político da época em resposta à situação social instaurada na América Latina.

No decorrer das décadas seguintes, porém, os movimentos estudantis perderam força e o jovem acabou sendo muitas vezes estereotipado como um problema, ora por privações, ora por desvios. Abramo (1997) aponta que isto ocorreu especialmente com a dissipação midiática de determinados comportamentos antissociais dos jovens, decorrentes de questões relacionadas à criminalidade e ao consumo de drogas.

Foi na década de 1980 que a questão do jovem considerado como um problema ficou mais evidente na conjuntura da América Latina. Contextualmente é um momento em que os governos democráticos do continente estavam se reinstalando após anos de ditadura e os jovens se tornavam estigmatizados consoantes aos movimentos que representavam, como por exemplo, os jovens urbanos pertencentes aos grupos dos *punks* e a facções que se voltavam contra o sistema (BANGO, 2003). Dessa forma, a juventude ganhou contornos de visibilidade frente aos processos de democratização ocorridos nesta década. Com isto, o entendimento da questão juvenil procurava enquadrar o jovem em um parâmetro de acordo com um comportamento preestabelecido como o mais aceitável socialmente.

A partir da década de 1990, esse jovem até então visto como rebelde, em resposta às precárias condições sociais, consequência dos anos de ditadura e estagnação da economia, passou a ser concebido como alguém que deveria ser “reintegrado” na sociedade. Nessa época emergiram diversos programas de combate à pobreza, de forma a compensar as condições inadequadas de qualidade de vida da população. Temáticas sociais como a pobreza enfrentada pelos jovens, a violência, a drogadição, a situação de rua e a exploração sexual denotavam a necessidade de investimento e de cuidado com este público. “A juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade” (ABRAMO, 1997,

p. 29). Foi na década de 1990, com os indicadores de criminalidade e de violência aumentando, que ações voltadas ao público jovem começaram a ser pensadas, ampliando o debate sobre as políticas direcionadas a este público. Além disto, no final desta década “os indicadores sobre o desemprego juvenil e a acentuação dos processos de precarização social fomentam a necessidade de políticas de inclusão” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 30), o que reforça a visão de uma juventude tida como um problema, embora isto deva ser pensado mais como uma consequência de uma política social e econômica fragilizada.

Diante da necessidade de desmistificar esta visão demasiadamente negativa, algumas pesquisas (ABRAMO, 2005; LASSANCE, 2005) buscaram identificar um perfil das juventudes no Brasil, apontando que na realidade brasileira, destacam-se diversas juventudes, as quais se caracterizam por dilemas próprios presentes em seus diferentes modos de vida, famílias, projetos de estudo, trabalho e participação comunitária. Ainda que em um país continental como o Brasil existam diferenças na forma de viver a juventude, é possível dizer que existe um público pertencente a esta categoria, que é mais que uma condição biológica delimitada por uma faixa etária, se encontrando inserida em uma cultura, pois “as pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade” (MELUCCI, 1997, p. 13). A juventude não pode ser pensada de forma cronológica, demarcada unicamente em um espaço limitado em um tempo único, em uma faixa etária pré-determinada, pois o tempo de juventude incide em diversos aspectos.

Dessa forma, uma definição de juventudes como um período de transição da infância para a vida adulta deve ser pensada criticamente, pois se torna rasa se rejeitar o tempo, as características e as potencialidades deste público. Há um equívoco ao conceber o jovem apenas como situado em um momento de transição, em preparação para algo que se encontra fora dele, preparação para uma etapa posterior, que seria a vida adulta. Esse entendimento acaba por desconsiderar a construção da identidade juvenil, destituindo o jovem de todo o crédito de suas contribuições enquanto pertencente à sociedade.

A demarcação da juventude deve considerar para além de seu tempo de duração e das questões histórico-culturais, os diversos modos de viver a juventude em sociedade frente ao significado desse momento de vida, e ao modo como tal condição se contextualiza diante de questões sociais como classe, etnia, gênero,

entre outras (ABRAMO, 2005). Torna-se então necessário compreender que não se pode restringir a juventude em um único conceito, em um único tempo, em um único espaço. Os jovens se constituem em um grupo dinâmico, estabelecendo relações que possibilitam diversas abordagens, que contribuem em uma tentativa de conceituação que engloba fatores biológicos, culturais, sociais, entre outros.

Nesta perspectiva, Sposito (2003) atenta para a importância de tomar a ideia de juventude no plural – juventudes. A partir deste prisma, é possível incorporar no conceito questões que estão diretamente ligadas à vivência juvenil, marcada pelos diferentes estilos de vida, valores e condições sociais, abarcando a forma como se vive o período da juventude, a sociabilidade juvenil, a possibilidade de troca de experiências, interações e expectativas com os outros – jovens ou não – promovendo a criação de uma identidade que insere o jovem em um grupo social.

Esta inserção apresenta características que demarcam especificidades do público juvenil, as quais devem ser compreendidas a partir de uma ótica que leve em conta o contexto histórico-social. Neste sentido, Faleiros (2006) aponta para a importância de pensar na questão da juventude quando esta se encontra articulada à realidade da desigualdade social do Brasil.

Nos últimos anos, diversas políticas públicas têm se direcionado aos jovens, buscando realizar um trabalho que promova uma diminuição dessa desigualdade através da universalização de direitos. Esta questão da desigualdade social também se apresenta como um fator importante de ser considerado nos estudos de juventudes, sendo necessário abrir espaço para refletir acerca dos discursos demasiadamente negativos que ainda permeiam a compreensão da categoria juvenil. Nesse aspecto, Peralva (1997) contribui ao ponderar que “o jovem não constitui uma categoria exclusiva dos desviantes, constitui com certeza uma categoria importante, pode-se dizer mesmo central, nas representações do desvio” (p. 19), o que ajuda a refletir sobre a visão construída socialmente acerca do conceito de juventude, cujas potencialidades devem ser consideradas ao se pensar no jovem enquanto um sujeito com demandas específicas.

Esse movimento de refletir sobre as juventudes através de uma perspectiva histórico-social permite compreender a necessidade de nos despirmos de discursos preestabelecidos que desconsideram a dinamicidade das questões envoltas à temática. A opinião do jovem frente a questões cotidianas que afetam as suas relações e vivências, conforme Abramo (1997), também devem ser levadas em

conta, pois estão ligadas ao seu pertencimento a instituições como a família, a comunidade, a escola e o trabalho.

A juventude não pode ser pensada de uma maneira estagnada, pois carrega consigo um sujeito que se constitui em um sem número de espaços e contextos sociais. O jovem tem a possibilidade de criar, de se manifestar, de viver em suas múltiplas diversidades este momento da vida de forma singular, fazendo escolhas e estabelecendo relações em diferentes espaços sociais, em instituições como a família, a escola, a comunidade, entre outros. Nesta visão, Faleiros (2006) contribui ao trazer que, em nossa cultura, a juventude é:

[...] uma forma de percorrer ou de rejeitar os caminhos dados, de separar-se do futuro dado, para estabelecer um futuro construído na dinâmica da identidade conquistada em relação à identidade dada pela família, pelo contexto, pela vida cotidiana. (p. 18).

A juventude assume em si mesma uma importância, não se constituindo somente como a demarcação de um momento de passagem da infância para a vida adulta, pois se apresenta como um referencial para os sujeitos nela compreendidos. As suas diversidades devem ser consideradas não presas a determinados critérios, mas sim “como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social” (DAYRELL, 2003a, p. 42). Reconhecer a diversidade de juventudes implica considerar a existência de inúmeros contextos e instituições que perpassam a vivência do jovem, inúmeras relações possíveis que representam as diversas culturas juvenis.

As diferentes culturas juvenis representam os modos de vidas dos jovens e suas práticas cotidianas que “expressam um conjunto de significados compartilhados, um conjunto de símbolos específicos que sinalizam o pertencimento a um determinado grupo” (DAYRELL, 2003b, p. 187). Esta cultura surge “como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil” (DAYRELL, 2007, p. 1110), evidenciando que o sentimento de pertencimento dos jovens a um determinado grupo social se faz importante para o seu desenvolvimento e acontece a partir de uma busca de sentido para a vida, em um território que precisa ser respeitado por ser o espaço de construção e manifestação desta identidade.

Os territórios ocupados pelos jovens, como a escola, a comunidade e a cidade também implicam em mudanças na identidade dessa cultura juvenil, pois a mesma se manifesta nestes espaços de socialização, dando sentido às identidades elaboradas a partir das convivências grupais (MARTINS; CARRANO, 2011). Diante disto, é possível refletir sobre as questões que interessam aos jovens em conformidade com as suas relações, suas necessidades e suas vivências cotidianas. É por esta via que se pode pensar em uma relação entre juventude e cidadania, aqui compreendida através do acesso a direitos estabelecidos constitucionalmente, em especial ao refletir sobre as políticas públicas dirigidas à categoria juvenil, conforme aborda o título a seguir, direcionando a questão das políticas públicas de educação profissional e de trabalho voltadas à juventude.

3.2 Políticas públicas voltadas à educação profissional e ao trabalho

Após tecer algumas considerações que possibilitam um entendimento acerca da questão de juventudes no país, a partir de uma breve revisão sobre a temática que engloba reflexões a partir de aspectos históricos, sociais e culturais, é possível verificar a existência de uma heterogeneidade neste público. A partir disto, pode-se pensar como o jovem se torna alvo de investimento através de políticas públicas, interessando estabelecer uma relação entre as juventudes, a educação profissional e o trabalho.

Cabral (1999) define política como um “exercício do poder em meio a interesses conflitantes para a realização do interesse público, independente de restrições do aparelho de Estado e das suas normas jurídicas” (p. 131). Deste modo, a política pode ser uma representação a partir de uma esfera institucional, como as associações comunitárias, os sindicatos de trabalhadores, os grupos doutrinários, entre outras; ou ainda se constituir enquanto uma atividade dos homens que se direciona ao exercício do poder em um viés representativo-partidário. Estas formas de exercício político são fontes das transformações da sociedade, pois diversas questões que perpassam as vivências de determinado público ou comunidade elucidam os interesses sociais. Diante disto, elaboram-se e sistematizam-se ações políticas que, direcionadas ao interesse público, constituem-se em políticas públicas,

que significam “uma política estatal elaborada e desenvolvida, num esforço conjunto entre o governo e a sociedade civil organizada” (CABRAL, 1999, p. 136), esta representada por suas entidades.

As políticas públicas apresentam-se a partir de diferentes abordagens. Azevedo (2004) cita a abordagem neoliberal, a teoria liberal moderna da cidadania, e a marxista como suportes e contribuições no estudo acerca das articulações que se estabelecem entre Estado e sociedade mediante as intervenções que ocorreram na organização social e política no decorrer do século XX. A autora apresenta que na abordagem neoliberal, um paradigma de qualidade total se estabelece na educação, obedecendo a uma lógica de mercado, onde as oportunidades educacionais são importantes fatores para a redução das desigualdades. Nesta abordagem, o ensino profissionalizante deve ser privatizado, pois se configura como um meio de estímulo à competitividade, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho, tornando-se assim uma forma de valorização do capital humano. Na teoria liberal moderna da cidadania é apresentada a responsabilidade do Estado em promover um bem-estar ao maior número possível de indivíduos, sendo assim considerada um contraponto ao neoliberalismo. Quanto ao marxismo, não se trata de uma abordagem propriamente dita, mas sim como um paradigma que indica tendências e contribuições teóricas. Sobre o marxismo, este:

[...] ganhou maior impulso a partir do final da década de 60, quando a crise econômica e financeira suscitou um amplo e controverso debate sobre as formas e funções assumidas pelo Estado capitalista e que têm nas políticas públicas uma de suas mais expressivas manifestações. (AZEVEDO, 2004, pp. 40-41).

Na perspectiva do marxismo, as políticas públicas, entre elas as políticas públicas de educação, reguladas pelo Estado, tornam-se estratégias para a perpetuação de um modelo de ação que aborda interesses políticos e econômicos de classes. Desta forma, procura-se manter as relações já instituídas, mesmo que eventualmente seja realizado a certas classes dominadas o atendimento de determinados interesses contrários aos interesses predominantes.

Tendo em vista estas abordagens, verifica-se que “ter presente como se dá o surgimento de uma política pública para um setor, ou melhor dizendo, como um problema de um setor será reconhecido pelo Estado e, em consequência, será alvo de uma política pública específica” (AZEVEDO, 2004, p. 61), determina a influência

que as reivindicações e os interesses de uma sociedade têm na formulação e implementação de políticas. No caso das políticas públicas educacionais, estas estão articuladas aos projetos de sociedade que se pretende implantar, ou que já se encontram implantados. “Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado.” (AZEVEDO, 2004, pp. 59-60).

Em se tratando de políticas públicas voltadas às juventudes, percebe-se que, ainda que o jovem tenha uma participação ativa em momentos importantes da história do país, apenas recentemente este público passou a integrar uma agenda específica de ações voltadas a esta população. Sposito e Carrano (2003) contribuem nesta discussão ao apontar que, em geral, as políticas públicas são destinadas a todas as faixas etárias, sem considerar as características, a representatividade da juventude e a importância da necessidade de investimentos por parte do Estado para o público jovem em uma perspectiva de futuro.

Diante disso, Freitas (2011) corrobora ao apontar para um problema que é a implementação de ações públicas que não levam em conta os atuais “desejos, as expectativas e as necessidades dos sujeitos” (p. 45). Logo, é preciso considerar que os contextos em que os jovens estão inseridos, os seus modos de vida, a sua cultura, os significados e os sentidos atribuídos às relações que eles estabelecem devem favorecer a efetividade das ações desenvolvidas de forma a corresponder às reais necessidades do público-alvo de investimentos.

Na definição de políticas públicas, Ribeiro e Lânes (2006) afirmam que se trata de um:

[...] conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos(as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos(as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os(as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país. (p. 8).

Diante desta definição, percebe-se que é necessário considerar o sujeito que está sendo alvo das políticas, de forma a promover cidadania, dignidade, respeito e o desenvolvimento do país. Examinar as políticas públicas de juventudes também

requer considerar como as suas formulações e diretrizes concebem os sujeitos jovens, público das ações, pois:

[...] se as políticas de juventude espelham, mas não exclusivamente, o conjunto de percepções dominantes sobre o que é ser jovem, suas demandas, necessidades e relações com o mundo adulto e com as instituições, é preciso admitir que tais percepções são objeto de disputa no interior da sociedade pelos diversos grupos sociais que falam em nome desses atores ou por meio dos próprios coletivos juvenis, também heterogêneos. (SPOSITO, 2003, p. 63).

Muitas políticas públicas são direcionadas aos jovens de baixa renda, provenientes de setores populares, marcados pela desigualdade social constituída historicamente no país e que não é beneficiado por ações capazes de garantir “o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempo para que possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida” (BRASIL, 2013e, p. 10). Este jovem é estigmatizado como o excluído, aquele que fora discriminado historicamente e, portanto, se apresenta na atualidade como um problema social. A partir desse prisma, esse jovem se torna alvo de investimentos por parte do setor público em uma tentativa de promover uma cidadania pautada na inclusão do mesmo através de ações que ampliem a escolaridade e o insiram no mercado de trabalho, com vistas à redução das desigualdades.

É nesta direção que Faleiros (2006) atenta que “a desigualdade se expressa não só como desigualdade de renda, mas também como desigualdade de oportunidades e com fortes barreiras de etnia, cor e gênero” (p. 6), o que legitima uma herança histórica de discriminações e negligências. Abramo (2009) corrobora nesta discussão ao apresentar os resultados de uma pesquisa na qual destaca que a desigualdade de renda está relacionada a outras desigualdades, como as relativas ao grau de escolaridade e a situação de domicílio.

A desigualdade no país, nos seus mais diversos âmbitos, é histórica, social, econômica e cultural. Para Fernandes (2014), o desenvolvimento econômico e social do país está relacionado a esta desigualdade, o que “exige um enfrentamento direto por meio de políticas públicas de transferência de renda” (p. 544).

Na população jovem e com menor poder aquisitivo, a desigualdade carrega ainda o agravante da marca da exclusão social. Freitas (2011) aponta que os investimentos destinados aos jovens ainda são conduzidos considerando o público como um problema pendente, a ser resolvido pelas políticas.

Ao se tratar da população jovem, Dayrell e Carrano (2003) enfatizam que os direitos historicamente sonogados devem ser vistos como instrumentos de transformação social, mediante as demandas do público, e garantidos através da implementação de políticas que assegurem tais direitos. Os autores também apontam que há um *déficit* de investimento no público jovem acima de dezoito anos, em especial se este jovem se encontra em situação de vulnerabilidade.

Por vulnerabilidade, Sierra e Mesquita (2006), chamam a atenção de que esta não deve ser compreendida unicamente como um produto do meio social que limita o sujeito em seu território frente a uma precariedade de condições, tanto financeira quanto de acesso a direitos, pois a mesma também incide nas relações dos sujeitos. Entretanto, é preciso reconhecer que a maior parte das políticas públicas voltadas à juventude ainda apresentam como o foco de ação a necessidade de inclusão do jovem na escola e no sistema produtivo como requisitos para a redução da desigualdade social, pois conforme Leite (2003), nestas se encontram uma possibilidade de atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade e à exclusão.

Ao pensar nos jovens no Brasil, é necessário:

[...] levar em conta as enormes disparidades socioculturais existentes e os diferentes contextos nos quais esses se constroem como sujeitos. Essa diversidade se acentua no contexto de uma crise pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, como o trabalho e a escola. (DAYRELL; CARRANO, 2003, p. 10).

Diante deste entendimento, tais políticas não devem se pautar somente às necessidades dos jovens, mas sim estarem atreladas aos projetos de vida de forma que a juventude exerça sua condição de cidadania sem ser vista como um problema ou ameaça aos padrões sociais. Assim, é necessário compreender o quão ampla é esta discussão, que vai além da redução de desigualdades por meio do acesso de direitos como a educação e ao trabalho. As políticas voltadas à juventude incidem na vida de um público que traz consigo características específicas e que devem ser consideradas.

As ações desenvolvidas por parte das políticas públicas devem levar em conta que a juventude é um momento de escolhas e expectativas de futuro e que os projetos de vida dos jovens se encontram atrelados à sua cultura e ao território onde o mesmo vive a sua subjetividade. Para Melucci (1997, p. 9), “a biografia dos dias de

hoje tornou-se menos previsível, e os projetos de vida passaram mais do que nunca a depender da escolha autônoma do indivíduo”. Dessa forma, as políticas públicas voltadas à educação, à educação profissional e ao trabalho devem considerar a diversidade de formas de ser jovem, os seus diferentes contextos e espaços de vivência juvenil. As instituições que fazem parte do cotidiano dos jovens, por sua vez, precisam estar preparadas em atender suas demandas em conformidade com as suas diversas culturas.

Para Fanfani (2000), as políticas públicas específicas para os jovens orientam no difícil processo de construção da subjetividade e na inserção social das novas gerações no campo da produção da cidadania ativa. Novaes (2003) salienta ainda que as políticas públicas dirigidas à juventude devem ser efetivadas como maneira de universalizar os direitos e acessos. A partir da visão dos autores supracitados, é possível pensar que se o jovem está preocupado com a educação e com o trabalho, conforme os dados estatísticos apontados em uma pesquisa de Abramo (2005), sobre assuntos que os interessam e problemas que os preocupam, as ações que relacionam educação e trabalho devem construir uma perspectiva de cidadania que não esteja pautada somente na promoção de educação ou inserção no mercado de trabalho, mas sim em uma articulação entre ambos, conforme as demandas juvenis.

De acordo com Oliveira, Santos e Cruz (2007), na formação de uma sociedade, o trabalho se apresenta como um de seus principais determinantes, estabelecendo relações entre os indivíduos e relações de poder e de propriedade. Através do trabalho, o homem transforma a natureza, se relaciona com outros homens, tornando-se capaz de produzir máquinas, modos de vida, instituições, entre outras especificidades. O conceito de trabalho sofre variações de acordo com a conjuntura histórica, o seu espaço em cada cultura e a forma como os seres humanos imprimem seu modo de ver e de viver em relação ao trabalho. O mercado de trabalho, por sua vez, “é perpassado por várias transformações – sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e/ou conjunturais.” (p. 4). Desta forma, compreende-se o seu lugar de destaque social e politicamente.

De acordo com *Relatório Nacional Brasil – Pesquisa sobre juventudes no Brasil*, “os temas do trabalho e da escola ganham prioridade também na necessidade de estruturação de ações governamentais como a inclusão de jovens no mercado de trabalho e o apoio para voltar ou evitar o abandono da escola” (ABRAMO, 2009, p. 112). A pesquisa também contribui ao problematizar a partir de

dados estatísticos as questões de estudo e trabalho, considerando-as como complexas por se tratarem de categorias de assuntos que são relevantes para os jovens. O documento traz que:

[...] a condição de trabalhador está mais presente que a de estudante: entre os nossos entrevistados, 26% dos jovens ainda estudam, sendo que apenas 8,8% com dedicação exclusiva. Cabe ainda apontar que essa diferença entre atividade laboral e estudantil aumenta conforme a idade: se para os jovens com 18 a 19 anos a taxa de estudantes é de 40,8% e a de trabalhadores é de 57,3%, entre os de 25 a 29 anos as taxas são, respectivamente, de 15,7% e 72,3%. (ABRAMO, 2009, p. 23).

Dessa forma, visualiza-se que as questões de estudo e trabalho se fazem importantes na vida do jovem, se encontrando presentes em diversos momentos desta etapa de vida. Além disto, percebe-se como o trabalho vai se tornando uma referência entre os jovens conforme se aproximam da idade adulta. No documento *Síntese dos indicadores sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira*, a população jovem é questionada sobre os quesitos de educação e trabalho. Este estudo aponta que 22,7% dos jovens apenas estudam; 44% apenas trabalham; 13% estudam e trabalham; e 20,3% nem estudam, nem trabalham. Estes dados se utilizaram dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2013, que abrange todo o Território Nacional (BRASIL, 2014d). A partir destes dados, é possível ter uma dimensão da realidade da juventude no país, onde a escola tem o seu lugar na vida do jovem, mas o trabalho se faz presente em mais da metade da população. Isto permite inferir que para o jovem o trabalho tem importância, seja enquanto na questão de uma identidade cultural, seja por necessidade frente às desigualdades vivenciadas.

A educação e o trabalho são processos de socialização, nos quais perpassam outros espaços socioculturais “mediados por relações de historicidade entre sujeitos, contextos e tempos” (MANFREDI, 2002, p. 54). Estas interações devem ser consideradas quando se pensa na relação entre a juventude e a escola, e a juventude e o trabalho.

No que tange a interação juventude e escola, Dayrell (2007) considera que tanto os fatores internos à escola, como a infraestrutura e o projeto político-pedagógico, quanto externos, como o lugar que o jovem ocupa na sociedade, em sua realidade familiar e no espaço onde vive, devem ser considerados. Quando se adentra a esta seara que é a relação do jovem com a escola, torna-se importante

pensar quais são os caminhos para articular as vivências juvenis às propostas da instituição escolar, pois a mesma reflete uma noção de sociabilidade e cidadania por se fazer presente na vida deste jovem.

O sentido da escola é evidenciado também quando o discurso impõe a necessidade de estar na escola a um jovem de baixa renda que precisa trabalhar para ajudar no sustento da família. Ao pensar na questão da juventude e do trabalho, Faleiros (2006) aponta que se trata de uma exigência de sobrevivência em contextos de desigualdades, o que faz o jovem deixar prematuramente a escola.

Nesta discussão, Leite (2003) contribui ao afirmar que a relação entre o trabalho e a juventude afeta os jovens de maneira mais intensa, pois os jovens se encontram “em um processo de construção de identidade individual, de escolha profissional, de estruturação pessoal e familiar” (p. 157). A autora também reconhece que o trabalho traz um sentido para a vida dos jovens e que as dificuldades de acesso ao mercado têm estimulado importantes iniciativas. Complementa ainda que no Brasil, uma política pública de trabalho é mais do que uma ação que promove ampliação da renda, pois fornece condições de dignidade e cidadania. Isto pode ser exemplificado através da elevação do nível de escolaridade a partir de programas governamentais que condicionam a frequência escolar com ações pontuais no âmbito da inserção do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades e o combate ao preconceito e à discriminação na sociedade.

A qualificação profissional, nesse sentido, se apresenta como uma ação que vem impulsionando a transformação social que ocorre no país nos últimos anos, ampliando oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e a bens de consumo. Contudo, estas ações devem promover e consolidar investimentos tanto na educação quanto no direcionamento à inserção no mercado de trabalho com garantia de tais direitos nas perspectivas de futuro.

Considerando este entendimento, Bango (2003) relata que foi na década de 1990 que as políticas juvenis passaram a se preocupar com a incorporação de jovens excluídos no mercado de trabalho. O autor enfoca a questão como uma necessidade para o crescimento econômico, ou seja, promovendo ações que favoreçam mudanças a médio e longo prazo. Carrano e Dayrell (2003) apontam que poucos seguimentos sociais melhoraram sua situação econômica nesta década e que, para a população jovem, estes aspectos se agravaram principalmente quando

os mesmos se encontravam marginalizados nos centros urbanos. Os jovens se apresentavam como um público demasiadamente vulnerável, sendo necessários investimentos públicos que permitissem a garantia de direitos sociais. Neste sentido, a inserção no mercado de trabalho se apresentava como alternativa capaz de minimizar ou reverter as acentuadas taxas de desemprego da época, bem como uma alternativa de diminuição das desigualdades e socialização.

A partir disto, questiona-se sobre qual é o papel destinado à educação e ao mercado de trabalho aos jovens de hoje, bem como a problematização sobre a forma como estão sendo redigidas e executadas as políticas públicas voltadas à juventude, em especial no âmbito da educação e do trabalho. Também é necessário considerar que “a heterogeneidade das experiências juvenis de escolarização e trabalho no Brasil é fundamental para analisar tanto o momento em que se dá sua inserção no mundo do trabalho quanto os resultados desta” (GONZALEZ, 2009, p. 112) para assim determinar os rumos das ações voltadas às juventudes.

A educação profissional pode ser pensada como uma possibilidade de intervenção que articula estas questões de modo a solucioná-las. Gonzalez (2009) aponta que a qualificação profissional passou a atender o público jovem em situação de vulnerabilidade, com a intenção de enfrentar a marginalização ao investir em jovens de comunidades carentes. O autor vai além ao afirmar que “ter em conta a heterogeneidade das experiências juvenis de escolarização e trabalho no Brasil é fundamental para analisar tanto o momento em que se dá sua inserção no mundo do trabalho quanto os resultados desta” (GONZALEZ, 2009, p. 112), percebendo que não se deve pensar nas políticas de educação, qualificação profissional e trabalho sem considerar as características que perpassam a vida dos jovens no momento de sua inserção profissional.

Esse entendimento da diversidade juvenil e da condição de sujeito dos jovens, sobretudo dos filhos da classe trabalhadora, é fundamental para a formulação das políticas de educação e qualificação profissional da juventude, uma vez que quase sempre as ações nesse setor são definidas apenas por critérios econômicos. (SILVA, 2012, p. 166).

Conhecer o público jovem na formulação das políticas é fundamental para que os impactos na vida sejam efetivamente emancipatórios e não apenas ligados a interesses do setor produtivo. Quando Leite (2003) afirma que “no caso do Brasil, uma política pública de trabalho implica ações que extrapolam a área de emprego

propriamente dito, mas que são condições para a dignidade e a cidadania” (p. 167), a autora reconhece que a elevação do nível de escolaridade e a promoção de igualdade de oportunidades têm efeitos na vida da população em geral, respeitando o direito ao trabalho, à educação, à qualificação profissional e à participação social. Isto implica em um resgate de cidadania, possibilitando aprendizagem através da oferta de cursos e treinamentos que para além do trabalho, interferem na convivência, na escuta, no respeito e nas responsabilidades da vida cotidiana.

Ilustrando esta questão através do PRONATEC, o título a seguir faz um breve histórico acerca do investimento no jovem com o foco na educação profissional. Assim, elucidam-se ações voltadas ao público jovem no que tange às políticas de educação profissional e de trabalho, de forma a compreender o surgimento do programa, bem como suas diretrizes.

3.3 A educação profissional e o PRONATEC

O projeto de educação profissional no Brasil origina-se no início do século XX, apresentando-se restrito a uma lógica assistencialista, visando atender a um público considerado vulnerável. Quevedo (2011) destaca que em 1909, o então presidente Nilo Peçanha criou dezenove Escolas de Aprendizes Artífices em cada uma das unidades de federação, com exceção do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul. Eram escolas voltadas ao ensino industrial, cujo início consolidou o discurso da necessidade de uma formação técnico-industrial no Brasil.

Diante de um projeto de modernização tecnológica e a demanda por profissionais que atendessem às necessidades do processo de urbanização na década de 1930, surgiu a proposta de um ensino profissional que procurasse contribuir social e economicamente com o país. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942), conhecida como Reforma Capanema, organizou pela primeira vez no Brasil o ensino técnico-profissional. A implantação do ensino profissionalizante direcionava-se às camadas populares como uma forma de preparação de mão de obra direcionada à demanda industrial.

A Reforma Capanema, em síntese, legitima as propostas dualistas que visam formar intelectuais por um lado (ensino secundário) e trabalhadores por outro (cursos técnico-profissionais), acirrando, assim, o caráter discriminatório atribuído ao ensino profissional. (OLIVEIRA, M., 2003, p. 33).

Na década de 1940, o então presidente Getúlio Vargas criou os Serviços Nacionais de Aprendizagem, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), quando diversos setores buscam profissionais qualificados. Esta iniciativa, em um primeiro momento, contrariou empresários, que resistiam a instituições de aprendizagem sistemática que vinculasse trabalho e escola, e que demandasse investimentos na capacitação de trabalhadores, bem como à remuneração de trabalhadores-aprendizes. Todavia, a oferta de cursos de qualificação de mão de obra foi logo compreendida e aceita diante daquele contexto de expansão econômica do país (OLIVEIRA, M., 2003).

O caráter propedêutico do ensino secundário, que direcionava ao ensino superior foi preservado, legitimando distintas finalidades para a educação no Brasil. De um lado, uma formação para as elites e, do outro, um ensino profissional cuja formação estava voltada “às necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana – embora ainda preso à tradição assistencialista” (REGATTIERE; CASTRO, 2010, p. 19), direcionado aos filhos da classe trabalhadora.

Esta dualidade entre o ensino com caráter propedêutico e o ensino profissional se encontra atrelada a um contexto histórico que, apesar das transformações legais ocorridas nas décadas seguintes, ainda hoje apontam para diferenças presentes no ensino. Para exemplificar esta questão, se faz necessário citar brevemente algumas características históricas que marcaram a temática da educação profissional no país. Em seguida, apresenta-se uma articulação entre a educação e o trabalho com foco no público jovem através de algumas ações que se direcionam à recente instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961), que substituiu as diretrizes da Reforma Capanema, estabeleceu a equivalência dos cursos técnicos ao ensino secundário, possibilitando o ingresso de seus discentes em cursos superiores. A rápida capacitação oferecida por cursos que atendessem às demandas do mercado

de trabalho naquela época se constituíam como consequência do processo de desenvolvimento econômico vigente (OLIVEIRA, M., 2003).

Frente a crescente demanda do público que buscava ingressar no Ensino Superior devido a equiparação dos cursos técnicos no nível do ensino secundário, a promulgação de uma nova LDB (Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971) procurou conter o número de vagas nos cursos superiores, modificando a escola primária e secundária, ajustando a função propedêutica do ensino, a qual seguiu visando a formação intelectual. A qualificação para o trabalho passou a se apresentar como componente básico do processo de formação. No entanto, a qualidade do ensino profissional ministrado no Segundo Grau, em escolas com falta de investimentos, apresentando deficiências na formação de seus docentes, em seus laboratórios, oficinas e equipamentos, se mostrou incapaz de formar profissionais competentes (OLIVEIRA, M., 2003).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, criaram-se instrumentos capazes de assegurar o cumprimento de direitos e reorganizar a política educacional no país. Diante disto, foi elaborada a atual LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que apresenta os princípios e finalidades da educação nacional, além de instituir e organizar a Educação Básica, a Educação Profissional, a Educação Superior e a Educação Especial (BRASIL, 1996).

Perante estas transformações que aconteceram na história do país nas questões da educação, educação profissional e do trabalho, surgiram diversas políticas direcionadas aos jovens. Na medida em que este público passou a ser alvo de investimento, tomou-se a sua socialização através da educação e da inserção no mercado de trabalho como um objetivo do Estado, pois “a preocupação governamental com o desemprego juvenil é ordenada em função das consequências que dele podem ser geradas, tais como a violência nas suas diferentes configurações” (FREITAS, 2011, p. 43).

Uma possibilidade de enfrentamento de situações de vulnerabilidade e marginalização, por exemplo, se apoia em ações voltadas à qualificação profissional, especialmente a partir da década de 1990 (GONZALEZ, 2009). Estas ações se desenvolveram pautadas na visão do jovem enquanto um problema a ser resolvido pelo setor público. Neste momento, não se tratava de problematizar as políticas educacionais e de emprego no país, mas sim de conceber o público para quem as ações governamentais estavam direcionadas.

Foi a partir dos anos 2000 que as temáticas de juventude e desemprego se aproximaram e a juventude passou a ser reconhecida enquanto uma categoria fortemente atingida pelas diversas mudanças ocorridas acerca da questão do trabalho (CORROCHANO, 2008). A partir de então, surgem diversos programas que representam um diálogo entre juventude, escola e trabalho, de modo a promover a redução de desigualdades sociais, da baixa escolarização e das dificuldades da inserção no mercado de trabalho, pois estas refletem uma marca de exclusão social que deve ser enfrentada.

A Lei Nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000 trouxe mudanças na questão da aprendizagem, proibindo qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Esta lei também determinou que empresas de médio e grande porte contratassem jovens de forma a preencher entre 5% e 15% das vagas disponíveis, devendo matricular o jovem em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem em caso de a função a ser desempenhada demandar capacitação (BRASIL, 2000).

Amparado nesta Lei, o Programa Aprendiz Legal desenvolveu-se a partir de 2005, buscando promover competências e habilidades de jovens aprendizes. Trata-se de uma ação desenvolvida pela Fundação Roberto Marinho, que:

[...] faz a gestão institucional e pedagógica e responde pela gestão da marca, pela execução da comunicação, monitoramento da metodologia do Programa, formação continuada da instituição formadora, pelo desenvolvimento dos materiais didáticos e administração do ambiente virtual. (APRENDIZ LEGAL, 2012, p. 26).

Além desta, outras ações se desenvolveram devido ao aumento no número de desemprego entre jovens em relação ao desemprego aberto na população geral, verificado através de pesquisas encomendadas pelo governo através do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude (DPJ), que surgiu a partir de uma nova estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2004. Suas origens estão ligadas a reivindicações de movimentos juvenis, organizações da sociedade civil, e iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal. As Políticas de Juventudes implantadas pelo DPJ objetivavam ampliar e melhorar as oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda, buscando também desenvolver articulações com políticas educacionais (BRASIL, 2014e).

Dentre as ações desenvolvidas com foco na promoção da elevação da escolaridade e na inserção do jovem no mercado de trabalho, uma das primeiras a se destacar foi o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), criado pela Lei Nº 10.748 de 22 de outubro de 2003, que procurava promover a criação de postos de trabalho e a qualificação de jovens. Em seguida, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), cuja atribuição é a articulação de programas e projetos destinados a jovens entre 15 e 29 anos, foram criados através da Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2005). Também foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), disposto na Lei Nº 11.692 de 10 de Junho de 2008, a qual revogou o PNPE sem que os seus resultados iniciais fossem amplamente discutidos (CORROCHANO, 2008).

Dividido em quatro modalidades, o PROJOVEM (PROJOVEM Adolescente; PROJOVEM Campo – Saberes da Terra; PROJOVEM Trabalhador; e PROJOVEM Urbano) surgiu com o objetivo de integrar o jovem no processo educacional e investir em seu desenvolvimento humano. O programa buscava a qualificação profissional de jovens entre 15 e 29 anos em situação de desemprego, cujo valor mensal *per capita* deveria ser de até um salário mínimo. Para participar, o jovem deveria estar cursando ou ter concluído o Ensino Fundamental ou Ensino Médio (BRASIL, 2008a).

Diante da expansão do mercado de trabalho no país a partir da criação de novos postos de emprego, tornou-se mais difícil encontrar mão de obra qualificada, sendo necessário que o Governo Federal investisse na formação de trabalhadores. Com isto, desenvolveram-se ações voltadas aos jovens de forma a prepará-los para o trabalho produtivo. Assim, a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que definiu e classificou as relações do jovem estagiário, as obrigações das instituições que poderiam oferecer espaço para estágio, os direitos do estagiário e a fiscalização, tornou-se uma importante ação da agenda de políticas públicas voltadas às juventudes nos últimos anos no país (BRASIL, 2008b).

Esta expansão do mercado de trabalho, segundo Beloni, Wonsik e Pereira (2009), fez com que fosse ampliada a oferta de cursos técnicos, destinados a habilitar profissionalmente alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio, podendo acontecer de forma concomitante ou sequencial a esta etapa de ensino. O

jovem poderia realizar cursos de atualização para o exercício de determinadas funções não sujeitas à regulamentação curricular.

Corbucci (2009) já previa a atual ampliação da oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial Continuada (FIC) de trabalhadores no país, pois no ano de 2006, as matrículas nestes cursos chegaram a 59 mil, apoiadas pela adesão de escolas técnicas e algumas entidades do Sistema S, que atualmente está compreendido pelos seguintes serviços: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Social do Comércio (SESC), contando ainda com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Social de Transporte (SEST).

A partir dos precedentes citados que abrangem historicamente alguns pontos do desenvolvimento da educação profissional no país e de legislações que têm o público jovem como foco de investimento e da necessidade de solucionar as questões relacionadas à escassez de profissionais qualificados, o PRONATEC surge com a Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011). Trata-se de um programa:

[...] bastante abrangente, resultado da decisão de se enfrentar um problema atual em fase aguda: a baixa escolaridade e qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento em que o crescimento da economia exigia crescentes volumes de mão de obra especializada. Ele busca atacar todas as principais causas do problema e atender, mediante ações flexíveis, a características específicas dos diversos segmentos da população trabalhadora, tal como percebido ou demandado em cada caso. (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 48).

O PRONATEC abarca o jovem estudante do Ensino Médio, trabalhadores e beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda em um momento de competitividade e de aumento da produção de bens e serviços no país. O programa investe na qualificação para o mercado de trabalho a partir da educação profissional em diversos níveis, como a formação continuada e cursos técnicos. A ênfase do PRONATEC está nos cursos de FIC, “concedendo pouca visibilidade para os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, até porque foi somente em 2013 que essa modalidade foi incluída na lei” (GODOI; CAMPOS, 2014, p. 199).

A atual LDB estabelece em seu Art. 39 que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos

diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996, p. 14). Assim, abrange os cursos de FIC ou qualificação profissional, cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. O Art. 40 estabelece ainda que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996, p. 15).

Compreende-se a educação profissional através de diversas perspectivas, desde uma educação voltada para o público de baixa renda, permeado por um discurso compensatório e assistencialista, como a partir de um entendimento técnico-instrumental, cuja formação se volta à satisfação de mudanças e inovações referentes ao atual momento do desenvolvimento da economia no Brasil (MANFREDI, 2002). Independente do entendimento que se tenha sobre a educação profissional, é preciso reconhecer que a mesma garante tanto o direito da educação quanto o direito da inserção no mercado de trabalho a partir da qualificação técnica presente na proposta do PRONATEC.

Em relação aos objetivos do programa, são eles:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e Programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011, p. 01).

O PRONATEC, ao realizar estas articulações, contribui no acesso a direitos cidadãos às pessoas matriculadas em seus cursos, proclamando “a promoção do direito à educação profissional a um número significativo de brasileiros” (PINTO, 2013, p. 14). O programa oportuniza a qualificação profissional e a possibilidade de formação a uma camada da população pertencente a setores populares historicamente negligenciados. Além disto, frente ao momento de crescimento

econômico vivido pelo país, se faz necessária a capacitação de profissionais para diversas áreas, como o comércio, a indústria, o setor de transporte, entre outras.

A magnitude do programa pode ser percebida através de sua organização, que abrange três modalidades: concomitante, integrada ou subsequente, em vários cursos de FIC a partir de 160 horas/aula. Azevedo e Reis (2013) também trazem que, com o PRONATEC, “as possibilidades de oferta de cursos técnicos, nas formas concomitante e subsequente, vêm se ampliando” (p. 59). Estes cursos podem ser realizados por quem ainda está matriculado no Ensino Médio regular ou já concluiu esta etapa de ensino e procura uma capacitação específica em uma determinada formação.

Nesta direção, percebe-se a consonância do PRONATEC com a oitava meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que procura ampliar a escolaridade média da população brasileira entre 18 e 29 anos. Em seu Artigo 8.4, define-se a expansão da:

[...] oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. (BRASIL, 2014a).

Atualmente, o PRONATEC é desenvolvido também em universidades particulares e comunitárias. No entanto, a maioria dos cursos de FIC é ofertada por entidades do Sistema S, atendendo a um público que busca se qualificar profissionalmente com rápido retorno, seja no aprimoramento profissional, seja na busca por colocação no mercado de trabalho. Godoi e Campos (2014) constatam que o PRONATEC procura resolver emergencialmente a falta de mão de obra, além de facilitar o repasse de verbas públicas a instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Somente na terceira edição do *Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial Continuada*, que é atualizado periodicamente, foram apresentadas 644 opções de cursos, divididas entre as instituições do Sistema S em 13 eixos tecnológicos (BRASIL, 2013c).

A centralidade que o PRONATEC assume na política pública de educação profissional tende a impor este guia de cursos, com sua perspectiva política, educacional, curricular e ideológica sobre o conjunto da educação profissional brasileira. (GRABOWSKI; RIBEIRO, 2014, p. 5).

Este elevado número de cursos denota o esforço do PRONATEC desde a sua implantação em 2011, em cumprir a oferta de oito milhões de matrículas em cursos técnicos profissionalizantes e tecnológicos a jovens que cursam ou concluíram o Ensino Médio, a trabalhadores e a beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda.

Na ampliação de vagas de educação profissional e no desenvolvimento de estratégias que incluem seu público-alvo no mercado produtivo, tendo em vista a promoção de cidadania, o programa oferece uma Bolsa-Formação, nas modalidades Bolsa-Formação Trabalhador e Bolsa-Formação Estudante.

A Bolsa-Formação Trabalhador atende aos trabalhadores e beneficiários de Programas de Transferência de Renda na qualificação profissional a partir de cursos de FIC ou qualificação profissional. Já a Bolsa-Formação Estudante está destinada à educação profissional técnica em nível médio, nas modalidades concomitante, integrada ou subsequente (BRASIL, 2011).

A Bolsa-Formação, bem como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que concede financiamento de cursos técnicos de nível médio de forma a qualificar os estudantes, os profissionais e o público em geral, são iniciativas novas no PRONATEC, que se agregam a outras que já estavam implementadas pelo Governo Federal, como o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Brasil Profissionalizado, o acordo de gratuidade com os serviços do Sistema S e a Rede e-TEC Brasil, que é a Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à Distância.

Um traço importante dessas políticas inscritas no PRONATEC é o de articular em um mesmo desenho estratégico o que, no passado, fazia parte de ações tão diversificadas quanto redundantes, ou até conflitantes, promovidas por diferentes agências públicas e privadas. Embora haja linhas de concepção predominantes, o programa contempla, sem exclusões, certa diversidade de orientações pedagógicas que favorecem e facilitam o desempenho de diferentes organismos parceiros nas várias modalidades de oferta e em diversos níveis de formação. (BRASIL, 2014b, p. 280).

A oferta de cursos técnicos e cursos de FIC refletem esta diversidade de orientação pedagógica no PRONATEC. Entretanto, o repasse de recursos financeiros de diversas fontes para a gestão e execução do programa às entidades do Sistema S na oferta dos cursos de FIC é compreendido por Ribeiro (2014) como um dos pontos críticos do programa.

Para viabilizar uma oferta tão diversificada e massiva, conta com os recursos oriundos do Ministério da Educação, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do SENAI e SENAC e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), conforme o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2013. (p. 19).

Segundo o autor, outros pontos críticos também seriam: a delegação da formação às instituições ofertantes dos cursos, que teriam autonomia na criação e execução dos mesmos; uma concepção e prática oposta a uma formação humana integral, reforçando uma dualidade estrutural entre o Ensino Médio e a educação profissional; e a não integração do programa à Educação Básica de forma a elevar o grau de escolaridade. Godoi e Campos (2014) complementam que o PRONATEC não se preocupa com os avanços na elevação das taxas de escolaridade, encarregando esta para quem acessa o programa. Os autores apontam ainda que se trata de “uma política para a educação profissional e tecnológica que, de forma pontual, tenciona amenizar alguns problemas apresentados como entraves para o crescimento do país” (p. 194).

A partir de outra leitura, Cassiolato e Garcia (2014) trazem que ao investir no público juvenil, o PRONATEC se configura enquanto uma forma de ampliação de acesso a bens e direitos. Desta forma, apresenta-se como uma ponte entre o jovem que busca qualificação profissional e a necessidade de profissionais.

Pensar a educação formal e a capacitação para os setores populares exige, sobretudo, levar em conta a especificidade dessa população, a fim de se garantir os requisitos mínimos necessários para que os jovens pobres tenham uma preparação capaz de fazê-los enfrentar suas necessidades mais imediatas e, ao mesmo tempo, dar garantias de acesso a melhores condições de vida. (LEAL, 2010, p. 151).

Diversos fatores devem ser considerados ao adentrar nesta questão, como as incertezas que permeiam o presente deste jovem, com necessidade de sobrevivência, de sustento de si próprio e de uma família que muitas vezes se constitui precocemente, o que pode fazer com que o jovem adie ou deixe de lado os seus sonhos, seus projetos de vida (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011).

O discurso que justifica o desemprego pela desqualificação da mão de obra, em função das mutações impostas pelo processo de globalização e reestruturação produtiva, está, em certa medida, colocando na qualificação uma promessa de “reinclusão” social. (BAPTISTA, 2010, p. 135).

Estar fora do mercado de trabalho é estar fora de um controle, é estar fora da sociedade. Não estar no mercado de trabalho pode, então, ser compreendido como um desvio de padrão que deve ser solucionado, pois a educação e o trabalho são direitos cidadãos que, articulados, procuram atender tanto as demandas do jovem quanto do Estado, que necessita de mão de obra qualificada para indústria, infraestrutura, serviços, entre outras.

Em suas diretrizes, o PRONATEC tem o compromisso de elevação da escolaridade e melhoria da qualidade de ensino. Contudo, Godoi e Campos (2014) apontam que não está havendo avanços significativos com a questão da escolaridade e o que se observa é a manutenção e o reforço da dualidade ensino profissional e propedêutico.

Conquanto sejam apresentadas diversas críticas acerca do programa, a proposta do PRONATEC busca direcionar as suas ações de forma a ampliar o acesso a bens e direitos de jovens de baixa renda objetivando integrá-lo ao processo educacional, bem como qualificá-lo profissionalmente, como uma forma de investir em seu desenvolvimento humano. Afinal, “os cursos de formação profissional também realizam certa socialização do jovem no mundo do trabalho” (GONZALEZ, 2009, p. 121).

A capacitação proposta pelo PRONATEC possibilita ao seu público suprir demandas imediatas, podendo ainda estimular o seu egresso a continuar se aprimorando profissionalmente. Este ponto se apresenta importante por evidenciar que é possível estabelecer uma articulação entre a educação, aqui compreendida através da educação profissional, e o trabalho. Entretanto, é preciso lembrar que o jovem que realiza um curso do PRONATEC poderia estar buscando essa qualificação imediata por não ter encontrado um sentido na escola regular, fazendo-se necessário compreender o significado da qualificação profissional para o jovem diante do contexto sociocultural no qual se insere.

Diante disto, segue o perfil dos jovens egressos de cinco cursos de FIC do PRONATEC de uma instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem do município de Santa Maria – RS, cujos dados foram levantados através das fichas de matrícula. Também são analisadas e discutidas as categorias que emergiram a partir das entrevistas realizadas com oito jovens, procurando responder ao Problema de Pesquisa: “Quais os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho?”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao apresentar uma pesquisa sobre os jovens em um panorama regional na tentativa de verificar proximidades e distâncias em um perfil de jovem brasileiro, Lassance (2005) aponta que é “relevante analisar até que ponto o regional particularizaria o jovem” (p. 74), considerando os contrastes e as desigualdades do país. Da mesma forma, as informações obtidas a partir das fichas de matrícula e das entrevistas realizadas no desenvolvimento desta pesquisa mostraram proximidades e distâncias. Assim, salienta-se que a análise e a discussão dos dados referem-se aos jovens da Região Central do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente aos jovens que realizaram cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), oferecidos em uma instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem localizada no município de Santa Maria – RS no decorrer do ano de 2013.

Faz-se necessário assinalar também que os egressos entrevistados encontram-se em diferentes momentos da juventude. Neste sentido, a análise dos dados das entrevistas levou em conta a necessidade de considerar a juventude tomada em sua pluralidade, considerando as diferentes inter-relações que buscaram ser identificadas a partir do impacto do curso do PRONATEC tanto na vida do jovem, quanto em sua inserção no mercado de trabalho.

4.1 O levantamento de dados através das fichas de matrícula

Tendo como objetivo geral analisar os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho, fez-se necessário compreender quem são estes jovens. Para isso, elegeu-se como um dos objetivos específicos identificar o perfil dos jovens egressos dos cursos do PRONATEC.

Nesta pesquisa, levou-se em consideração a redação do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b), que dispõe acerca dos direitos, princípios e diretrizes de políticas de juventude. A partir do Estatuto, são definidos os seguintes critérios:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. (p. 1).

A identificação do perfil dos jovens foi realizada a partir da análise de 415 fichas de matrícula de cinco cursos de FIC, a saber: Auxiliar Administrativo, Costura, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Modelista e Operador de Computador. Nestas fichas constavam informações pessoais como sexo, estado civil, etnia, escolaridade, local de origem e situação ocupacional dos jovens. O recorte das fichas de matrícula utilizado contempla a juventude situada na faixa etária entre 16 e 29 anos, pois os cursos pesquisados são destinados a pessoas com idade igual ou superior a 16 anos.

A tabulação dos dados obtidos em uma Planilha *Microsoft Excel 2010* forneceu subsídios para três tópicos que se mostraram pertinentes na identificação do perfil deste jovem. O primeiro tópico, intitulado *Jovens do PRONATEC: Quem são?*, apresenta as quantificações acerca das características sexo, estado civil, etnia e escolaridade. Estes dados permitiram realizar uma comparação entre as características dos jovens do PRONATEC e as características gerais da população jovem no Brasil.

No segundo tópico, intitulado *Jovens do PRONATEC: De onde eles vêm?*, foi realizado um mapeamento do local de residência destes jovens. Estes dados podem ser vistos sob dois aspectos: o primeiro mostra os jovens egressos a partir dos municípios onde residem, evidenciando que os jovens não necessariamente realizaram o curso na sede da instituição ofertante das turmas do PRONATEC. O segundo aspecto aponta para a localização dos jovens por região da cidade de Santa Maria, onde a pesquisa foi realizada. Esta localização considerou o agrupamento de bairros de cada uma das regiões administrativas do município.

No terceiro tópico, intitulado *Jovens do PRONATEC: A situação ocupacional*, foi possível visualizar se o público jovem egresso destes cursos estava inserido no mercado de trabalho por ocasião da matrícula.

4.1.1 Jovens do PRONATEC: Quem são?

A análise das fichas de matrícula na etapa quantitativa da pesquisa em questão permitiu visualizar as características dos jovens egressos dos cinco cursos de FIC de maior número de turmas ofertadas no ano de 2013 em uma instituição do município de Santa Maria. Nesta etapa da análise, apresentaram-se as características dos jovens egressos relacionadas ao sexo, ao estado civil, à etnia e à escolaridade.

Contudo, um dado relevante e que seria interessante de analisar diz respeito à questão da renda do jovem e de sua família, pois os cursos de FIC do PRONATEC destinam-se em especial “a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis” (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p. 36). Entretanto, estes dados não constavam na ficha de matrícula e verificá-los junto aos jovens acarretaria contatar a todos para ter acesso a estas informações. Neste sentido, seria necessário um maior tempo para a apuração destes dados, e considerando o período estimado para a execução da pesquisa, este procedimento acabou se tornando inviável.

Os dados disponíveis nas fichas de matrícula permitiram uma fotografia dos jovens egressos, sendo possível verificar diversas características em conjunto com os dados apontados em uma pesquisa por Abramo (2009), na qual o “universo da mostra foi composto por 3.500 entrevistados/as com mais de 18 anos de idade, dando destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos, em função do objetivo central da investigação” (p. 4).

Também foram utilizados dados do Censo 2010 (BRASIL, 2010a) e da Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013f), publicação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). A referida pesquisa é:

[...] estatisticamente representativa do universo da população entre 15 e 29 anos, residente no território brasileiro. Para tal, valeu-se de uma amostra composta por 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. (BRASIL, 2013f, p. 11).

Para identificar o perfil dos jovens, partiu-se das informações disponíveis nas fichas de matrícula. Aqui, são apresentadas as porcentagens referentes ao sexo, estado civil, etnia e escolaridade. No Gráfico 1, “Jovens por sexo”, os dados apresentados são referentes ao número de jovens egressos do sexo masculino e do sexo feminino.

Gráfico 1: Jovens por sexo.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

A pouca diferença verificada na porcentagem da distribuição dos sexos confirma os dados de um relatório de pesquisa sobre juventudes no Brasil coordenado por Abramo (2009), o qual aponta um leve desequilíbrio dentre a população juvenil, em torno de 2%, também com pequeno predomínio feminino. Este mesmo dado também pode ser verificado nos resultados da Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros e aponta a distribuição entre os sexos feminino e masculino no segmento juvenil de 50,4% e 49,6% respectivamente (BRASIL, 2013f).

Considerando os cursos pesquisados (Auxiliar Administrativo, Costura, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, Modelista e Operador de Computador), percebeu-se que a proporção entre homens e mulheres se manteve especialmente em virtude de esta análise contemplar o conjunto dos cinco cursos de FIC em todas as turmas de egressos. Ao analisar curso por curso, turma por turma, percebeu-se, no entanto, uma discrepância entre os valores. Havia turmas onde os

jovens de um sexo se sobressaíam demasiadamente relação ao outro, além de turmas formadas unicamente por jovens de um sexo.

Entre os cursos analisados, foram as turmas de Operador de Computador que refletiram em seu total uma porcentagem mais próxima da encontrada na verificação de todas as fichas de matrícula: 52,46% de jovens do sexo feminino e 47,54% de jovens do sexo masculino.

Quadro 2: Jovens por sexo em cada curso.

Curso	Jovens matriculados	Feminino	Masculino
Auxiliar Administrativo	160	62,50%	37,50%
Costura	31	90,32%	9,68%
Eletricista Instalador Predial	114	5,26%	94,74%
Modelista	49	89,80%	10,20%
Operador de Computador	61	52,46%	47,54%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

Ainda que se verifique no Quadro 2, “Jovens por sexo em cada curso”, a prevalência de jovens do sexo feminino em quatro dos cinco cursos, é necessário constatar que havia porcentagem variada de jovens matriculados. Mesmo que nos cursos de Auxiliar Administrativo e Operador de Computador houvesse maior incidência de jovens do sexo feminino em relação ao sexo masculino, foram as fichas de matrícula dos cursos de Costura e Modelista que indicaram as mais altas taxas de matrículas de jovens do sexo feminino, 90,32% e 89,80% respectivamente.

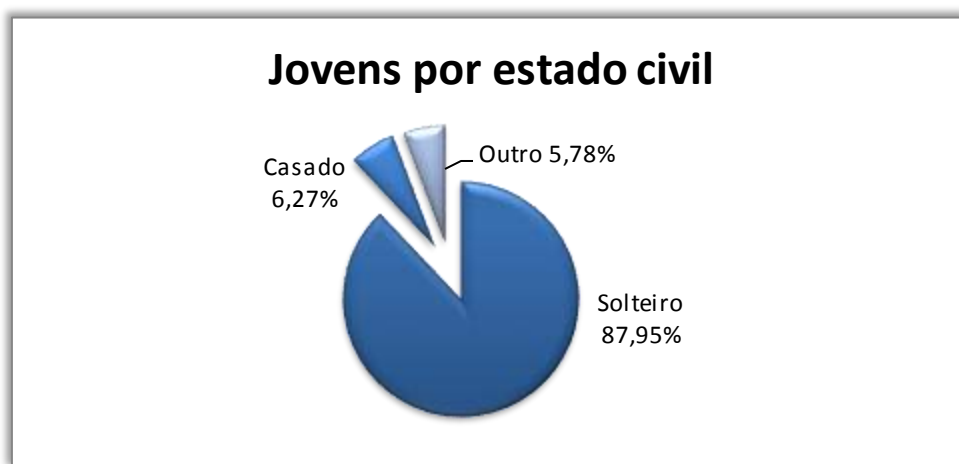
Os jovens do sexo masculino se sobressaíram nas matrículas em turmas de curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão (94,74%). Esta discrepância de adesão dos jovens por sexo nos cursos demonstra que ainda existem cursos exclusivamente masculinos ou femininos.

Salienta-se que os cursos pesquisados foram escolhidos de acordo com o número de turmas ofertadas no ano de 2013 e não de acordo com o número de jovens matriculados. Desta forma, o curso de Costura, por exemplo, mesmo que

tenha ofertado 10 turmas, teve apenas 31 jovens matriculados e foi a partir deste número que a porcentagem relacionada ao sexo dos egressos foi calculada.

No que se refere à declaração do estado civil nas fichas de matrícula, havia três possibilidades: solteiro, casado ou outro. Conforme os dados, 87,95% dos jovens declararam-se solteiros, 6,27% declararam-se casados e 5,78% declararam ter outro estado civil.

Gráfico 2: Jovens por estado civil.

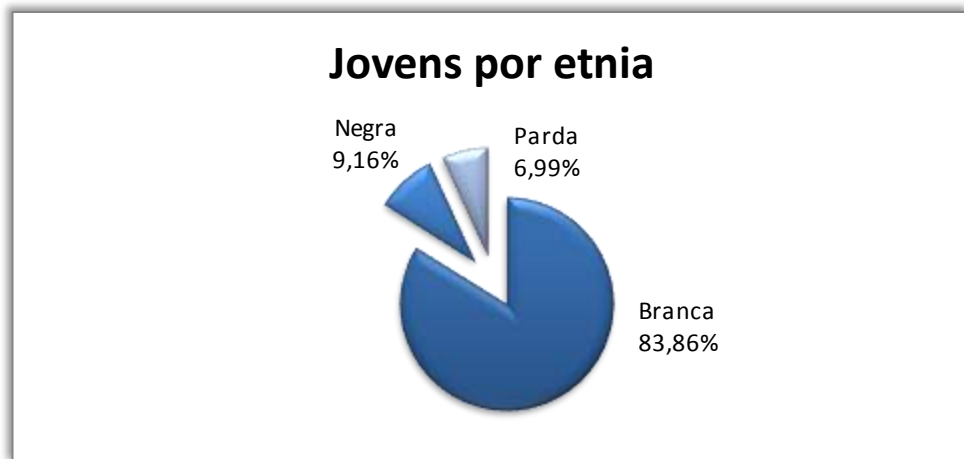


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

Os dados do Gráfico 2, "Jovens por estado civil", podem ser comparados com os referidos na Pesquisa Nacional. Nesta pesquisa, 66% dos jovens se declaram solteiros, enquanto 32% se declararam casados ou vivendo com seus cônjuges (BRASIL, 2013f). O fato de haver uma porcentagem maior de solteiros dentre os jovens egressos dos cursos do PRONATEC em relação ao universo de jovens da Pesquisa Nacional pode estar relacionado à prioridade por qualificação profissional e melhores condições de vida antes de estabelecer um vínculo matrimonial.

Em relação à etnia, ao analisar as fichas de matrícula, também surgiram três possibilidades: branca (83,86%), negra (9,16%) e parda (6,99%).

Gráfico 3: Jovens por etnia.



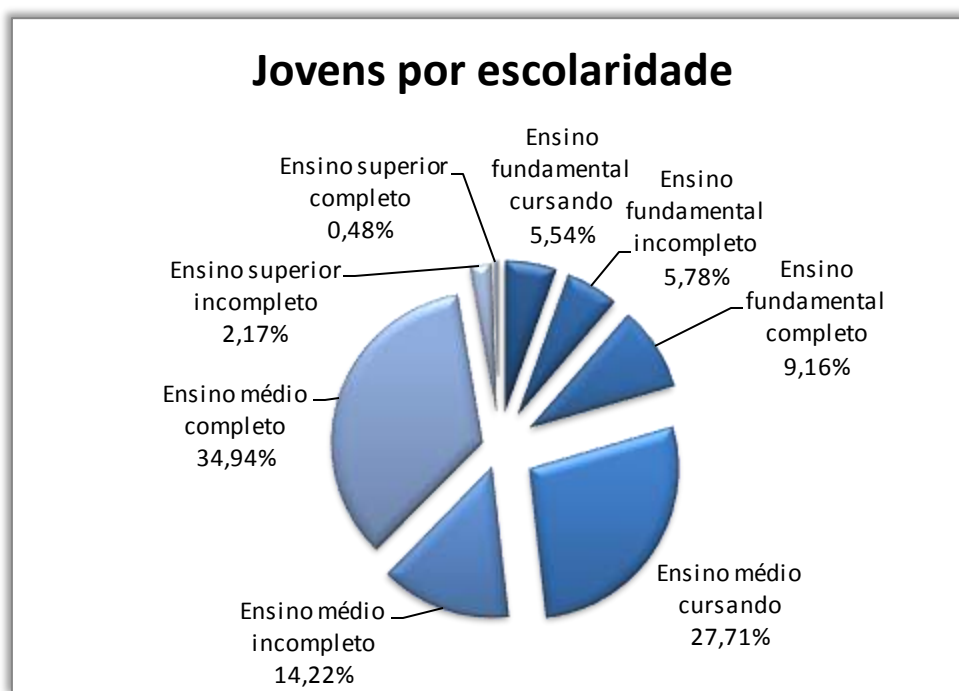
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

Conforme o Gráfico 3, “Jovens por etnia”, há uma discrepância entre os dados verificados na análise das fichas de matrícula tanto com os apontados por Abramo (2009) quanto com os referidos na Pesquisa Nacional (BRASIL, 2013f). A pesquisa coordenada por Abramo (2009) aponta que jovens que se declaram brancos são 37,5%, enquanto 16,2% se declaram negros. Os 46,3% restantes contemplam pardos, indígenas e amarelos (asiáticos e orientais). Por sua vez, a Pesquisa Nacional aponta que 45% dos jovens declaram-se pardos, 34% dos jovens declararam-se brancos e 15% dos jovens declararam-se negros.

Observando estes dados, percebe-se que entre estas pesquisas são poucas as diferenças verificadas na questão da etnia. Porém, perceber na análise das fichas de matrícula um aumento significativo de jovens que se declararam brancos e uma menor taxa de pardos e negros permite inferir que, considerando a colonização do Sul do Brasil, predominantemente branca em relação ao restante do país, é plausível encontrar esta diferença. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que no estado do Rio Grande do Sul, a maior parte da população geral se declara branca, representando 83,2%, seguidos de 11,4% de pardos, 5,9% de negros e 0,4% de amarelos ou indígenas (BRASIL, 2010a). Com isto, a configuração encontrada nas fichas analisadas acaba por refletir a realidade do estado.

A partir dos dados verificados nas fichas de matrícula, também foi possível elucidar um panorama acerca da formação destes jovens. Em relação ao grau de escolaridade, o jovem declarava se estava no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, ou no Ensino Superior.

Gráfico 4: Jovens por escolaridade.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

De acordo com o Gráfico 4, “Jovens por escolaridade”, a maioria declarou ao menos ter iniciado o Ensino Médio, um total de 79,52% que se divide em Ensino Médio Cursando (27,71%), Ensino Médio Incompleto (14,22%), Ensino Médio Completo (34,94%), Ensino Superior Incompleto (2,17%) e Ensino Superior Completo (0,48%). Este número está um pouco acima da média encontrada na Pesquisa Nacional, que aponta que pelo menos 72% dos jovens brasileiros iniciou o Ensino Médio. Conforme a Pesquisa Nacional, “o ganho de escolaridade nessa geração de jovens é um dos fatos mais notáveis na análise das tendências dos

últimos anos no país” (BRASIL, 2013f, p. 22). Com isto, percebeu-se a propensão do aumento da escolaridade entre os jovens a partir de 16 anos.

O Censo 2010 traz que o Ensino Médio representa 46,3% da escolaridade na população geral (BRASIL, 2010a), número inferior ao verificado neste recorte que utiliza apenas dados da faixa etária juvenil. Outra característica refere-se à baixa taxa de adesão de jovens ao PRONATEC que iniciaram um curso superior, apenas 2,65%. Este dado revela que o público jovem do programa é predominantemente aquele que por motivos adversos não ingressou nesta etapa de ensino.

A partir do Quadro 3, “Jovens por escolaridade em cada curso”, é possível verificar que os jovens que ao menos iniciaram o Ensino Médio concentram-se nos cursos de Auxiliar Administrativo, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão e Operador de Computador.

Quadro 3: Jovens por escolaridade em cada curso.

Escolaridade	Aux. Adm.	Costura	Eletricista	Modelista	Op. Comp.	TOTAL
Ens. Fundamental cursando	2	3	3	5	10	23
Ens. Fundamental incompleto	1	2	6	10	5	24
Ens. Fundamental completo	3	5	25	3	2	38
Ens. Médio cursando	54	2	27	7	25	115
Ens. Médio incompleto	26	5	15	8	5	59
Ens. Médio completo	69	10	37	15	14	145
Ens. Superior incompleto	4	3	1	1	0	9
Ens. Superior completo	1	1	0	0	0	2

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

Em relação aos demais jovens, 5,54% ainda estão cursando o Ensino Fundamental e 14,94% de jovens que declararam ter Ensino Fundamental Incompleto (5,78%) e Ensino Fundamental Completo (9,16%), ou seja, estes dados revelam uma defasagem no grau de escolaridade de jovens, ainda não corrigido. Assim, o total de 20,48% dos jovens cuja escolaridade se limita ao Ensino Fundamental, representa um número próximo aos 25% apontados pela Pesquisa

Nacional (BRASIL, 2013f). Para Azevedo e Reis (2013), “a alta taxa de distorção idade-série ajuda a compor o perfil do aluno do Ensino Médio, que é mais velho do que a idade média esperada para esse nível de ensino” (p. 57).

Segundo dados do Instituto Nacional e Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de distorção idade série no Ensino Fundamental no Brasil em 2013 foi de 21% e no Ensino Médio, a taxa foi de 29,5%. No Rio Grande do Sul, estes números foram 22,2% e 28,2% respectivamente. (BRASIL, 2015a). Com isto, legitima-se a distorção idade-série verificada nas declarações acerca do grau de escolaridade dos jovens nas fichas de matrícula.

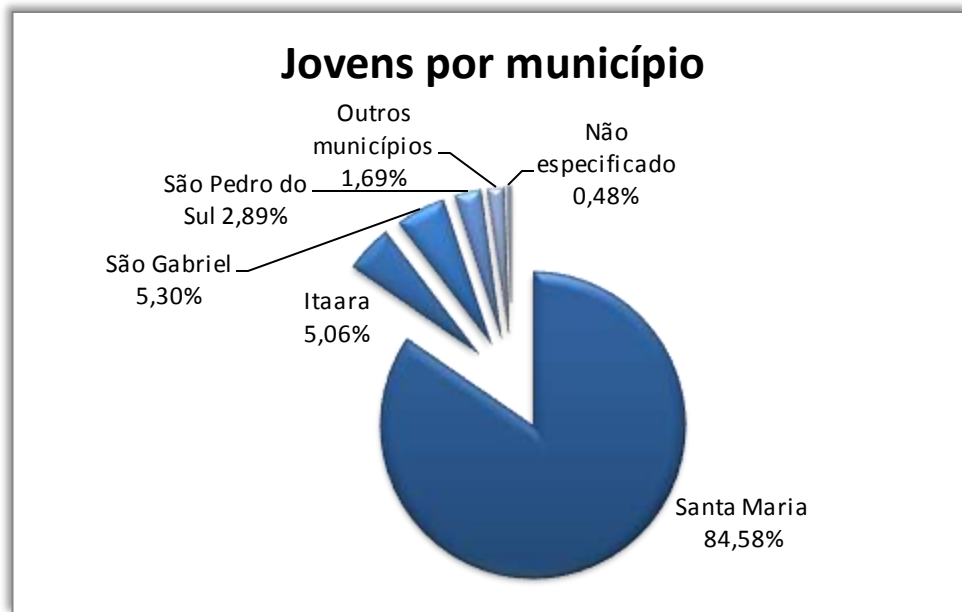
A partir da análise de dados relacionados ao sexo, estado civil, etnia e escolaridade dos jovens egressos dos cinco cursos de FIC do PRONATEC com a maior oferta de turmas no ano de 2013, foi possível visualizar algumas características destes jovens egressos e confrontá-las com dados apontados por Abramo (2009), pelo Censo 2010 (BRASIL, 2010a) e a Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013f). Apesar de não serem estes os dados determinantes para a seleção dos sujeitos da pesquisa, eles se mostraram importantes, pois conhecer o público com o qual se trabalha é fundamental na elaboração das entrevistas.

O tópico seguinte apresenta a origem dos jovens egressos das turmas de 2013, sendo um dos definidores dos rumos desta pesquisa na definição dos critérios de seleção dos sujeitos, conforme exposto na metodologia.

4.1.2 Jovens do PRONATEC: De onde eles vêm?

Os dados levantados apontaram que 84,58% dos jovens, por ocasião da matrícula em um dos cinco cursos de FIC do PRONATEC, residiam no município de Santa Maria, enquanto 14,49% eram provenientes de municípios limítrofes, sendo São Gabriel (5,30%), Itaara (5,06%), e São Pedro do Sul (2,89%) os mais representativos. Os outros municípios citados foram Candelária, Cerro Largo, Ivorá, Mata, Nova Palma, Rosário do Sul e Uruguaiana. Houve ainda o caso de duas fichas de matrícula sem endereço especificado, o que corresponde a 0,48% do total.

Gráfico 5: Jovens por município.



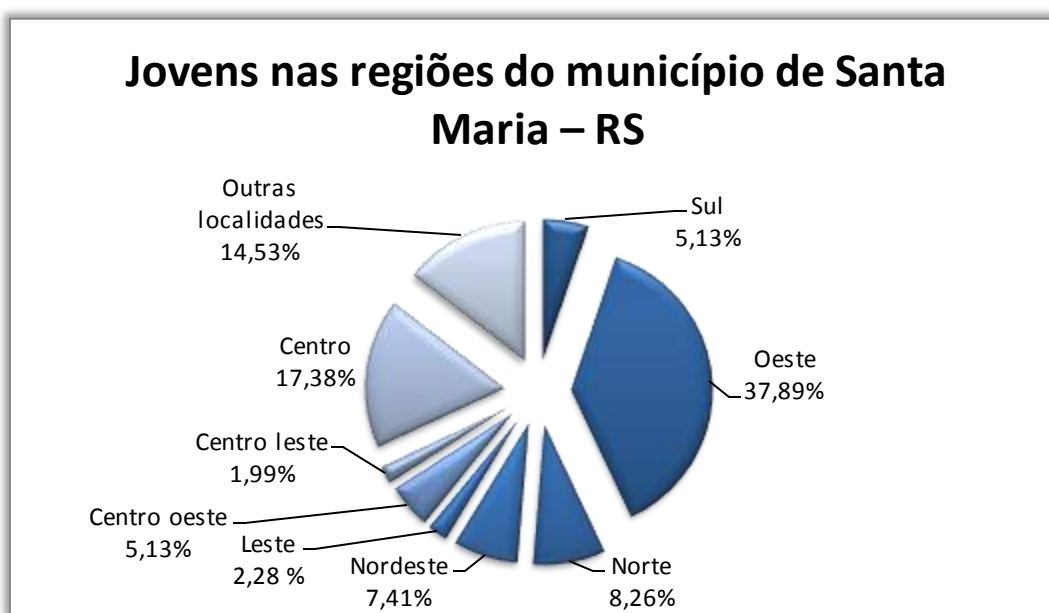
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

A distribuição dos jovens de acordo com os diferentes municípios está apresentada no Gráfico 5, “Jovens por município”. O motivo pelo qual a origem dos jovens nos municípios de São Gabriel, Itaara e São Pedro do Sul se sobressaíram em relação aos demais se refere à oferta de turmas destes cursos do PRONATEC em espaços alternativos às dependências da instituição ofertante em Santa Maria. Este fator refletiu nos critérios para a seleção dos entrevistados, tendo em vista que a declaração de alguns jovens nas fichas de que residem em outro município que não a sede da instituição dificultaria o contato para a realização da entrevista. Sendo assim, é a partir do universo de 351 jovens egressos residentes no município de Santa Maria que se aplicaram os primeiros critérios de seleção para a entrevista.

Para realizar o mapeamento da proveniência deste jovem, tomou-se a divisão por regiões administrativas do município de Santa Maria. Seguem as regiões do município com seus respectivos bairros: Região Sul (Dom Antônio Reis, Lorenzi, Tomazetti, Urlândia), Região Oeste (Agroindustrial, Boi Morto, Juscelino Kubitschek, Nova Santa Marta, Pinheiro Machado, Renascença, São João, Tancredo Neves), Região Norte (Carolina, Caturrita, Chácara das Flores, Divina Providência, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Salgado Filho), Região Nordeste (Campestre do

Menino Deus, Itararé, Km Três, Menino Jesus, Nossa Senhora das Dores, Presidente João Goulart), Região Leste (Camobi), Região Oeste (Duque de Caxias, Noal, Passo d'Areia, Patronato, Uglione), Região Leste (Cerrito, Diácono João Luiz Pozzobon, Pé de Plátano, São José) e Região Central (Bonfim, Centro Urbano, Nonoai, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Medianeira). Esta divisão pode ser visualizada a partir do Gráfico 6, “Jovens nas regiões do município de Santa Maria – RS”.

Gráfico 6: Jovens nas regiões do município de Santa Maria – RS.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

Uma das características verificadas na análise das fichas de matrícula no que se refere ao campo de endereço do egresso foi a designação de alguns endereços, loteamentos, unidades residenciais e vilas enquanto bairros da cidade. Considerando as regiões do município de Santa Maria mencionadas juntamente com os respectivos bairros que as compõem, foi preciso estabelecer outro grupo que contemplasse estas localidades registradas. Assim, 14,53% das fichas representam “Outras localidades” que citaram Santa Maria como município de origem.

Apesar desta particularidade, foi possível ter uma ideia do local de origem dos jovens egressos a partir do restante de fichas catalogadas, as quais somavam 85,47%. Nestas, chamou atenção que 37,89% dos jovens são oriundos da Região Oeste do município, região onde se localiza a instituição que permitiu a realização desta pesquisa, o que representa 133 do total de jovens.

Dentre os bairros compreendidos na Região Oeste, Pinheiro Machado e Tancredo Neves tiveram o maior número de egressos: 30,83% e 27,07% de jovens respectivamente, seguidos pelos bairros: Nova Santa Marta (16,54%), Juscelino Kubitschek (9,77%), São João (6,02%), Boi Morto (4,51%), Agroindustrial (3,01%) e Renascença (2,26%).

Na Região Central de Santa Maria residem 17,38% dos egressos que realizaram os cursos do PRONATEC, compreendendo 61 jovens. Jovens com mais condições para deslocamento e uma maior facilidade de acesso através do transporte público urbano em relação às demais regiões do município são possíveis explicações para esta representatividade de jovens provenientes da Região Central.

Dentre os bairros compreendidos na Região Central, Nossa Senhora Medianeira destaca-se em número de egressos: 40,98%. O Centro Urbano aparece logo após com 24,59%, seguido pelos bairros Bonfim e Nossa Senhora de Lourdes, ambos com 8,20%, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora do Rosário, ambos com 6,56%, e Nonoai, representando 4,92% dos jovens egressos da Região Central.

Nas regiões Norte e Nordeste de Santa Maria residem 8,26% e 7,41% dos jovens, respectivamente. Nas regiões Sul e Centro Oeste residem 5,13% dos jovens em cada uma, seguidas pela Região Leste, com 2,28%, e pela Região Centro Leste, com 1,99% de egressos. Este mapeamento proporcionado pela análise das 351 fichas de matrícula com registro de residência em Santa Maria apontou que, independentemente da região do município, o PRONATEC certificou jovens em cursos de FIC em todas as regiões da cidade.

4.1.3 Jovens do PRONATEC: A situação ocupacional

A tabulação das informações das fichas de matrícula dos cinco cursos de FIC pesquisados possibilitou a visualização das características dos egressos e a

localização dos jovens nas diferentes regiões do município de Santa Maria. As fichas de matrícula também apontaram para a situação ocupacional do jovem no momento da inscrição nos cursos, pois de acordo com Corrochano (2008), “para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para outros, o trabalho faz parte de sua realidade desde cedo” (p. 39).

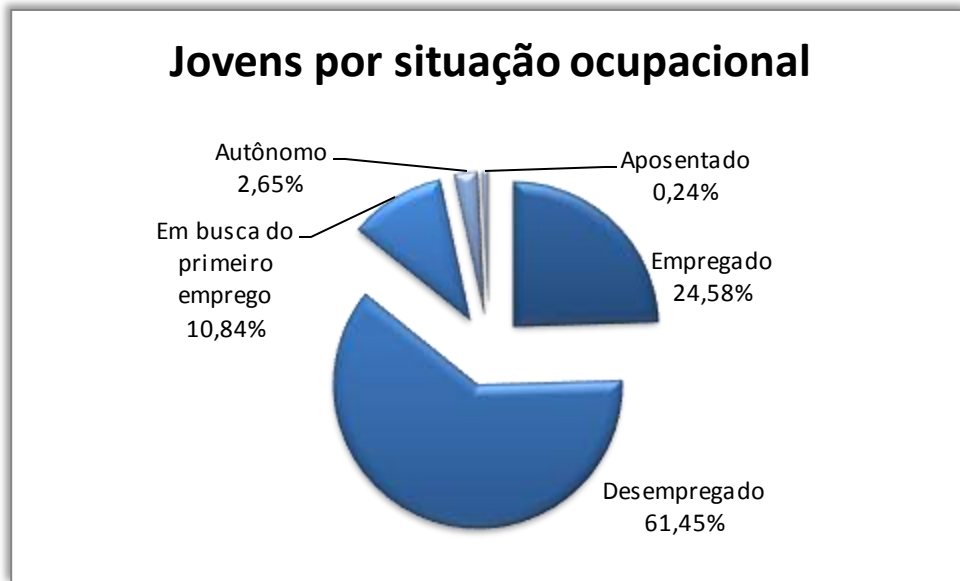
Dentre as opções, constavam as opções: empregado, desempregado, em busca do primeiro emprego, autônomo e aposentado. Em nenhuma ficha este campo foi preenchido com a opção “estudante”. Entretanto, ao verificar os dados dos jovens que se diziam cursando o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio no momento da inscrição, percebeu-se que 33,25% dos jovens, realizaram o curso do PRONATEC concomitante às atividades escolares da Educação Básica. Deste total, 16,67% estavam cursando o Ensino Fundamental e 83,33% estavam cursando o Ensino Médio, independentemente da modalidade. O Censo de 2010 aponta que 36% dos jovens entre 15 e 29 anos estão estudando, ou seja, apresenta um número próximo ao verificado nas fichas de matrícula (BRASIL, 2010a).

No que tange especificamente ao trabalho, a Pesquisa Nacional aponta que 74% dos jovens se encontram presentes no mercado de trabalho, onde 53% trabalham e 21% procuram trabalho. Aqui não se leva em conta se a busca por trabalho relaciona-se ao primeiro emprego ou a uma nova colocação profissional (BRASIL, 2013f).

Ao verificar a questão da situação ocupacional no universo das 415 fichas de matrícula analisadas, chama a atenção o número de jovens que, no momento da inscrição, não estavam inseridos no mercado de trabalho: 72,29%, onde 61,45% eram definidos como desempregados e 10,84% em busca do primeiro emprego. Esta porcentagem pode denotar que os cursos do PRONATEC são procurados por uma maioria que procura dirimir necessidades laborais, tendo em vista que nos cinco cursos pesquisados, esta foi a situação ocupacional de maior representatividade.

A partir do Gráfico 7, “Jovens por situação ocupacional”, é possível visualizar esta questão a partir dos dados das fichas de matrícula disponibilizadas pela instituição.

Gráfico 7: Jovens por situação ocupacional.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas fichas de matrícula.

Os 24,58% de jovens que se declararam empregados e os 2,65% que se declararam autônomos representam pouco mais de um quarto do público, sugerindo que há possibilidade de que este jovem que já se encontra no mercado de trabalho esteja se aperfeiçoando para se manter em sua colocação profissional ou esteja em busca de novas oportunidades.

Uma ressalva, porém, é necessária: um jovem de 26 anos declarou em sua ficha de matrícula estar aposentado. No decorrer da pesquisa, buscou-se investigar essa informação, pois encontrar uma pessoa que se define como aposentada em um universo representado unicamente por jovens entre 16 e 29 anos poderia significar que este jovem estivesse aposentado por invalidez ou que ele recebesse o Benefício de Prestação Continuada (BPC), acessado a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) por pessoas com deficiência em qualquer idade que a impeça de exercer determinadas funções de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 1993), sendo este benefício muitas vezes confundido com a aposentadoria. Ou ainda, poderia representar algum equívoco no preenchimento da ficha cadastral, inserida em uma margem de erro que deve ser considerada em pesquisas quantitativas que trabalham com o recorte de um público específico. No

entanto, após diversas tentativas, este jovem não foi localizado para que o referido dado fosse esclarecido.

Conforme descrito na Metodologia, no item *A definição dos sujeitos de pesquisa*, também houve dificuldade na localização de jovens para participar das entrevistas, o que levou ao contato com jovens que realizaram um curso do PRONATEC no decorrer do ano de 2014 (Mecânico de Usinagem Convencional). As turmas ofertadas no referido ano não tiveram suas fichas de matrícula analisadas, pois a proposta da pesquisa era trabalhar somente com o ano de 2013 como referência. Todavia, levando em consideração as justificativas já expostas para a participação de jovens destas turmas, as entrevistas realizadas com os mesmos se configuraram como relevantes fontes de dados para a análise que segue.

4.2 O que os jovens têm a dizer?

Após realizar as oito entrevistas com os jovens dos cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), emergiram algumas categorias de análise que apresentaram uma reflexão acerca do programa. Estas categorias foram discutidas nos itens que seguem: *O perfil dos jovens entrevistados; Juventudes, educação e trabalho; Do Programa Bolsa Família ao PRONATEC; Avaliação e problematização sobre os cursos; e O acesso ao emprego a partir do PRONATEC.*

4.2.1 O perfil dos jovens entrevistados

A Metodologia apresentou no item *A definição dos sujeitos de pesquisa* um perfil dos sujeitos localizados para as entrevistas, trazendo o nome (foram utilizados nomes fictícios para resguardar a identidade dos jovens entrevistados), curso realizado, idade, estado civil, etnia, local de residência, escolaridade e situação ocupacional. No entanto, características como a percepção deste jovem acerca do seu local de residência, com quem reside, o grau de instrução do chefe de sua

família e onde os seus estudos na Educação Básica foram realizados também emergiram a partir das questões formuladas. Com isto, buscou-se conhecer melhor o jovem sujeito entrevistado, de forma a compreender o seu contexto, as diversas relações que estabelece em sua vida e as suas percepções sobre as temáticas que se fizeram presentes nas entrevistas.

Quanto à percepção dos jovens acerca de seu local de residência, percebeu-se que estes são provenientes de bairros populares. Os jovens enunciaram diversas características dos bairros, dentre as quais se destacaram as condições de moradia no que se refere à pavimentação ou não das ruas, ao acesso a ônibus, a instituições como escola, entre outras. Os jovens dizem: “É um bairro bem tranquilo até. Tem bastante mercado perto. Não tem muito colégio perto, né? Eu acho que é bom.” (Gláucia, 28 anos); “Onde eu moro ali é tranquilo, né? Ali por perto que é meio, tem meio uns problemas, né? Mas ali onde eu moro mesmo é tranquilo.” (Wagner, 27 anos); “Considero ele tranquilo, não tem muito roubo, essas coisas. A minha rua não é asfaltada por enquanto.” (Alfrelí, 23 anos).

Jovens de três das oito regiões administrativas do município de Santa Maria – RS participaram desta etapa da pesquisa. Da Região Oeste, que abriga 37,89% do número de jovens que realizaram um dos cursos pesquisados no decorrer do ano de 2013 segundo o levantamento de dados das fichas de matrícula, cinco jovens foram os participantes das entrevistas. Nesta região está localizada a instituição que ofereceu os cursos do PRONATEC.

Em geral, os jovens residem em bairros que mantêm proximidade com os seus familiares. Eles disseram morar ou junto à família de origem (Denise, Leandro, Alfrelí e Wagner) ou junto à família que constituíram com seus companheiros e os filhos que nasceram desta união (Leonardo e Gláucia), ou ainda constituindo família unicamente com seus filhos (Cleci e Marivone).

No caso de Denise, sua mãe é a chefe da família, enquanto nos casos de Leandro, Alfrelí e Wagner o chefe da família é o pai. O grau de escolaridade da mãe de Denise e dos pais de Leandro e Alfrelí é o Ensino Fundamental Incompleto, enquanto o pai de Wagner concluiu o Ensino Médio. Este dado aponta para a elevação do nível de escolaridade dos jovens, que em relação à geração anterior, está avançando no grau de escolaridade (ABRAMO, 2009).

Com exceção de Gláucia, que apontou o marido como chefe da família, os outros três jovens (Leonardo, Cleci e Marivone) declararam-se responsáveis pelo

sustento da casa. Tanto o marido de Gláucia quanto os demais jovens concluíram o Ensino Médio.

Ainda nesta característica do grau de escolaridade, dois dos oito jovens entrevistados disseram ter estudado no sistema privado de ensino: “Só que não tinha que pagar.” (Leandro, 17 anos); “Eu estudei nos dois, mas mais em escola pública do que em particular.” (Alfreli, 23 anos).

Ter estudado na rede privada de ensino não impede o ingresso em cursos de FIC do PRONATEC. O Art. 2º da Lei Nº 12.513, que instituiu o programa, estabelece a prioridade de atendimento do público-alvo:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. (BRASIL, 2011, p. 01).

Em relação aos jovens que afirmaram ter estudado na rede privada, Leandro foi bolsista durante a realização do Ensino Fundamental e Alfreli foi aluno de escola privada sem bolsa no início desta mesma etapa de ensino. Os demais jovens entrevistados são oriundos da rede pública de ensino. Desta forma, os oito jovens acessaram o PRONATEC respeitando as prioridades estabelecidas por lei.

Com base na exposição destas descrições, foi possível conhecer o contexto dos jovens entrevistados, demarcando os sujeitos de pesquisa através de suas diversidades, características e contextos. Estes jovens, na singularidade de suas experiências, responderam às perguntas do roteiro de entrevista e os seus relatos contribuíram na discussão que permeia os itens subsequentes.

4.2.2 Juventudes, educação e trabalho

Na tentativa de estabelecer uma articulação entre as questões juventudes, educação e trabalho, verificou-se que o desenvolvimento de diversas políticas, com foco na inclusão de jovens através da educação e do trabalho, perpassa as ações que têm como base a ampliação do grau de escolaridade e a inserção no mercado

de trabalho, a partir da ideia de uma promoção de cidadania, dignidade, respeito e desenvolvimento do país (SPOSITO; CARRANO, 2003; GONZALEZ, 2009).

Tendo como base o pensamento de Pais (2005) acerca do conceito de cidadania, o autor aponta que:

[...] estabelece fronteiras e margens entre sociedades e grupos. Uns são enquadrados (os “incluídos”), outros desenquadrados (os excluídos, os marginais). Mas as margens são definidas a partir do centro, isto é, de valores que são próprios de “nós” (os enquadrados) por contraposição a “eles” (os excluídos). Evidentemente que há uma cidadania de *direitos estabelecidos* que, legitimamente, são olhados como estáveis, consensuais, constantes. (p. 57).

O setor público, ao investir em uma determinada população, no caso a população juvenil, realiza uma tentativa de promoção de cidadania pautada na inclusão, com vistas à garantia de direitos, elencando ações que têm por objetivo a redução das desigualdades. Dentre estas ações, a educação profissional aos que vivem do trabalho se configura como um investimento quando direcionado ao público juvenil.

A partir deste entendimento, as discussões sobre juventudes, educação e trabalho, em consonância com as percepções dos jovens sobre estas temáticas, contribuíram no sentido de perceber os entrevistados como sujeitos inseridos em um determinado contexto juvenil, dentre as diversas possibilidades existentes, dando margem ao jovem dizer como ele se enxerga enquanto jovem, bem como as suas opiniões acerca das temáticas: educação e trabalho.

Os entrevistados falaram sobre a formação, a questão da empregabilidade, as perspectivas de futuro, além de se deparar com o próprio momento de vida: a juventude. De acordo com Abramo (2009),

[...] a juventude é vivida e significada de modos muito diferentes segundo as diversas e desiguais situações e trajetórias dos indivíduos; isso implica, também, que variam o tempo de duração e os ritmos dos processos de transição para a vida adulta. (p. 71).

Esta juventude definiu-se a partir de diferentes óticas, destacando-se: enquanto um momento de vida que deve ser aproveitado; uma ideia depreciativa dos jovens na sociedade; uma visão que considera os jovens comprometidos com mudanças; e ainda situando a juventude como uma etapa a ser transpassada para ingressar em uma etapa posterior, que seria o mundo adulto. Esta pluralidade de

entendimentos dos jovens pelos próprios jovens demonstra que “existem grupos e segmentos juvenis organizados que podem falar por parcelas da juventude, mas nenhum deles tem a delegação de falar por todos que fazem parte da mesma faixa etária” (NOVAES, 2003, p. 121).

Por esta razão, as falas dos jovens precisam ser compreendidas não como uma verdade absoluta, mas em uma dimensão sociocultural de acordo com as vivências, o tempo e as experiências destes jovens. Melucci (1997) atribui à definição do tempo que o mesmo “torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal” (p. 8). Neste sentido, na fala de um jovem aparece o valor que a palavra juventude carrega para si: “Acho que é a fase melhor da vida da gente. Juventude! Muita gente tá com as ideias à flor da pele, né?” (Alfreli, 23 anos). Esta compreensão de juventude como algo bom, como um momento de vida que deve ser aproveitado, demonstra que embora haja outros aspectos que podem ser pensados frente às possíveis definições de juventudes, a definição emitida pelo jovem não se configura como implausível ou incorreta. Trata-se tão somente de um ponto de vista que pode ser compartilhado com outros jovens, para os quais esta percepção também traz um significado.

Também se faz presente na definição de juventudes, mesmo no discurso dos próprios jovens, um significado mais contundente, que aponta uma ideia de juventude como uma ameaça aos padrões sociais. Os jovens seriam vistos como um problema a ser resolvido através de intervenções pontuais do Estado, aqui ilustrado pelo combate à criminalidade e à drogadição que foram amplamente divulgados em diversos meios no decorrer da década de 1990, propagados como consequência de uma condição juvenil transgressora, especialmente quando proveniente de camadas populares (ABRAMO, 1997). Os jovens falam: “Eu digo que hoje em dia essa gurizada, porque eu já sou casado e tudo, tenho vida estabilizada, mas eu acho que tão muito liberal esse pessoal aí.” (Leonardo, 25 anos); “Juventude tá meio conturbado esse povo aí. Eu acho que a juventude não leva nada a sério, só quer fazer baderna.” (Gláucia, 28 anos).

Estas falas pontuam uma concepção juvenil ligada aos problemas da sociedade, sem compreendê-la como um possível sintoma de uma configuração social e política que se estabeleceu historicamente no Brasil e em outros países da América Latina. O período de redemocratização, após anos de governos militares, a

recessão e a expansão da pobreza na década de 1980, instauraram um quadro de necessária reestruturação de diversos setores frente às demandas sociais, como “transferência direta de recursos aos mais empobrecidos, programas alimentares, de emprego temporário ou de assistência sanitária” (BANGO, 2003, p. 44). Tratava-se de um viés compensatório porque naquele momento e naquele contexto se fazia necessário estabelecer uma estabilidade político-administrativa, na qual puderam ser definidas ações estratégicas e públicos prioritários. Dentre estes públicos, elegeu-se o jovem delinquente, considerado como um dos principais responsáveis, senão o único, pela desordem e insegurança social. Esta abordagem “contribuiu enormemente no estigma da condição juvenil, questão ainda hoje muito fortemente enraizada no imaginário social” (BANGO, 2003, p. 44).

Ainda que este discurso permaneça e que estas ideias se apresentem como características da percepção do jovem pelo jovem, não se pode generalizar que este entendimento esteja presente na vida da maioria. Há determinados grupos de jovens com atitudes críticas, contestadores (e nem por isso “baderneiros”, aqui retomando a definição presente na fala de Gláucia) e que se engajam politicamente: “Eu acho que a juventude, ela tem o poder de mudar o mundo.” (Cleci, 29 anos).

O poder de mudar o mundo, os pensamentos e os modos de vida podem constatar que a crítica tem um espaço e se faz presente nas juventudes. Quando os jovens dizem: “Eu acredito realmente que a juventude vai melhorar muito as coisas nesse nosso país.” (Cleci, 29 anos); “Acho que de repente é o futuro.” (Wagner, 27 anos), suas falas sustentam uma perspectiva na qual a juventude está sendo vista como responsável por provocar transformações em relação ao atual contexto brasileiro. A participação dos jovens no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), cuja atribuição é a formulação e proposição de diretrizes voltadas às políticas públicas de juventudes, apresenta-se como um exemplo de expressão do engajamento dos jovens. Sua atuação desenvolve-se em áreas artístico-culturais, estudantis, diversidade e igualdade, entre outras, constituindo-se como um “canal de comunicação (direto ou indireto) entre a juventude e os responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas voltadas para este público” (BRASIL, 2010b, p. 12). Desta forma, o CONJUVE contribui na ampliação do diálogo entre os jovens, as organizações de juventudes e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), visando à formulação de estratégias de acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Juventude (PNJ).

No entanto, há ainda uma juventude que não se percebe nem como um problema, nem a partir de um olhar politizado acerca da conjuntura sociopolítica do país. A juventude como um momento de transição para uma etapa de vida posterior, que seria o mundo adulto, esteve presente na fala dos jovens ao considerarem a educação como um importante elemento nesta preparação.

Quando o assunto é educação, os jovens dizem: “Eu tenho notado que hoje em dia, ao contrário de uns anos atrás, que eu tenho quase trinta anos, hoje em dia as oportunidades aumentaram de uma forma muito expressiva. Antigamente, só quem tinha muito dinheiro pra ter um curso superior. Hoje em dia, se tu tiver boas notas, se tu for empenhado, tu consegue um bom diploma.” (Cleci, 29 anos); “Juventude é pra estudar, se formar, estudar e se formar e é isso.” (Marivone, 24 anos). A “saída da escola, seguida da inserção profissional e da constituição de um novo núcleo familiar/domiciliar, com ou sem filhos” (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009, p. 77) ainda são compreendidas como marcos para a entrada na vida adulta.

No entanto, Carrano (2010) pondera que “as etapas da vida obedecem cada vez menos às normatizações e às regulações das instituições tradicionais, como a família, a escola e o trabalho, sem constituírem fases muito bem definidas” (p. 159). Nesta perspectiva, concluir uma formação e conseguir um diploma não demarcariam o término de uma etapa de vida. Mas no caso destas jovens, a possibilidade de ingresso e conclusão de um curso superior apresentou-se tanto como uma demarcação no momento de vida, enquanto uma linearidade de acontecimentos, quanto na representação e no significado do acesso à universidade.

O processo de expansão do Ensino Superior no país, de acordo com Corrochano (2013), fez com que a universidade contemplasse uma maior parcela da população, onde jovens de baixa renda residentes em regiões tradicionalmente excluídas passassem a ter acesso a este nível de ensino. A autora defende que a presença de jovens da classe trabalhadora no meio universitário deve possibilitar a retomada dos estudos de juventudes no que concerne ao ingresso na universidade, pois indica mudanças significativas que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos anos.

Em relação aos avanços no acesso ao Ensino Superior na população jovem entre 18 e 24 anos no país, Corbucci (2009) apresenta que no período entre 1996 e 2007, a taxa de frequência líquida nesta etapa de ensino passou de 5,8% para 13%. No caso da frequência bruta, esta correspondia a 22,7% no ano de 2003, número

abaixo de países como Argentina (60%) e Chile (46,2%). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 apontam um aumento na taxa líquida, que chegou a 14,6%, enquanto a taxa bruta atingiu o percentual de 27,8% (BRASIL, 2014c). Entre os fatores que contribuíram para o aumento destes números, decorreu a abertura de novas universidades federais, a concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em universidades privadas, a concessão de financiamento de cursos em universidades privadas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a oferta de vagas na rede de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Na democratização do acesso ao Ensino Superior, o Plano Nacional de Educação (PNE) estipulou para a Meta 12:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014a, p. 11).

Para alcançar esta meta, o plano utiliza-se de estratégias como ampliar as vagas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita para a formação de professores para a Educação Básica, expandir o financiamento por meio do FIES, entre outras (BRASIL, 2014a). Estas ações permitirão que muitos jovens que concluem a Educação Básica tenham o direito de acessar o Ensino Superior.

No entanto, Corrochano (2013) atenta que mesmo que haja um contingente de jovens que sequer projetava realizar um curso de graduação e que puderam acessar esta etapa de ensino, as trajetórias de vida e a necessidade de meios materiais para a sobrevivência podem acabar impossibilitando que o jovem ingresse e se mantenha na universidade. Quando este jovem não dá continuidade aos estudos, passa a viver do trabalho e constitui família, muitas vezes ele deixa de se perceber enquanto sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, conforme o preconizado pelo Estatuto da Juventude, que define legalmente a juventude no Brasil como estando situada entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013b).

Estabelecer um limite entre ser jovem e ser adulto, no entanto, implica em enxergar a questão juvenil sob diferentes aspectos. Ao tecer considerações sobre

esta transição, Carrano (2010) aponta que este limite “depende tanto dos indicadores relativos às transformações vividas pelo corpo jovem biológico quanto daquilo que se refere aos dados sociais objetivos e às representações que cada sociedade empresta ao conceito de jovem e juventude.” (p. 157). Sobre esta questão, Gláucia (28 anos) diz: “Tu me pegou! Nunca me pensei como jovem. Já tô lá mais pra adiante.”. Esta fala ilustra que a necessidade de prover a casa junto ao marido fez a jovem assumir um papel adulto, percebendo a juventude como um momento de vida já ultrapassado. A jovem complementa que deveria ter se dedicado aos estudos: “Estudar que era bom eu não estudava. Agora que eu tenho mais idade que eu penso melhor, até porque tenho minha filha, tenho que dar o exemplo pra ela.” (Gláucia, 28 anos). Esse “dar o exemplo” presente na fala da jovem aponta que “a família se coloca como uma instância significativa para a compreensão dos projetos de vida dos jovens” (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011, pp. 1075-1076), que se veem responsáveis pela família que constituem.

Ao ser questionado sobre como se enxerga enquanto jovem, Leonardo (25 anos) diz: “Quero me enxergar como agora: estabilizado, tranquilo, gostando do que faço.”. Esta fala remete à definição de Arendt (2007) sobre o labor, o trabalho e a ação. Segundo a autora, estas seriam três atividades humanas fundamentais, onde, o labor corresponderia a um processo necessário à vida, à sobrevivência; o trabalho se apresentaria como uma produção de algo artificial, que se torna objeto para os homens e que difere de um ambiente natural, como por exemplo, a transformação de barro em vaso; e a ação, compreendida como a condição humana da pluralidade, ou seja, somos todos humanos “sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (p. 16). Neste caso, a ação estaria relacionada à sociabilidade, ao pensamento, a uma construção histórica. Voltando à fala do jovem, o emprego, que carrega um sinônimo de estabilidade, seria o labor, as atribuições da atividade que desempenha seriam o trabalho e o gostar de desempenhar estas atividades daria significado à vida do jovem.

Diante deste entendimento, compreende-se porque Manfredi (2002) pontua que “desde os tempos mais remotos na história das civilizações humanas, o trabalho é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades” (p. 33). As inúmeras relações e reflexões estabelecidas a partir do trabalho na vida se tornam objeto de estudo, tendo em vista as variações de seu conceito, conforme o lugar histórico-

cultural em que se situa (OLIVEIRA; SANTOS; CRUZ, 2007). Desta forma, as definições “estar empregado” ou “estar desempregado” dá ao jovem uma identidade, reflexo de uma condição que pode ou não ser transitória, mas que é significativa e o define socialmente.

Fugindo desta dualidade, também eclodiu a partir das entrevistas uma terceira definição na questão da situação ocupacional. Os jovens responderam: “Fazendo curso.” (Leandro, 17 anos); “Tô só estudando. Tô fazendo o técnico.” (Gláucia, 28 anos). Quando o jovem não se define nem como empregado e nem como desempregado, mas sim estudando, realizando cursos de qualificação, ele demonstra não estar enquadrado nestas polaridades. Realizar cursos de FIC ou técnicos é a preparação para o mercado de trabalho. Assim, percebe-se que:

[...] a educação está ontologicamente ligada ao processo de trabalho, pois este exige habilidades e conhecimentos que se transmitem em processo de aprendizagem. Assim sendo, conduz-se à naturalização da ideia de que a inserção no mundo do trabalho pressupõe a passagem por um processo de formação escolar, pois a sociedade entende a escola como uma instituição que tem como função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho. (PINTO, 2013, p. 128).

Conforme Abramo (2005), “as relações entre estudo e trabalho são variadas e complexas, e não se esgotam na oposição entre os termos” (p. 50). Justamente por isto, percebe-se que a educação e o trabalho estão articulados à condição e às representações juvenis. No modo de produção capitalista, o trabalho assumiu a forma de trabalho assalariado, ou seja, a realização de uma atividade em troca de remuneração. Entretanto, há outras formas de trabalho na sociedade, como o trabalho doméstico, o trabalho voluntário e o trabalho cooperativo. Nesta direção, deve-se considerar que o trabalho também é uma representação, atravessado por relações sociais como gênero, etnia, idade, entre outras, não podendo se restringir apenas ao “mundo dos empregos” (CORROCHANO, 2014).

Para jovens de baixa renda, o trabalho se constitui como uma necessidade quando tem em vista o retorno financeiro para suprir necessidades de sobrevivência. Ao explicar os efeitos a médio e longo prazo do Programa Bolsa Família (PBF) e do PRONATEC neste aspecto, Cohn (2013) faz uma diferenciação entre emprego e trabalho. Segundo a autora, “*emprego* é algo que traz a permanência de uma fonte de renda sustentada e digna de vida, enquanto o *trabalho* é algo volátil, o

denominado 'bico', que é uma forma de sobrevivência por excelência" (p. 456), especialmente àqueles que vivem do trabalho.

De acordo com Corrochano (2014), o ingresso precoce de jovens no mercado de trabalho antes de finalizar a Educação Básica se apresenta como uma das múltiplas estratégias para "ganhar a vida". "A inserção precoce, a combinação entre trabalho e Ensino Médio e a postergação do ingresso no mercado de trabalho são resultados da interação de um conjunto de fatores." (CORROCHANO, 2014, p. 214). Mesmo que seja na informalidade, a necessidade do trabalho com retorno financeiro para muitos jovens se torna importante, seja para ajudar no sustento da família, para o consumo de bens materiais ou para a realização pessoal.

Para aqueles que não conseguem um emprego regular, novas formas de contrato passam a fazer parte de sua vida de trabalho: o trabalho temporário, que dura apenas algumas semanas ou meses do ano, o trabalho em tempo parcial, que pode ser realizado em algumas horas do dia ou da semana. (CORROCHANO, 2014, p. 210).

Nas últimas décadas a questão do jovem se inserir no mercado de trabalho tem causado preocupação no âmbito das políticas públicas (FRIGOTTO, 2004). Para os jovens em contextos de desigualdades sociais, a empregabilidade se apresenta como uma forma de sobrevivência, fazendo com que muitos deixem prematuramente a escola. Além disto, não se pode pensar em uma cronologia precisa entre o estar na escola e o ingressar no mercado de trabalho, tendo em vista que existe uma dinamicidade na forma como a escola e o trabalho se relacionam nos modos de ser do jovem atualmente, pois a realidade do mercado, competitivo e celetista, acaba trazendo implicações na relação do trabalho com as juventudes.

Abramo (2005) sugere que "a grande desigualdade social parece estar não tanto no fato de os jovens entrarem ou não no mundo do trabalho, mas no tipo de relação com o trabalho, nas condições e qualidade do trabalho encontrado" (p. 53). Quando questionados, os jovens compreendem o trabalho a partir de diversas perspectivas: "Trabalho: eu acho que tem trabalho aí fora, né? Eu acho que falta é um pouco de qualidade de repente, de qualificação." (Wagner, 27 anos); "Trabalho teria que ter pra todos, né? Mas é uma coisa que tá difícil agora." (Marivone, 24 anos); "Trabalho é necessidade, né? Até mesmo eu tenho que arrumar um serviço." (Gláucia, 28 anos). Estas falas representam jovens que compreendem o trabalho como necessidade de empregabilidade, representando a sobrevivência e o sustento

da casa. Guimarães (2005) resume a questão ao dizer que “é o desemprego, ou a falta de emprego, a faceta problemática do trabalho, sentida praticamente em igual medida por todos os jovens, independentemente de sua condição em face do mercado de trabalho” (p. 160). Trata-se, portanto, de uma necessidade que faz parte da vida e com a qual muitos jovens convivem cotidianamente.

Conforme a faixa etária do jovem e sua responsabilidade com a família que constitui, apresenta-se uma ideia do trabalho como necessidade. No entanto, “não parece seguro afirmar que é apenas a necessidade extrema de garantir a sobrevivência da família que leva os jovens ao mercado de trabalho” (ABRAMO, 2005, p. 53), pois outras questões perpassam esta discussão. Corrochano (2008) complementa ao afirmar que “quando se trata de refletir sobre a condição juvenil no Brasil, a dimensão do trabalho tem sido apontada como central, contendo em si diferentes sentidos para os jovens brasileiros” (p. 31). Além de ver o trabalho como necessidade, os jovens brasileiros também o definem como independência, crescimento, auto realização e exploração (ABRAMO, 2005; CORROCHANO, 2008).

O trabalho se constitui como um modelo de identificação do jovem, podendo trazer consigo uma representação positiva, que além de definir o jovem como sujeito e pertencente a um determinado grupo, faz com que este jovem esteja satisfeito, percebendo a própria vivência da condição juvenil. Os sujeitos de pesquisa dizem: “Trabalho é o que nos deixa feliz, eu acho. Tu tá trabalhando te dá motivação, sabe? Um trabalho seria algo então que estaria completando a pessoa em algo que estaria faltando pra ela, né? Porque vai fazer com que ela se sinta feliz, vai fazer com que ela se sinta mais útil, dedicada nas coisas.” (Denise, 27 anos); “Eu gosto de trabalhar e gosto do que faço.” (Leonardo, 25 anos). Logo, o trabalho é também um valor ou uma referência social. É uma recompensa para além da financeira, não apenas essencial na questão da sobrevivência e do consumo, mas também como “espaço de socialização, de aprendizagem e construção da identidade pessoal e grupal” (LEITE, 2003, p. 156).

É por esta via que se verifica que o sentido da categoria trabalho não diz respeito unicamente à questão financeira. Novaes (2003) aponta que estar no mercado de trabalho se apresenta para o jovem como uma “garantia de acessos a certos bens materiais e também ao respeito e apreço da família” (p. 137). Trata-se, portanto, de um reconhecimento, de um lugar de pertencimento, de uma condição necessária à vida.

Ainda que o mercado informal contemple grande parcela de jovens trabalhadores, é a assinatura da carteira de trabalho o sinônimo da empregabilidade que é considerada estatisticamente nas pesquisas realizadas sobre a situação do mercado no país. Além disto, trata-se de uma garantia de direitos que beneficiam o trabalhador e seus dependentes, como seguro-desemprego, décimo-terceiro salário, férias, aposentadoria, entre outras, apresentando-se concretamente como uma afirmação de pertencimento destes jovens na sociedade. A partir da realização do curso de Auxiliar Administrativo, Cleci (29 anos) conseguiu colocação profissional: “E foi assim que eu tive a minha primeira assinatura em carteira de trabalho.” Esta fala traz uma concepção do trabalho enquanto “um componente essencial da formação do jovem, como indivíduo e cidadão” (LEITE, 2003, p. 157).

Nesse sentido, uma qualificação oferecida por um programa como o PRONATEC “implica um conjunto de ações visando ao atendimento do jovem, de um lado, e do trabalhador, do outro” (PINTO, 2013, p. 115). Todavia, as demandas precisam ser desmistificadas, aferindo se elas surgem a partir das necessidades dos jovens ou apresentam-se como uma forma de regulação e de controle em um modelo de sociedade já constituído. Uma preocupação por parte do Estado pode ser refletida quando este considera necessário intervir pontualmente nas necessidades de jovens em condições de desemprego e baixa renda *per capita*, tendo maior dificuldade de inserção na atividade produtiva. Assim:

[...] é necessário situar as mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que, no Brasil, vem alterando as formas de inserção dos jovens no mercado, com uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares. (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Desta forma, tornou-se importante problematizar quando a elaboração de políticas públicas voltadas aos jovens consideram os seus anseios e as suas expectativas por ocasião da implementação de suas ações. Ao se perceber nos dados trazidos por Paiva, Falcão e Bartholo (2013) de que metade das matrículas em cursos de FIC do PRONATEC foi realizada por jovens trabalhadores de até 29 anos, tornou-se necessário pensar neste recorte específico da população atingida pelo programa. Por este motivo, foi importante analisar o que os jovens pontuaram a partir do roteiro de entrevista sobre *Bolsa Família, políticas públicas e o*

PRONATEC, pois estas categorias fazem parte da vida deste público, emergiram nas falas e estão apresentadas no item seguinte.

4.2.3 Do Programa Bolsa Família ao PRONATEC

O roteiro de entrevista contemplou o Programa Bolsa Família (PBF), porque os seus beneficiários constam como público-alvo do PRONATEC; outras políticas públicas voltadas às juventudes, na tentativa de verificar o que os jovens conheciam ou tinham acesso; e o PRONATEC em si.

O PBF foi criado através da Lei Nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, unificando procedimentos de gestão e execução de ações de transferência de renda do Governo Federal já existentes, como o Programa Bolsa Escola e Programa Bolsa Alimentação. A partir disto, criaram-se as condicionalidades para que famílias em situação de extrema pobreza fossem beneficiadas pelo programa (BRASIL, 2004).

Estas condicionalidades, que tinham por objetivo o acesso a direitos como educação, saúde e assistência social às famílias, demonstraram “que certos determinantes da pobreza precisariam ser atacados durante um tempo necessariamente longo para que as futuras gerações pudessem efetivamente ter condições de superar a pobreza” (PAMA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p. 25). Com esta premissa, uma série de ações se desenvolveu e se articulou no percurso do programa, como a expansão no número de famílias beneficiárias, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que identifica e caracteriza a situação socioeconômica de famílias de baixa renda, o Programa Brasil Alfabetizado, formulado e implementado pelo Ministério da Educação (MEC) e inserido em um dos eixos de acessos do Plano Brasil Sem Miséria, entre outros.

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em 2011 a partir do desenvolvimento das ações do PBF. Desenvolve ações e políticas articuladas nos eixos: “garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. O PRONATEC faz parte do último eixo. Por isto, ele se tornou o protagonista entre as ações do Governo Federal dirigidas à qualificação profissional” (BRASIL, 2014b, p. 358).

Desde a sua criação, o PRONATEC tem se destacado a partir da oferta de:

[...] cursos de Formação Inicial Continuada para a população de baixa renda, por meio dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e escolas do Sistema S. Em julho de 2013, já haviam sido realizadas mais de 600 mil matrículas direcionadas à população do CadÚnico. Os estudantes são, em sua maioria, mulheres (dois terços das matrículas) e jovens de até 29 anos (metade das matrículas). (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p. 41).

Os dados do CadÚnico fornecem informações sobre os beneficiários do PBF que ingressaram no PRONATEC. No entanto, receber o benefício não é um pré-requisito para o acesso dos jovens aos cursos de FIC. Por esta razão, o roteiro de entrevista questionou se a família destes jovens estava recebendo o Bolsa Família. De acordo com o verificado nas entrevistas, quatro das oito famílias recebiam o benefício. Destacaram-se as falas: “Eu recebo pouco menos de um salário por mês e eu tenho também o complemento do Bolsa Família.” (Cleci, 29 anos); “A minha esposa sim. Ela tem duas filhas além da minha, ela tem duas e ela recebe o Bolsa.” (Leonardo, 25 anos).

A articulação do PRONATEC com o PBF combina mecanismos de transferência de renda e a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho a partir das capacitações desenvolvidas pelo Plano Brasil Sem Miséria. Novaes (2003) apontava que esta combinação era um desafio que deveria “ser feito de maneira a universalizar direitos e acessos sem produzir desigualdades” (p. 141). Deste modo, verificou-se na fala dos jovens um avanço no desenho das políticas públicas, especialmente quando se percebe que a colocação no mercado de trabalho destes jovens que recebem o Bolsa Família, a partir da realização dos cursos do PRONATEC, se configuraria efetivamente como um progresso nas questões de acessos e direitos.

Estes quatro jovens que afirmaram receber o Bolsa Família já constituíram família, assumindo compromissos e responsabilidades. Desta forma, o trabalho se apresenta para o jovem não apenas como um direito, mas uma necessidade de sobrevivência. Afinal, “se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade” (ALENCAR, 2010, p. 63).

No caso de Marivone, jovem de 24 anos que reside apenas com sua filha ainda bebê, esta relatou viver de faxinas que realiza esporadicamente, recebendo cestas básicas em meses alternados através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e tendo o auxílio do PBF. Mesmo tendo realizado o curso

de Operador de Computador pelo PRONATEC, ainda não está trabalhando na área. “Não consegui. Itaara aqui é meio difícil. E pra gente conseguir, a gente teria que sair de Itaara e aí fica mais difícil, né?” (Marivone, 24 anos).

Ao constatar que os jovens entrevistados, em sua maioria, permaneceram desempregados, é possível atribuir esta condição à discrepância verificada entre oferta de cursos e demanda de emprego no município. No entanto, a realização do curso do PRONATEC poderia se apresentar como um fator de mudanças na vida dos jovens quando a capacitação possibilita o acesso a uma vaga de emprego próxima à realidade do jovem e do município. A partir disto, exemplifica-se o caso de Leonardo, jovem de 25 anos que também assumiu responsabilidades ao constituir uma família junto à esposa, que tem duas filhas de outro relacionamento, além da filha da relação estabelecida pelos dois jovens. Ele, que realizou o curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, está trabalhando em uma empresa do município de Santa Maria. No entanto, a família que este jovem constituiu permanece como beneficiária do PBF.

Dos demais jovens entrevistados, três relataram que suas famílias não eram cadastradas no programa e um jovem disse que, em virtude da não atualização do cadastro, a sua família não estava mais recebendo o benefício. Assim, mesmo que receber o Bolsa Família não seja um pré-requisito para matrícula nos cursos oferecidos pelo PRONATEC, este dado mostrou-se importante para compreender as condições de vida dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas também questionaram o jovem acerca de outras políticas públicas. Uma característica verificada referiu-se ao pouco conhecimento demonstrado pelos jovens sobre as discussões e ações desenvolvidas, mesmo quando estas políticas abrangem as juventudes. Nem todos os jovens pesquisados conheciam, por exemplo, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). No entanto, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o próprio PRONATEC apresentaram-se como os mais conhecidos. Os jovens falaram sobre o que conhecem: “O PRONATEC e o PROUNI eu conheço.” (Denise, 27 anos); “PROUNI eu conheço porque eu já fiz ENEM.” (Alfreli, 23 anos). O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova realizada pelo MEC e sua nota pode ser utilizada no acesso tanto em vagas no Ensino Superior em universidades federais quanto para a concessão de bolsas de estudos, parciais ou integrais, em universidades privadas através do PROUNI.

Sobre o PRONATEC, as falas dos jovens contemplam a importância dos cursos de FIC sem, no entanto, conhecer verdadeiramente as ações públicas desenvolvidas para a efetivação da oferta destes cursos através de instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas, e outras instituições. Nas falas dos jovens: “O que eu conheço é só sobre esses cursos que eles oferecem. Cursos de informática, esses cursos de costura.” (Denise, 27 anos); “O que eu sei é que é do governo. E pra conseguir tem que possuir menos de dois salários mínimos e que gera empregos também, né? Além do curso que ele oferece, ele gera empregos também já direto no que tu tá fazendo. Isso é o que eu sei mais ou menos.” (Leonardo, 25 anos).

O PRONATEC não estabelece critério de renda para o acesso aos cursos. O benefício do Bolsa Família, por sua vez, é concedido conforme a declaração da renda *per capita* da família. Esta confusão reflete um desconhecimento do público, mesmo quando acessa as políticas. O PRONATEC não é responsável, por exemplo, pela geração de empregos, pois se trata de uma capacitação que possibilita ao conculinte melhores condições de acesso às vagas disponíveis. “Caso queiram se inserir no mercado de trabalho como assalariados, os egressos dos cursos de qualificação profissional contam com serviços para intermediação de mão de obra” (COSTA, 2014, p. 307).

Outras definições do programa também surgiram na fala dos jovens, como a ideia de que se trata de uma etapa inicial de formação. Esta se confirmou na visão de dois dos jovens entrevistados, contemplando ainda um entendimento de que os cursos oferecidos são uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho para quem busca oportunidades. Segundo estes jovens, o programa pode ser definido como um curso para quem busca formação: “Um curso gratuito no caso pra iniciação profissional e a partir dele seguir depois a se especializar mais. É o primeiro que é proposto pra ti se especializar.” (Alfreli, 23 anos); “Eu tava buscando formação, né? Até porque eu ia sair de onde eu trabalhava pra tentar, como é que eu vou dizer? Começar uma nova carreira, digamos assim.” (Wagner, 27 anos).

Estas oportunidades apontam que os cursos do PRONATEC são procurados por jovens que buscam dirimir necessidades laborais. Segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2013), das mais de 600 mil matrículas em cursos do PRONATEC efetuadas em julho de 2013, metade foi realizada por jovens de até 29 anos de

idade, o que mostra a necessidade de considerar a questão da empregabilidade ao se falar em juventudes.

A Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros destaca que a questão da empregabilidade se faz presente na vida de 74% dos jovens brasileiros (BRASIL, 2013f). De acordo com Gonzalez (2009), “as políticas de emprego para jovens não apenas enfrentam um problema social importante, mas também respondem à herança da desigualdade social pretérita e presente.” (p. 120). Desta maneira, o jovem que conhece o PRONATEC realiza o curso e conclui esta formação no intuito de obter uma capacitação que o direcione a oportunidades de emprego, de forma a enfrentar esta herança.

O trabalho carrega consigo uma representação, um sentido socioeconômico para os jovens. Relaciona-se com diversas questões ligadas à heterogeneidade das experiências juvenis e seus contextos, como as condições do local onde o jovem vive esse momento de vida, grau de escolaridade, questões de gênero, etnia, entre outras.

Questionados sobre como tiveram conhecimento sobre o PRONATEC, as plataformas midiáticas foram citadas como principal meio de acesso às informações referentes ao programa, principalmente através de redes sociais na *internet*. Os jovens falam: “É que eu vi na *internet* os cursos que tavam abrindo.” (Leandro, 17 anos); “Eu entrei através do *Facebook* e vi que eles tavam divulgando o curso. Aí eu fiquei sabendo e tive mais um conhecimento a fundo.” (Wagner, 27 anos).

Todavia, esse conhecimento mais aprofundado, compreendido como uma busca por informações sobre os antecedentes e da legislação do PRONATEC, por exemplo, não apareceu na fala dos jovens. A informação que eles acessaram restringiu-se à forma de ingresso nos cursos. Os meios de comunicação costumam noticiar apenas o que tange à oferta destes cursos e as condicionalidades para o ingresso. E é também apenas esta informação que chega ao público pela mobilização estabelecida através da *internet* e outras formas de divulgação. Ou seja, os jovens têm acesso à informação sem, contudo, aprofundá-lo de modo a exercer uma postura mais crítica, tanto sobre o PRONATEC quanto a outros projetos governamentais que se desenvolvem com foco nas juventudes.

Diante da divulgação maciça do PRONATEC, coube questionar o porquê de realizar um curso de FIC oferecido pelo programa. Cassiolato e Garcia (2014) apontam que a meta de oito milhões de matrículas foi considerada ousada no início

do desenvolvimento das ações do PRONATEC, porém, se mostrou possível de ser atingida. Segundo um levantamento destacado por Fernandes (2014), em 2011 realizaram-se 740.922 matrículas e em 2014, o total de matrículas já somava 8.123.689, superando a meta estipulada inicialmente.

Para abarcar um maior número de pessoas acessando os cursos oferecidos pelo PRONATEC, houve uma reavaliação dos pré-requisitos do grau de escolaridade em determinados cursos, não sendo necessária a comprovação através do histórico escolar, tornando-a auto declaratória. “A redução de exigências de escolaridade permitiu que, desde o início do PRONATEC até setembro de 2014, 57% das matrículas foram feitas em cursos que exigem apenas o Ensino Fundamental Incompleto” (COSTA, 2014, p. 295).

O nível de escolaridade exigido para o acesso ao PRONATEC é baixo em função de sua proposta de apresentar noções básicas sobre determinadas funções ou aperfeiçoamento em determinada área que sofra carência de profissionais no mercado. Ou seja, o programa fundamenta-se em uma formação:

[...] técnico-instrumental, voltada para o treinamento da mão de obra para o mercado de trabalho, baseada na pedagogia das competências e habilidades demandadas pelos setores produtivos, orientada pelos princípios da polivalência, empregabilidade, produtividade e competitividade. (GRABOWSKI; RIBEIRO, 2014, p. 3).

A capacitação oferecida a jovens de baixa renda propicia o enfrentamento de necessidades imediatas na tentativa de garantir melhores condições de vida. Nessa lógica, o programa pode ser compreendido como um projeto educativo que, ao ser destinado a estes jovens, propõe uma formação a partir de cursos realizados em um espaço não escolar. Sua capacitação tem por finalidade uma rápida inserção no mercado de trabalho, vendo na garantia de emprego uma condição para resolver um problema histórico de exclusão social de uma população menos favorecida economicamente.

Entretanto, é preciso ter cuidado ao analisar as questões referentes à educação profissional no país. Manfredi (2002) aponta que há um *déficit* no âmbito da Educação Profissional, somado a uma insuficiência das políticas públicas nesta modalidade de educação. Desta forma, faz-se necessário questionar se essa capacitação realmente está atendendo as demandas dos jovens, pois pode estar sendo oferecida apenas para qualificar mão de obra para determinados setores, o

que justificaria a preocupação de inserção de jovens no mercado de trabalho no país nas últimas décadas. Neste sentido, os programas que têm por finalidade a capacitação de trabalhadores devem ser vistos com cuidado. A promessa de rápida inclusão no mercado de trabalho pode ser enganadora no sentido de que muitas vezes os cursos não se apresentam de acordo com as demandas de trabalho, da mesma forma que podem vir a favorecer a inserção de trabalhadores em postos informais e precarizados.

Considerando o elevado número de matrículas e a facilidade nos meios de acesso ao programa, investigou-se a motivação dos entrevistados em realizar o curso. Independentemente da forma como os jovens tomaram conhecimento acerca dos meios de acesso ao programa, questioná-los sobre a motivação em realizar a formação contribuiu na reflexão sobre estes jovens e suas perspectivas.

Em um município como Itaara, com uma população com pouco mais de 5.000 habitantes (BRASIL, 2010a), a possibilidade de realizar um curso de FIC mobilizou os moradores: “Aqui em Itaara era uma chance para todo mundo aqui, esses cursos que vêm de fora, pra nós é uma chance por causa que a maioria do pessoal é baixa renda e não tem condições de pagar um curso particular.” (Marivone, 24 anos).

Esta fala também apresentou outro fator para a realização do curso: a gratuidade. As vagas oferecidas em diversas áreas ampliam um leque de escolhas e oportunidades para quem busca formação. E o reconhecimento da qualificação oferecida se apresentou como um dos motivos para a permanência dos jovens. Denise (27 anos) explica: “A diferença desse curso pra um curso particular aqui em Santa Maria mesmo é muito grande porque as pessoas que dão curso em Santa Maria, os lugares que eu conheço, que a minha mãe fez assim inclusive, não são baratos, e são menos horas. E as professoras que dão aula, dão menos atenção, sabe? Eu achei esse curso bem completo. Além de não pagar e ainda ganhar esses benefícios, é um curso mais completo que esses outros que oferecem particular.”.

Os benefícios que a jovem se refere, são o vale-alimentação e o vale-transporte, previstos no valor das bolsas-formação repassado, por matrícula efetivada, às instituições ofertantes dos cursos. Este valor prevê o custeio de:

[...] mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço. (BRASIL, 2011, p. 4).

Estes benefícios foram citados pelos jovens no decorrer das entrevistas: “É só benefício, né? Além de ganhar a passagem tem uma ajuda de custo assim por dia pra alimentação.” (Denise, 27 anos); “A gente ganhava aquela coisa de lanche eu acho e eu acho que era isso que a gente ganhava. E o vale-transporte também.” (Gláucia, 28 anos). Estas ações desenvolvidas como um incentivo para que o jovem não desistisse, como o vale-alimentação e o vale-transporte, foram citados como fatores para permanecer e concluir o curso. Porém, não foram considerados pelos entrevistados como motivos para realizá-lo. Nesta perspectiva, receber o vale-alimentação e o vale-transporte: “Faz com que o aluno não desista assim do curso, porque não tem um motivo assim pra ti não ir, tu tem a passagem, tu tem tudo, tem como ir.” (Denise, 27 anos).

Sobre as facilidades e motivações encontradas pelos jovens em frequentar os cursos, sobressaiu-se a busca por qualificação profissional, especialmente quando o jovem não estava empregado. Diante disso, deve ser considerada a história de vida do jovem e o seu envolvimento na busca por formação como elementos que influenciaram a conclusão dos cursos. Leonardo (25 anos) diz: “Naquele momento ali eu tava desempregado. Eu fiquei no caso quatro, cinco meses desempregado. Foi o período que eu fiz o curso. Terminei de receber o seguro desemprego e eu já consegui o novo serviço.”.

A preocupação com o mercado de trabalho reitera a questão da necessidade, por viver do trabalho, e da identidade, definindo sua situação ocupacional. Segundo Corrochano (2008), “a realidade da grande maioria de jovens e adultos no mercado de trabalho brasileiro sempre esteve muito mais próxima da instabilidade, das idas e vindas e de um constante ‘se virar’ para conseguir ‘ganhar a vida’” (pp. 30-31). Por esta razão, a maior parte do público que busca qualificação através do PRONATEC:

[...] é formada por cidadãos que fazem parte do desemprego oculto, excluídos do mercado de emprego, talvez os que nem tenham sido reconhecidos como empregados na sua vida, enquanto outros se enquadram propriamente no desemprego aberto e no desemprego oculto pelo desalento. (RIBEIRO, 2014, p. 20).

A busca por qualificação também abrangeu a necessidade de obtenção de conhecimentos para desempenhar funções. Jovens que desempenham atividades informais e buscam qualificação encontram esta possibilidade a partir de cursos de

FIC. Como diz Leonardo (25 anos), “Eu já trabalhava na área, só que sem muita instrução, sem muito saber.”.

Os dados levantados nas fichas de matrícula apontaram que 24,58% dos jovens estavam empregados quando realizaram o curso. E a incompatibilidade de horários se mostrou apenas para um dos entrevistados como dificuldade encontrada em frequentar e acompanhar as aulas: “Ah, eu tive no início por causa que eu tava trabalhando e, tipo, eu dependia de liberação deles lá pra poder vim, né?” (Wagner, 27 anos). Quando questionados sobre as dificuldades em frequentar e acompanhar o curso, os demais jovens emitiram respostas negativas. Alfreli (23 anos) explica: “Porque tudo tu se dedica, né? Tu se esforça ao máximo pra seguir. Mas alguma dificuldade, não.”.

Esse esforço, no entanto, ocorre quando o curso corresponde às expectativas e aos interesses dos jovens. Concluir um curso como o PRONATEC, no qual os jovens não são obrigados a permanecer, demanda que este jovem encontre no curso um significado, o qual é variável de jovem para jovem. Conforme a fala de Gláucia (28 anos): “Eu não tava fazendo nada e daí eu queria fazer um curso. Daí eu me inscrevi pra fazer. Até era o de Modelista que eu tava querendo. Só que quando eu comecei a fazer, não gostei muito do curso. Achei que eu não me adaptei ao curso. O jeito do desenho, das coisas que tinha que fazer. Não gostava mesmo.”.

Se o jovem não se envolve com o curso, é possível que surjam motivações para a evasão. Esta discussão sobre a evasão no PRONATEC se mostrou mais pertinente de ser apresentada no item subsequente, *Avaliação e problematização sobre os cursos*.

4.2.4 Avaliação e problematização sobre os cursos

As questões do roteiro de entrevista abarcaram uma avaliação do PRONATEC, permitindo que os jovens emitissem suas opiniões sobre os cursos, o que eles consideraram como pontos fortes, pontos fracos, explanação acerca da metodologia utilizada e o relacionamento com colegas e instrutores. O intuito deste *feedback* era vislumbrar a formação recebida, de modo a verificar se houve uma preocupação da instituição em relação à qualidade dos cursos oferecidos pelo

programa e consonância com a realidade do jovem, quando de sua criação e implementação. Esta avaliação constituiu-se enquanto um espaço para que o jovem tanto contribuísse na problematização da formação, quanto percebesse a importância de sua fala em relação ao desenvolvimento da mesma.

Os jovens consideraram como pontos fortes do curso a realização de atividades práticas, característica presente na maioria dos cursos de FIC oferecidos pelo PRONATEC. Eles se mostraram mais atraídos no manuseio dos equipamentos de trabalho. De acordo com os jovens: “Tu bota a mão na massa, como se diz.” (Alfreli, 23 anos); “Aprender a mexer nos tornos e fazer as peças.” (Leandro, 17 anos); “Era bom na interatividade das pessoas com o computador, tinha muita gente que nunca tinha mexido, daí a poucos dias já tava bem, interagindo bem com o computador, ligava e desligava, mexia em tudo que era coisa.” (Marivone, 24 anos); “Teorias e práticas. Vamos supor que menos da metade do curso teorias e o restante tudo prática, né? Colocando em prática o que a gente aprendia em teoria.” (Leonardo, 25 anos).

Aqui reside um ponto a ser discutido: se o jovem chega a um curso como o PRONATEC na busca pela prática, ao se deparar apenas com a parte teórica em seu início, não poderia este jovem estar se desinteressando e encontrando nisto uma das possíveis razões para a sua evasão? Este questionamento surgiu porque conhecer o público para o qual se desenvolvem as ações do programa deve se apresentar enquanto uma constante preocupação.

A evasão não pode ser pensada isoladamente, pois está relacionada a diversos aspectos, especialmente quando diz respeito a cursos voltados para a qualificação profissional de um público tão heterogêneo como o juvenil. Neste, situam-se diferentes realidades socioeconômicas, questões relacionadas às convivências familiares, comunitárias, escolares, necessidades laborais, interesses profissionais que muitas vezes divergem dos cursos em que a matrícula é realizada, entre outros. No caso do PRONATEC, a evasão abarca não apenas questões ligadas ao contexto e à realidade de seu público-alvo, mas também diz respeito à formação oferecida pelas instituições, que muitas vezes se apresentam incapazes de realizá-la conforme as demandas tanto da realidade do mercado de trabalho quanto dos jovens.

A própria dinâmica do dia a dia do público-alvo descreve dificuldades para optar por uma oferta de qualificação mais consistente e de maior duração – com alto risco de evasão maciça de alunos, ou por cursos de rápida duração, porém com efeitos ainda mais limitados de cumprir a meta de inserção no mercado. (TROGIANI, 2012, p. 35).

A evasão precisa ser pensada considerando a qualidade do curso que está sendo ofertado e o alto investimento público na realização destas formações. Basta olhar com cuidado para os cursos e verificar a existência de uma desarticulação que compromete a efetividade das ações do programa. Neste caso, cabe às instituições ofertantes dos cursos do PRONATEC, tanto os cursos de FIC quanto os cursos técnicos, identificar o porquê da evasão e como solucionar esta problemática. De acordo com Franco, Gandolfi e Gandolfi (2014) “a evasão é um dos problemas que preocupam as instituições de ensino de um modo geral, levando assim a estudos e pesquisas educacionais sobre o assunto” (p. 3).

De um modo geral, os meios de comunicação costumam noticiar altos índices de evasão no PRONATEC, tanto nos cursos de FIC quanto nos cursos técnicos. No entanto, há de se constatar que, embora haja a divulgação do número de matrículas efetivadas, não há números oficiais divulgados pelo MEC ou pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) acerca da evasão. Trogiani (2012) constata que há outros programas, de caráter tanto educativo quanto social, que também carecem desta informação, pois “não há uma plataforma de dados oficiais que atestem os índices médios de evasão, demonstrando a falta de uma cultura de avaliação mais incutida nos gestores públicos do país” (p. 37). Ou seja, muitas vezes as instituições que oferecem estes cursos não identificam nem os motivos de evasão, nem verificam “a possibilidade de se evitá-la, não demonstrando o interesse em fazer com que o aluno não desista” (FRANCO; GANDOLFI; GANDOLFI, 2014, p. 3).

A partir da fala dos jovens, foi possível elucidar alguns elementos que podem ser pensados como estando relacionados à evasão dos cursos. O desencontro com as suas expectativas, por exemplo, se apresentou como um possível estímulo à evasão. Gláucia (28 anos) diz: “O [curso] de Modelista era muita teoria, muito cálculo, fazer aqueles cálculos das saias, das coisas. Aí já não me chamou muito atenção.”.

Os jovens trouxeram em suas falas certo imediatismo no desenvolvimento de um trabalho, que se apresenta pelo ato de fazer e ver o feito, além de dificuldades

com questões básicas relacionadas ao baixo grau de escolaridade. Esta condição também pode remeter às expectativas dos jovens ao ingressar no curso, visto que os cursos de FIC contemplam a possibilidade de uma rápida aquisição de emprego através do comércio, da indústria e da prestação de serviços. Os cursos oferecidos capacitam jovens e trabalhadores para exercer postos pontuais, cujo retorno financeiro é baixo, porém rápido e capaz de prover parte das necessidades deste público. Nesse sentido, torna-se importante conceber que a qualificação profissional não esteja pautada apenas na questão da sobrevivência a partir de serviços esporádicos, mas garantindo fonte de renda por um longo período àqueles que buscam colocação no mercado de trabalho (COHN, 2013).

Quando questionados sobre a relação com os colegas, a questão da evasão também surgiu. Isso, porém, variou de acordo com o curso, pois implica em um campo amplo, que abarca a disposição e possibilidade real do jovem em frequentar e se dedicar à formação, se é realmente o curso que lhe interessa, se o jovem vê perspectivas após a conclusão do curso, se percebe que o curso na verdade não era exatamente aquilo que ele esperava antes de realizar a matrícula, entre outros. Desta forma, como os entrevistados eram egressos e estavam contemplados em vários cursos, não se poderiam utilizar suas falas para determinar razões específicas de evasão no programa. Mas sobre os colegas, eles dizem: “Alguns que eram mais interessados, os outros não, como qualquer curso normal. Na verdade teve poucas desistências.” (Cleci, 29 anos); “Nossa turma era bastante grande. Aos poucos alguns foram desistindo.” (Wagner, 27 anos).

A causa da evasão dos colegas destes jovens nos cursos investigados pode estar relacionada a inúmeros fatores, como problemas familiares, incompatibilidade de horários, relacionamento com colegas e instrutores, situação socioeconômica, entre outras. Diante disto, não se poderia inferir que um curso voltado unicamente à prática seria suficiente para a não evasão discente. É preciso considerar que a parte teórica nestes cursos tem sua importância, mesmo que muitas vezes esta se volte apenas para o desenvolvimento de uma ação de trabalho propriamente dita em detrimento a uma construção de pensamento crítico, que permitiria compreender o mundo e as inter-relações que se estabelecem entre as juventudes e o acesso a direitos, como educação e o trabalho.

A forma como o trabalhador interpreta a realidade e como ele lê seu processo de trabalho estrutura-se com base nas práticas de formação pelas quais ele passou. A educação profissional, embora não seja a única, poderá ser a mais importante dessas práticas. Nesse sentido é indispensável que o momento de formação se pautem pela expectativa de que os futuros trabalhadores possam ser, antes de tudo, críticos sobre sua própria ação como trabalhadores. (OLIVEIRA, R., 2012, p. 99).

O material utilizado na parte teórica foi citado como um dos pontos fortes dos cursos. Quando questionados sobre o seu conteúdo, evidenciou-se que a proposta dessa formação está de fato voltada somente ao desenvolvimento de uma função específica a ser aprendida e executada no ambiente de trabalho. “Trabalhamos com o polígrafo. É completo, tem bastante assunto. O que tu tiver de dúvida, no polígrafo tá ali e ele te dá o roteiro passo a passo. Digamos que eu quero fabricar um parafuso, ele te dá passo a passo o roteiro pra ti fazer.” (Alfreli, 23 anos); “Um polígrafo completinho e foi seguindo passo a passo, assim, seguindo pelo polígrafo tudo e foi muito bom!” (Denise, 27 anos); “Era tipo um resumão e dali saía tudo o que nós fazíamos.” (Marivone, 24 anos). Essa metodologia utilizada nas aulas teóricas, de forma a desenvolver o conteúdo na prática, evidencia que o foco do curso de FIC é a execução de tarefas. Tendo em vista as características do mercado de trabalho, que exige um profissional com capacidade de comunicação e interação com os colegas de profissão, compreensão das rápidas mudanças em um mundo globalizado, necessidade de trabalho com códigos e sistemas virtuais em aparelhos eletroeletrônicos e computadores que fazem parte do cotidiano, verifica-se que um emprego que antes exigia pouca escolaridade, atualmente requer um profissional ciente da complexidade das tarefas que podem ser desenvolvidas. Desta forma, é necessário pensar criticamente na lógica fragmentada do conhecimento na proposta do PRONATEC, que através de cursos de curta duração, apenas capacita seus egressos sem agregar outros valores à formação, que se fazem necessários à construção de um sujeito crítico e consciente de seus direitos cidadãos.

O encadeamento lógico de conhecimentos necessários ao trabalho é uma necessidade e uma capacitação rápida e específica demonstra unicamente a preocupação em suprir a demanda de mão de obra pontual. Ao se pensar em um projeto educativo voltado às juventudes, não se pode ficar preso somente às disciplinas e aos seus conteúdos, mas pensar nas contribuições sociais que este processo possibilita. Freire (1996) lembra de que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e que as suas experiências de vida devem ser aproveitadas,

relacionando-as ao ensino dos conteúdos. Desta forma, um projeto educativo voltado aos jovens requer justificativa, articulação, realização e comprovação do projeto aos quais as atividades e os conteúdos do ensino atendam. Nesse sentido, cabe refletir que a proposta do PRONATEC acaba por segmentar as suas atividades, cujas propostas muitas vezes não dão sentido às vivências dos jovens, podendo assim contrariar seus objetivos, refletindo no programa um modelo escolar que ainda se mantém e que se busca quebrar.

Na implementação do PRONATEC, algumas medidas foram adotadas. De acordo com Costa (2014), “os professores foram orientados e o material didático foi revisto sob a ótica do público-alvo de baixa renda e baixa escolaridade, o que requereu um grande esforço de adaptação das instituições que ministram os cursos” (p. 294). Esta pode ser uma das razões pela qual em nenhuma entrevista os jovens falaram sobre o PRONATEC como um espaço de discussão e de acesso a direitos sob uma perspectiva de emancipação social a partir da educação e do trabalho. Os jovens também não relataram se os seus conhecimentos e as suas experiências de vida foram considerados pelos instrutores durante a realização do curso.

Se entendemos que a educação profissional deve estar voltada fundamentalmente para a formação de trabalhadores críticos e autônomos, não podemos aceitar um modelo de educação profissional em que não estejam articulados o pensar e o fazer. (OLIVEIRA, R., 2012, pp. 98-99).

A educação profissional também deve voltar-se à emancipação dos jovens. Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é, segundo Freire (1996), a experiência de assumir-se como ser social e histórico, capaz de pensar, de se comunicar e de transformar uma identidade cultural.

“A formação profissional voltada à emancipação do trabalhador e ao enfrentamento do processo de alienação e de precarização que lhe afeta é uma perspectiva de formação do educando em múltiplas dimensões” (OLIVEIRA, R., 2012, p. 98). No entanto, uma educação voltada unicamente à aquisição de competências se restringe ao acesso ao mercado de trabalho.

Sem dúvida nenhuma, essa expansão da educação profissional representa um avanço significativo, uma vez que amplia as possibilidades de educação profissional das juventudes da classe trabalhadora. [...] o grande desafio é superar o projeto de educação profissional na perspectiva da pedagogia das competências e da empregabilidade. (SILVA, 2012, p. 175).

A inserção dos jovens no mercado de trabalho se evidenciou como um objetivo legítimo do PRONATEC, pois eles falaram nas entrevistas sobre uma aprendizagem que ocorre passo a passo, o que atribui um sentido de trabalho a ser desenvolvido na forma de uma ação específica e distante de uma postura crítica. Assim, o programa pode ser visto como capaz de proporcionar rápido acesso ao emprego, articulado com as necessidades do momento de vida dos jovens, mas distante de uma proposta de integração curricular e de uma formação humana integral, sendo estas algumas das principais críticas apontadas em relação aos cursos ofertados pelo PRONATEC (GODOI; CAMPOS, 2014; RIBEIRO, 2014).

Considerando esta perspectiva, o roteiro de entrevista previu a necessidade de verificar se os cursos realizados pelos jovens eram os pretendidos. As respostas tendiam a ser positivas. Entretanto, as motivações na busca da formação variavam, perpassando questões como aperfeiçoamento profissional, realização de um curso próximo ao que o jovem tinha intenção de realizar e que por algum motivo não realizou, e crescimento pessoal, conforme dizem os jovens: “Eu já trabalhava na área, só que sem muita instrução, sem muito saber. Aí eu fiz o curso já querendo.” (Leonardo, 25 anos); “Era o curso que eu queria fazer porque eu acho que isso abre bastante portas porque é um curso no qual eu era uma pessoa muito tímida, daí eu tinha uma certa dificuldade de comunicação com as outras pessoas e fazendo o curso eu fui melhorando muito a minha capacidade de me comunicar com as pessoas.” (Cleci, 29 anos).

Somado a isto, a certificação emitida por uma instituição se apresentou como um dos motivos para o ingresso e conclusão do curso na fala de três dos oito jovens entrevistados. Um destes foi sucinto ao pontuar o seu interesse: “Pegar o certificado.” (Leandro, 17 anos).

Atestar a formação com um certificado emitido por uma instituição reconhecida demonstrou a credibilidade dos jovens em relação ao PRONATEC, sendo um ponto relevante de ser considerado na avaliação do curso. No entanto, os jovens sabem que a comprovação da formação não é garantia de emprego. Eles falam sobre a competitividade e sobre as dificuldades que enfrentarão na busca por colocação profissional, motivos pelos quais procuram as capacitações. Desta forma, a certificação seria um acréscimo no currículo, possibilitando maiores chances de empregabilidade. Este entendimento se encontra presente na fala dos jovens: “Mais um certificado que, eu sei que aí fora tá difícil, cada vez mais, né? E eu acho que o

curso te disponibiliza isso. Chegar ali fora e poder ter pelo menos alguma profissão que tu pode exercer.” (Wagner, 27 anos); “Uma amiga minha me indicou o curso e eu acabei fazendo, o que me facilitou muito a entrada no mercado de trabalho porque com o certificado, melhorou muito o meu currículo.” (Cleci, 29 anos).

Além da certificação, outro ponto considerado forte diz respeito aos instrutores e à forma como o curso era ministrado. De acordo com Freire (1996), não há ensino exclusivo do professor, da mesma forma que não há aprendizagem exclusiva do aluno. O que há é um processo de construção de um conhecimento entre aquele que ensina e aquele que aprende. Na avaliação dos jovens: “Professores que sabem, que têm um conhecimento amplo, né?” (Alfreli, 23 anos); “A capacitação dos instrutores. Essa parte assim de informações que eles passavam.” (Leonardo, 25 anos). Desta forma, os jovens demonstram que esperavam instrutores preparados para desenvolver os conteúdos propostos na ementa dos cursos.

De acordo com Freire (1996), o desenvolvimento das aulas está pautado na relação que o educador estabelece com seus alunos, respeitando a dignidade, autonomia e identidade do educando neste processo. Dayrell (2007) contribui ao pontuar que os jovens esperam uma postura de escuta por parte dos professores, de forma a serem reconhecidos em suas especificidades. Sobre a atenção dos instrutores no desenvolvimento das atividades: “Os professores bastante atenciosos em tirar as dúvidas.” (Wagner, 27 anos). Nenhum professor passa pelos alunos sem deixar sua marca, seja ele autoritário, competente, irresponsável ou amoroso. Às vezes não se imagina como um simples gesto aparentemente insignificante do professor pode representar e contribuir na vida de um aluno (FREIRE, 1996).

Sobre os pontos considerados fracos dos cursos, houve pouca manifestação por parte dos jovens: “Sinceramente eu acho que não tem. Não tem mesmo porque eu não tenho o que reclamar não.” (Leonardo, 25 anos); “Eu não acho que ele foi ruim em aspecto nenhum.” (Marivone, 24 anos). Quando os jovens fogem da pergunta sobre os pontos fracos dos cursos realizados no PRONATEC, não se pode compreender como totalmente verdadeira a não atribuição de críticas negativas por parte do egresso. Estar em uma situação de entrevista na qual o programa está sendo avaliado poderia sugerir aos jovens que apenas atribuições positivas fossem ressaltadas.

Entretanto, recursos de aprendizagem insuficientes na parte prática e uma formação limitada foram duas insatisfações expostas. No curso de Costura, o fato de haver apenas duas máquinas de *overlock* para toda a turma causava transtorno. E a formação no curso de Mecânico de Usinagem Convencional foi vista como muito básica e incompatível com novas as tendências da área. Conforme dizem os jovens: “Aí se tinha algum aluno que precisava fazer algum acabamento nessas máquinas, nessas duas de *overlock*, daí às vezes atrasava um pouco, sabe? Porque alguém ficava ali fazendo e daí demorava um pouco. Essa parte foi ruim.” (Denise, 27 anos); “Hoje tu não vai só trabalhar em torno convencional, em fresa convencional, retífica, mas eu acho que ele é fraco digamos assim em tecnologia. Trabalhar com CNC podiam acrescentar. É um curso no caso que o torno é um Centro Numérico Computadorizado. Daí é um computador que tu programa ele, ele executa a peça. Então agrega mais um conhecimento. Então não devia ser só Mecânico de Usinagem Convencional, teria que ser um ‘Mecânico de Usinagem Mais Amplo’.” (Alfreli, 23 anos).

A meta de oito milhões de matrícula em cursos do PRONATEC em um período de quatro anos foi anunciada sem uma previsão minuciosa dos recursos necessários na capacitação do público-alvo. Ainda que fossem repassadas verbas para instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas e outras ofertantes dos cursos, estas se prepararam primeiramente com o material que dispunham, e que eram utilizados nos cursos que já ofereciam. Godoi e Campos (2014) atentam que as verbas destinadas ao PRONATEC são repassadas conforme o número de matrículas. As instituições têm autonomia na utilização dos recursos financeiros, de acordo com sua demanda. Desta forma, recursos de aprendizagem insuficientes podem estar relacionados com o grande número de matrículas oferecidas sem a devida preparação da oferta dos cursos pelas instituições.

Em relação à formação básica oferecida pelo programa, detendo-se em conhecimentos específicos sem considerar novas tendências que se fazem necessárias na execução do trabalho, como a operacionalização de computadores por profissionais da área de mecânica de usinagem, isto aponta para a necessidade de atualização da ementa dos cursos, sendo necessário adequá-la para a realidade, tanto do mercado quanto do jovem.

Esta inadequação dos cursos com a realidade do jovem, por sua vez, também foi percebida na fala dos entrevistados, ainda que não tivesse sido citada como

ponto fraco do curso. Este tópico, que se apresentou mais próximo à discussão sobre *O acesso ao emprego a partir do PRONATEC*, está abordado no item subsequente.

4.2.5 O acesso ao emprego a partir do PRONATEC

A qualificação oferecida pelos cursos de FIC do PRONATEC não se restringe ao ingresso no mercado de trabalho formal. “A educação profissional há de materializar-se nos espaços formais ou informais, como expressão daquilo que for aglutinador dessa infinidade de interesses” (OLIVEIRA, R., 2012, p. 102). Mesmo que o jovem entrevistado apontasse não possuir vínculo empregatício, com ou sem carteira assinada, definindo sua situação ocupacional atual como desempregado, a capacitação oferecida pelo curso possibilitou ao menos o desenvolvimento de atividades capazes de auxiliar no sustento da casa: “A minha mãe, ela costura em casa e aí eu ajudo ela, sabe?” (Denise, 27 anos). Neste caso, mesmo que o curso de Costura ainda não tenha possibilitado a aquisição efetiva de um emprego, Denise demonstrou que a sua realização propiciou um conhecimento com o qual pode trabalhar em casa, contribuindo na renda familiar. Entretanto, esta situação também legitima a existência de uma precarização cada vez mais presente nas relações de trabalho, na qual a jovem se apresenta como auxiliar de um trabalho informal.

Ao ser questionada se realizou o curso que pretendia, a jovem respondeu: “Era esse e eu gostaria de fazer o de Modelista, mas daí não abriu mais vagas porque eu acho que faltou. Eram poucas pessoas que se interessavam.” (Denise, 27 anos). Esta fala ilustra a questão da busca por uma qualificação contínua, como forma de ampliar seu conhecimento no segmento investido através de um novo curso também oferecido pelo programa. Isto denota credibilidade em relação ao PRONATEC. No entanto, a mesma fala apresenta uma questão importante: a especificidade de público para determinados cursos.

O curso de Modelista, por exemplo, foi pouco procurado pelos jovens entre 16 e 29 anos. De acordo com os dados levantados através das fichas de matrícula, 39,84% dos participantes situavam-se nesta faixa etária nas nove turmas oferecidas em 2013. Já no curso de Costura, o número de jovens caiu para 21,23% nas dez

turmas oferecidas no mesmo ano, demonstrando que esta formação não atende aos interesses da maioria dos jovens, e talvez nem mesmo do município. Os cursos de Costura e Modelista são mais compatíveis com cidades cuja indústria têxtil se apresenta necessária ao orçamento do município, o que não corresponde com a realidade de Santa Maria, cuja economia se baseia na prestação de serviços: educacional, comercial, imobiliário, médico-hospitalar, entre outras. Corrochano (2014) apresenta que 75% dos empregos concentram-se na prestação de serviços.

As dificuldades de emprego nas áreas dos cursos se relacionam com as demandas, tanto dos jovens quanto da realidade do município. Cohn (2013) defende que o PRONATEC deve considerar o perfil e os interesses daqueles que acessam os cursos, bem como as possibilidades da economia local. De acordo com Costa (2014), o número de vagas e cursos oferecidos nas cidades que aderem ao PRONATEC “são negociados entre o poder público, as instituições que ministram os cursos, os trabalhadores e o empresariado” (p. 295), considerando a economia local e deficiências de mão de obra na região, fomentando a contratação dos egressos.

As entrevistas contemplaram a questão da inserção profissional através da oferta de cursos. Um jovem diz: “Queria ver se dá pra achar trabalho sobre usinagem.” (Leandro, 17 anos). Mas quando questionado sobre local para trabalhar na cidade a partir da formação do curso de Mecânico de Usinagem Convencional, este jovem foi direto: “Não sei.” (Leandro, 17 anos). Outro jovem, egresso do mesmo curso, desenvolveu melhor sua percepção sobre este assunto: “Eu acho que pra Santa Maria, é uma área boa. Mas mesmo assim eu acho que não tá, ainda não é aquilo que poderia ser, né? De repente tá faltando alguma indústria grande nessa área que possa disponibilizar mais vagas.” (Wagner, 27 anos).

O curso de Mecânico de Usinagem Convencional capacita o jovem na operacionalização de máquinas de usinagem, como torno, fresa, plaina, retífica, entre outras. Mas os jovens entrevistados reconhecem que o número de vagas disponível para esta área é insuficiente. Wagner (27 anos) complementa: “Se tiver uma vaga fora da cidade com um salário adequado, eu tranquilamente iria. Ele [o curso] tá de acordo com o que pede aí fora, né? Só que eu acho que Santa Maria não tá de acordo com a vaga.”

Segundo Costa (2014), o cruzamento de dados do CadÚnico, do PBF, do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (CAGED) permitiu identificar o número de pessoas que realizaram cursos do PRONATEC e que passaram pelo mercado formal. Estes dados apontam que 430,4 mil pessoas tiveram vínculo empregatício no período entre 2012 e junho de 2014.

Isso significa que 37,6% do público inscrito no PRONATEC Brasil Sem Miséria esteve no mercado de trabalho formal no período. A maior parte é constituída por jovens entre 18 e 24 anos (135,2 mil), seguida por adultos na faixa etária 30 a 39 anos (125,4 mil). [...] Quando se considera a totalidade dos cursos FIC do PRONATEC, o total de pessoas matriculadas alcançou 2,5 milhões (acumulado até junho de 2014) – sendo 800 mil beneficiários do Bolsa Família. Desse universo de 2,5 milhões, 996,7 mil pessoas tiveram acesso ao emprego no período analisado. Dentre elas, 525 mil são pessoas inscritas no Cadastro Único (52,7% do total que teve vínculo empregatício formal). E, do conjunto de pessoas que fazem parte do Cadastro Único, 197,2 mil são beneficiários do Programa Bolsa Família, dos quais 106,4 mil (54%) obtiveram emprego após se matricularem nos cursos do PRONATEC. (COSTA, 2014, p. 299).

O campo de trabalho no município de Santa Maria está mais ligado à área de prestação de serviços. Deste modo, compreende-se porque houve grande procura de jovens que buscaram a formação do PRONATEC em cursos como Auxiliar Administrativo e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Nas quatorze turmas oferecidas no curso de Auxiliar Administrativo, 57,76% dos egressos eram jovens, enquanto nas dez turmas do curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, os jovens egressos representaram 59,69% do total. Quando os jovens egressos destes cursos mais voltados à realidade do município foram entrevistados, percebeu-se que os mesmos obtiveram êxito na busca por uma vaga de trabalho. Os jovens falam: “Eu trabalhava como secretária de um dentista. Mas infelizmente ele teve que sair de Santa Maria e eu acabei ficando sem ocupação.” (Cleci, 29 anos); “Tô empregado e trabalhando na parte elétrica até. Faz dois anos. Salário bom. Comércio, né? É parte elétrica, só instalação predial, essas coisas.” (Leonardo, 25 anos).

Estas falas apontam que quando o curso oferecido está de acordo com a realidade do município, a inserção profissional se dá de maneira mais rápida. Nesta perspectiva, Costa (2014) atenta que o trabalho de:

[...] identificação de oportunidades junto ao empresariado, para adequação das ofertas do PRONATEC (tipos de cursos e quantidade de vagas), deve ser reforçado, de modo a aumentar as oportunidades de absorção dos egressos pelo mercado formal. (p. 318).

Assim, torna-se iminente verificar um impacto efetivo na vida dos egressos destes cursos. Leonardo diz: “Eu sei de quatro colegas meus que tão atuando na área porque é mais contato direto, né? Era uma turma de vinte eu acho.” (25 anos).

As turmas de Auxiliar Administrativo e de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, que tiveram um elevado número de participantes jovens, oportunizaram a estes uma possibilidade rápida de inserção profissional, seja quando o jovem vai ao encontro do emprego, seja quando a oportunidade de emprego surge para o jovem. “O meu patrão mesmo, ele diz que foi buscar o meu nome lá, ele pegou mais que a metade da minha turma que tinha concluído e foi fazendo as entrevistas.” (Leonardo, 25 anos).

Reside nisto a percepção de que o curso oferecido tem uma qualidade, um reconhecimento, fazendo com que a vaga chegue até o jovem quando a qualificação se desenvolve em consonância com as oportunidades de trabalho disponíveis. Além disto, a porcentagem de jovens egressos nestes cursos de Auxiliar Administrativo e Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão em comparação com os cursos de Costura e Modelista, por exemplo, apontam para os interesses destes jovens que buscam qualificação e que vivem do trabalho.

Outro ponto que se apresentou relevante para os jovens após concluir o curso diz respeito ao projeto de vida pessoal, que segundo Leão, Dayrell e Reis (2011),

[...] remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo etc.) em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências. (pp. 1071-1072).

Um jovem disse realizar um curso no Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). No entanto, sentia-se indeciso e viu no PRONATEC uma possibilidade de definir uma área para a sua atuação profissional: “Eu tava meio indeciso ainda dessa área da fabricação e entre a área da administração. Aí o que ajudou isso foi tipo, eu tive mais aula prática do que na faculdade e aí fez eu decidir realmente o que eu quero da minha vida, que é trabalhar com a parte da usinagem.” (Wagner, 27 anos).

O significado do curso para os jovens incide em um campo subjetivo, difícil de ser mensurado. Tudo o que existe e tudo com o que o homem entra em contato se

torna inevitavelmente uma condição para a sua existência. A significação das experiências relaciona-se ao que está no mundo e de alguma forma entra em contato com o ser humano (ARENDDT, 2007). Desta forma, o significado de algo depende das experiências, dos interesses e das identidades individuais estabelecidas pelos jovens com a realidade, os grupos sociais com quem este jovem se identifica e as relações com a família, com a escola e com outras instituições que perpassam suas vivências.

Em suas falas, os entrevistados contemplaram que o curso do PRONATEC trouxe algum significado por ocasião de sua realização, seja ele na questão da definição de interesses profissionais como no caso de Wagner (27 anos), seja na importância para a vida pessoal como no caso de Cleci (29 anos). A jovem diz: “Eu me considero hoje uma pessoa com um pouco mais de cultura. Eu tenho mais condições de me expressar agora. Eu me esforcei bastante pra isso e eu acho que isso valeu muito a pena pra mim.”.

Dentre os jovens entrevistados, foi Cleci quem compartilhou a mudança mais significativa decorrente do curso realizado em sua vida. Mãe solteira, trabalhava como diarista para sustentar a si e ao filho. Após realizar o curso de Auxiliar Administrativo, conseguiu um emprego como secretária de um profissional liberal. Esta jovem trabalhou durante um tempo na área do curso realizado pelo PRONATEC, mas agora se considera desempregada, ainda que tenha relatado na entrevista que trabalha informalmente vendendo roupas para sustentar-se enquanto não consegue outro emprego na formalidade. Constata-se neste relato a visão do trabalho como o sinônimo de empregabilidade que se fez presente na vida da jovem. Cleci (29 anos) diz: “Hoje eu tenho no meu currículo experiências. Eu tenho condições de competir no mercado de trabalho como qualquer pessoa.”.

O trabalho, junto com a educação, a saúde, a alimentação, entre outros, é um direito social inerente a todo cidadão brasileiro conforme o preconizado no Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2012). A fala de Cleci apresenta uma ideia de restrição de acesso ao mercado de trabalho, como se ela estivesse excluída de um direito que é seu e é legítimo. Seu relato aponta que a qualificação no curso realizado a equipararia a outros jovens, que por motivos diversos, já se encontrariam aptos a exercer este direito.

Nesta perspectiva, reside uma contribuição do PRONATEC à sociedade para além do ingresso ao mercado de trabalho: a possibilidade da diminuição de

desigualdades ao investir em uma determinada população como forma de universalizar direitos constitucionalmente estabelecidos, como a educação e o trabalho. Mas uma questão ainda incide nesta problemática: a compreensão e a discussão por parte do público-alvo acerca da intencionalidade das ações do Estado. Afinal, estas ações devem ser problematizadas a partir de dois aspectos: tanto a partir de uma lógica assistencialista, que procura resolver determinadas questões pontuais, quanto na constituição de um movimento emancipatório, que se desenvolve para possibilitar a afirmação e legitimação de direitos inerentes a todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se debruçou no problema “Quais os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho?”, tendo como objetivo geral analisar os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Foram objetivos específicos: Identificar o perfil dos jovens egressos dos cursos do PRONATEC; Verificar a avaliação dos jovens em relação aos cursos ofertados pelo PRONATEC; Buscar o impacto do PRONATEC na vida dos jovens egressos do programa.

Pautando-se em uma abordagem quanti/qualitativa, esta pesquisa se utilizou do levantamento dos dados de 415 fichas de matrículas de jovens egressos de cursos do PRONATEC de uma instituição do Sistema Nacional de Aprendizagem do município de Santa Maria – RS. Também foram realizadas entrevistas com oito jovens.

A análise das fichas de matrícula identificou o perfil deste jovem, fornecendo dados como sexo, estado civil, etnia, escolaridade e situação ocupacional. Estes dados foram comparados com as características gerais da população jovem no Brasil, apresentando-se próximos aos já apontados por Abramo (2009), pelo Censo 2010 (BRASIL, 2010a) e a Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013f).

Percebeu-se pouca diferença em relação ao sexo na população juvenil pesquisada, 50,60% de jovens do sexo feminino e 49,40% de jovens do sexo masculino. Em relação ao estado civil, 87,95% dos jovens declararam-se solteiros, 6,27% declararam-se casados e 5,78% assinalaram outro estado civil nas fichas de matrícula. Quanto à etnia, sobressaiu-se o número de jovens que se declaram brancos, um total de 83,86%, seguido por 9,16% que se declararam negros e 6,99% que se declararam pardos. Desta forma, verificou-se uma discrepância entre os dados apresentados nas fichas e os apontados pelas pesquisas referidas por Abramo (2009) e pela Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (BRASIL, 2013f), onde em ambas prevalecem os jovens que se declararam pardos. Tendo em vista esta configuração, foi necessário considerar que estas pesquisas, cujos dados serviram de subsídio para a comparação, dizem

respeito à realidade do país, que apresenta algumas diferenças em relação à região pesquisada. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há predominância de uma população que se declara branca no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2010a).

Na questão da escolaridade, percebeu-se que a maioria dos jovens que buscaram os cursos do PRONATEC ao menos iniciaram o Ensino Médio, demonstrando que houve um aumento no grau de escolaridade de jovens nos últimos anos em relação às gerações anteriores. Também foi constatada a pouca procura por parte de jovens que iniciaram algum curso do Ensino Superior.

Em relação à situação ocupacional dos jovens, evidenciou-se que o trabalho se faz presente na vida dos jovens pesquisados. De acordo com as fichas analisadas, 72,29% dos jovens não estavam inseridos no mercado de trabalho, declarando-se ou desempregados (61,45%) ou em busca do primeiro emprego (10,84%). Tendo em vista todas estas informações disponíveis nas fichas de matrícula, foi possível identificar o perfil dos jovens que realizaram os cursos do PRONATEC no município de Santa Maria.

Nas entrevistas, as falas dos jovens na análise das questões referentes às juventudes, à educação e ao trabalho, se apresentaram relacionadas em diversos elementos que se constituem como referência às juventudes, fazendo parte de seu cotidiano e possibilitando a constituição de uma identidade juvenil.

A juventude, destacada no plural, é mais do que uma condição biológica delimitada no tempo, devendo ser compreendida em sua dinamicidade, perpassando questões sociais como etnia, gênero, escolaridade, situação ocupacional, entre outras. Nas entrevistas, os jovens destacaram diferentes compreensões sobre as juventudes, entre elas um momento de vida que deve ser entendido a partir de suas características e um momento de preparação para a vida adulta. Uma visão depreciativa acerca da juventude também surgiu nas falas dos jovens, da mesma forma que surgiram falas que perceberam a juventude engajada e comprometida, em uma expectativa de futuro. Esta pluralidade de percepções reside na diversidade de modos de viver a juventude em seus mais variados aspectos e contextos. Reconhecer estas diferentes formas de compreensão das juventudes é um importante mecanismo na desmistificação de um discurso demasiadamente negativo ainda presente, no qual o jovem é considerado como um dos responsáveis pela desordem e insegurança social.

A partir deste discurso, e levando em consideração que a desigualdade social do país se apresenta em âmbitos históricos, sociais, econômicos, culturais, entre outros, o investimento no público juvenil a partir de políticas especialmente direcionadas aos jovens de baixa renda com vistas à escolarização e à inserção no mercado de trabalho foi ganhando espaço na agenda governamental. No entanto, percebeu-se que os jovens não têm um conhecimento mais aprofundado sobre estas políticas, seja em seu desenvolvimento, seja nas discussões que se realizam em torno delas.

A relação que se estabelece entre as temáticas escolaridade e inserção no mercado de trabalho vão além da diminuição de desigualdades e efetivação de direitos, pois tratam-se de questões que interessam aos jovens e carregam consigo significados na constituição de uma identidade juvenil. Desta forma, as políticas públicas direcionadas aos jovens, no que se refere à educação e ao trabalho, precisam considerar a heterogeneidade deste público, devendo tornar-se efetivamente emancipatórias e não apenas se apresentarem como ações pontuais que interessam à solução de problemas sociais e econômicos.

Ao se verificar a aproximação das temáticas juventude e desemprego, no início dos anos 2000 a partir do aumento do número do desemprego entre os jovens em comparação com o desemprego na população geral, oportunizou-se o desenvolvimento de articulações entre a inserção no mercado de trabalho com políticas educacionais. Neste cenário surgiram programas, dentre os quais destacam-se o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), além da ampliação da oferta de cursos técnicos para capacitar trabalhadores através da Formação Inicial Continuada em escolas técnicas e entidades do Serviço Nacional de Aprendizagem. Diante disto e do desenvolvimento do Plano Brasil Sem Miséria, no qual se inserem ações de garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva, o PRONATEC foi instituído para atender estudantes do Ensino Médio da rede pública, trabalhadores e beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (BRASIL, 2011).

O PRONATEC contribui no acesso à educação profissional, oportunizando capacitação em áreas como comércio, indústrias, setor de transporte, entre outras. Esta oferta de cursos procura resolver emergencialmente a falta de mão de obra, tendo em vista uma rápida inserção no mercado de trabalho como forma de

amenizar as demandas imediatas do setor produtivo. Entretanto, a execução do programa por instituições do Sistema S é alvo de críticas por facilitar repasses de verbas públicas às instituições privadas. A Rede Federal poderia ofertar de forma intensa o PRONATEC, através de Escolas Técnicas e Institutos Federais, diminuindo o repasse de recursos públicos às redes de lógica privada, especialmente quando se percebe que muitos cursos concebem suas ementas centradas em uma lógica de mercado, que tem sua eficiência, mas que se apresenta contraditória na lógica de uma formação para o exercício de cidadania.

A delegação de autonomia às instituições do Sistema S na criação e execução dos cursos reforça uma dualidade estrutural entre o Ensino Médio e a educação profissional. Isto pôde ser evidenciado quando os jovens da pesquisa falaram sobre a metodologia utilizada nos cursos do PRONATEC, que enfatiza a execução de tarefas, sem espaço para a discussão de assuntos como a educação e o trabalho. Assim, torna-se um desafio superar a lógica da pedagogia das competências, com vistas unicamente à inserção no mercado de trabalho, o que acaba por deixar de lado uma formação humana integral.

Também foi verificada uma desarticulação entre a proposta do PRONATEC com a Educação Básica, ainda que a lei que instituiu o programa apresente que um de seus objetivos é a ampliação do grau de escolaridade. Uma das críticas apontadas ao programa diz respeito à delegação para quem acessa os cursos em se preocupar com a elevação no grau de escolaridade.

Outra crítica refere-se à proposta de Formação Inicial Continuada do PRONATEC, cuja oferta de cursos de curta duração está voltada aos trabalhadores dos setores de serviços, amparada em uma lógica imediatista de inserção e qualificação em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente de um profissional com conhecimentos generalistas. Por esta razão, a formação voltada para o desempenho de determinadas atividades acabou sendo vista pelos jovens como básica e incompatível com as novas demandas das vagas disponíveis no mercado de trabalho. Dentre as razões, destacam-se a desvinculação dos cursos às demandas, tendo em vista que os cursos não consideram nem a realidade dos jovens, nem da região onde são oferecidos. Os cursos são os mesmos ofertados há tempos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem através da Formação Inicial Continuada, planejados nacionalmente sem qualquer vinculação com os projetos de vida dos jovens, o que acaba por influenciar nos índices de evasão.

Com uma meta inicial de oito milhões de matrículas, as instituições ofertantes dos cursos do PRONATEC se prepararam com as ementas e os espaços com os quais já trabalhavam habitualmente. Desta forma, verificou-se uma necessidade de atualização dos cursos, além da discussão nas instituições sobre a realidade do público que busca esta formação.

Na avaliação dos cursos, os jovens apresentaram a certificação emitida pela instituição ofertante como um dos pontos fortes do programa, ainda que esta não seja garantia de emprego. O reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos instrutores também foi considerado um ponto favorável aos cursos. Estas características estão relacionadas a uma credibilidade depositada pelos jovens na instituição ofertante.

No geral, os jovens entrevistados disseram ter realizado os cursos que pretendiam. Ao mesmo tempo, eles trazem que os cursos nem sempre estavam de acordo com a realidade local, como no caso dos cursos de Costura, Modelista e Mecânico de Usinagem Convencional, pois no município de Santa Maria, as ofertas de vagas de trabalho estão ligadas à prestação de serviços. Por esta razão, os jovens dos cursos de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão e Auxiliar Administrativo relataram êxito na inserção profissional, estando um jovem empregado e outra jovem já tido a inserção a partir do curso realizado, por estes cursos se apresentarem mais próximos à realidade do município.

Entretanto, a formação voltada à execução pontual de tarefas se apresentou como um dos pontos fracos do curso. As tendências de trabalho e renda no país também devem ser consideradas quando se institui um programa como o PRONATEC. Assim, percebeu-se que a oferta de cursos aos jovens que vivem do trabalho deve considerar estes fatores para que a inserção no mercado de trabalho se apresente de forma efetiva.

O PRONATEC não pode ser pensado como um programa permanente, especialmente porque a sua contribuição no processo de qualificação no enfrentamento das necessidades de inserção profissional se apresenta de certa forma ineficiente, tomando por base o fato de que dos oito jovens entrevistados, apenas um jovem encontrava-se inserido no mercado de trabalho formal no momento da entrevista. Além disto, é necessário que o programa possibilite àqueles que acessam seus cursos uma compreensão sobre as questões de educação e de

trabalho e, especialmente, direcionando os jovens à elevação do grau de escolaridade.

Em relação ao PRONATEC, constatou-se que poucas produções acadêmicas se debruçavam neste programa quando o referencial teórico desta pesquisa foi iniciado. Todavia, conforme a discussão e a análise dos dados obtidos através das informações das fichas de matrícula e das entrevistas eram realizadas, foram publicadas novas fontes de informações sobre o PRONATEC, entre estudos acadêmicos e publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Isto evidenciou a importância de estudos e pesquisas que destaquem o programa, suas condicionalidades, suas ações, seu público, suas articulações, seu desenvolvimento e sua contribuição para o país.

Espera-se que a presente pesquisa tenha contribuído nos estudos sobre as juventudes, ampliando o pensar acerca das relações que a educação, a educação profissional e o trabalho estabelecem com o público jovem. Espera-se também que a história de vida dos jovens, seus projetos de vida e a contextualização de suas experiências juvenis sejam considerados nos estudos de juventudes e na implementação das políticas públicas, cujo conhecimento de suas articulações deve chegar a todos que acessam as suas ações.

No entanto, esta discussão não se encerra aqui. É preciso lembrar que houve uma grande dificuldade na localização dos jovens egressos. Na realização desta pesquisa, partindo de um universo de 415 fichas de matrículas do ano de 2013, apenas oito jovens foram localizados e se disponibilizaram a participar da entrevista. Destes jovens, deve-se lembrar que três jovens participaram dos cursos do PRONATEC realizados no decorrer do ano de 2014. Desta forma, apenas cinco jovens que participaram das entrevistas realizaram um dos cinco cursos de FIC com maior número de matrículas no ano de 2013 na instituição pesquisada. Assim, as entrevistas com tais egressos corresponderam a uma amostra pequena. Onde estarão e o que estarão fazendo os outros 410 jovens egressos?

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de educação**. n. 5 e n. 6, mai-dez., 1997. P. 25-36.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo – SP: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

ABRAMO, H. W. et. al. **Relatório Nacional Brasil** – Pesquisa sobre Juventudes no Brasil. 2009. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1434/1434.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2014.

ALENCAR, M. M. T. de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo – SP: Cortez, 2010. P. 61-78.

APRENDIZ LEGAL. **Perguntas frequentes 2012**. 2012. Disponível em: <http://www.aprendizlegal.org.br/custom/documents/Miolo_PerguntasFrequentes_AprendizLegal_2012_FINAL.PDF>. Acesso em: 01 jul. 2015.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro – RJ: Forense Universitária, 2007.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, J. C. de.; REIS, J. T. Democratização do ensino médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, J. C. de.; REIS, J. T. (Orgs.). **Reestruturação do ensino médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo – SP: Fundação Santillana, 2013. P. 25-48.

BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V. de. e PAPA, F. de C. **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo – SP: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P. 33-55.

BAPTISTA, T. A. O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a inclusão do primeiro emprego. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. P. 131-146.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BELONI, B. M; WOSNIK, E. C.; PEREIRA, A. L. Contexto histórico e políticas públicas da educação profissional no século XXI: apontamentos introdutórios. In: **Anais do NUPEN, IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, Campo Mourão – PR, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 29 abr. 2014.

_____. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**, Brasília, DF, 9 jan. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003. **Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens**, Brasília, DF, 22 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.748.htm>. Acesso em: 29 abr. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 145 de 15 de outubro, **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília – DF, 2004.

_____. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. **Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude e dá outras providências**, Brasília, DF, 30 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM**, Brasília, DF, 10 jun. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências**, Brasília, DF, 25 set. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Conselhos de juventude: fortalecendo diálogos, promovendo direitos**. 2010b. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3680/Guia_de_Conselhos_2010.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2010.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**, Brasília, DF, 26 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Resolução nº 01 de 21 de fevereiro de 2013. **Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito do Sistema Único da Assistência Social**, Brasília, DF, 21 fev. 2013a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/cnas-2013-001-21.02.2013-scfv.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**, Brasília, DF, 5 ago. 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 27 mai. 2014.

_____. Portaria MEC nº 899, de 20 de setembro de 2013. **Aprova a terceira edição do Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC**, Brasília, DF, 20 set. 2013c. Disponível em: <<http://sites.unasp.edu.br/porta/secretariageral/Documentos/BDE/2013-2/1658.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da educação básica 2012**: resumo técnico. Brasília – DF: INEP, 2013d.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa I - caderno II: O jovem como sujeito do Ensino Médio**. CARRANO, P. C. R. et. al. (Orgs.). Curitiba – PR: UFPR/Setor de Educação, 2013e.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. 2013f. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1981/1981.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**, Brasília, DF, 25 jun. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. 2014b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. 2014c. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2014d. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **A história do MTE**. 2014e. Disponível em: <<http://www2.mte.gov.br/institucional/historia.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Indicadores educacionais**. 2015a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PRONATEC**. 2015b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/pronatec>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Comitê de ética em pesquisa**: regimento interno do CEP/UFSM. sd. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/images/REG-CEP.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

CABRAL, E. A. Política pública: o que é e como se faz. In: CABRAL, E. A. et. al. **Sistema de garantia de direitos**: um caminho para a proteção integral. Recife – PE: CENDHEC, 1999. P. 131-140.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília – DF: IPEA, 2009. P. 109-128.

CARRANO, P. C. R. O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta. In: FERREIRA, C. A. et. al. (Orgs.). **Juventude e iniciação científica**: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro – RJ: EPSJV, UFPR, 2010. P. 143-167.

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. **PRONATEC**: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Brasília – DF: IPEA, 2014.

COHN; A. Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, C.; NERI; M. C. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília – DF: IPEA, 2013. P. 455-466.

CORBUCCI, P. R. et. al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília – DF: IPEA, 2009. P. 91-108.

CORROCHANO, M. C. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. Universidade de São Paulo, 450 p. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Sociologia da Educação: São Paulo – SP, 2008.

_____. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao Ensino Superior. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba – SP. v. 18., n. 1., mar., 2013. P. 23-44.

_____. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho?. In: DAYRELL, J. T.; CARRANO, P. C. R.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2014. P. 205-228.

CORROCHANO, M. C.; NAKANO, M. Jovens e trabalho. In: SPOSITO, M. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)** v. 2. Belo Horizonte – MG: Argvmentvm, 2009. P. 17-61.

COSTA, P. V. da. et. al. A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília – DF: MDS, 2014. P. 289-321.

DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**. n. 24, set-out-nov-dez, 2003a. P. 40-52.

_____. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, M. V. de. e PAPA, F. de C. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo – SP: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003b. P. 173-189.

_____. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & sociedade**. Campinas – SP, v. 28, n. 100 – Especial, out., 2007, p. 1105-1128.

DAYRELL, J. T.; CARRANO, P. C. R. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. 2003. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2014.

FALEIROS, V. de P. Juventude/Juventudes no Brasil. In: **Anais do II Simpósio Internacional Sobre Juventude, Violência, Educação e Justiça**, Porto Alegre – RS, 2008. Juventude, Violência, Educação e Justiça, Porto Alegre – RS: UFRGS/THE UNIVERSITY OF TEXAS, v. 1. 2006.

FANFANI, E. T. Culturas jovens e cultura escolar. Documento apresentado no **Seminário Escola Jovem: um novo olhar sobre o ensino médio**. Organizado pelo Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Coordenação-Geral do Ensino Médio. Brasília – DF. De 7 a 9 de junho de 2000.

FERNANDES, J. H. P. Acesso à educação e combate à desigualdade: o papel da educação no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília – DF: MDS, 2014. P. 543-560.

FRANCO, J. C. M.; GANDOLFI, P. E.; GANDOLFI, M. R. C. Principais fatores da evasão do programa de qualificação profissional PRONATEC SENAI/Ituiutaba – MG. In: **Anais do XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro – RJ, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, A. S. et. al. As novas formas de governo das juventudes: desemprego e violência nas políticas públicas. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro – RJ, v. 37, nº 2, mai-ago., 2011.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Orgs.). **Juventude e Sociedade**. São Paulo – SP: Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 180-216.

GODOI, J.; CAMPOS, R. A relação público-privado que se estabelece no PRONATEC no Ensino Médio Profissionalizante. **Roteiro**, Joaçaba – SC, v. 39, Edição especial, 2014. P. 183-204.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília – DF: IPEA, 2009. P. 109-128.

GRABOWSKI, G.; RIBEIRO, J. A. R. PRONATEC e impactos no currículo da educação profissional na Brasil. Artigo apresentado no **I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro sobre Questões Curriculares**. Organizado na Universidade do Minho. Braga, Portugal. De 18 a 20 de setembro de 2014.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo – SP: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 149-174.

LASSANCE, A. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo – SP: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. P. 37-72.

LEAL, M. C. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo – SP: Cortez, 2010. P. 147-164.

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & sociedade**. Campinas – SP, v. 32, n. 117, out-dez., 2011, p. 1067-1084.

LEITE, E. M. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M. V. de. e PAPA, F. de C. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo – SP: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P. 121-141.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo – SP: EPU, 2012.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo – SP: Cortez, 2002.

MARTINS, C. H. dos S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das juventudes: reconhecer para dialogar. **Revista educação**, Santa Maria – RS, v. 36, n. 1, jan-abr., 2011. P. 43-56.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista brasileira de educação**. n. 5 e n. 6, mai-dez., 1997. P. 5-14.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade?. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro – RJ, v. 9, n. 3, jul-set., 1993. P. 239-262.

NOVAES, R. C. R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de. e PAPA, F. de C. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo – SP: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P. 121-141.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas – SP: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, R. de. Por uma educação profissional democrática e emancipatória. In: OLIVEIRA, R. **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas Públicas em debate**. Campinas – SP: Papyrus, 2012. P. 83-105.

OLIVEIRA, H. C. de.; SANTOS, J. S. P. dos.; CRUZ, E. F. C. O mundo do trabalho: concepções e historicidade. In: **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís – MA. De 28 a 30 de agosto de 2007.

PAIS, J. M. Jovens e cidadania. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa – Portugal. n. 49, 2005. P. 53-70.

PAIVA; L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, C.; NERI.; M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília – DF: IPEA, 2013. P. 25-46.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista brasileira de educação**. n. 5 e n. 6, mai-dez., 1997. P. 15-24.

PINTO, L. T. C. **Educação profissional no Brasil (2003-2012): Uma análise das categorias trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA, e-TEC e PRONATEC**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes: Cascavel – PR, 2013.

QUEVEDO, M. de. Educação Profissional no Brasil: formação de cidadãos ou mão de obra para o mercado de trabalho?. **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura – Rehutec**, Bauru – SP, v. 1, n. 1, 2011. P. 147-160.

REGATTIERE, M.; CASTRO J.M. **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. 2. ed. Brasília – DF: UNESCO, 2010.

RIBEIRO, J. PRONATEC diante da inclusão excludente e da privatização da formação. **Revista Textual**, Porto Alegre – RS, Sinpro/RS, v. 1, n. 19, mai., 2014. P. 16-21.

RIBEIRO, E.; LÂNES, P. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo – SP: Pólis, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIERRA, V.M.; MESQUITA, W.A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo – SP: Fundação Seade, v. 20, n. 1, jan-mar., 2006. P. 148-155.

SILVA, J. A de A. As especificidades das políticas de qualificação profissional para a Juventude. In: OLIVEIRA, R. **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas Públicas em debate**. Campinas – SP: Papyrus, 2012. P. 163-180.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V. de. e PAPA, F. de C. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo – SP: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003. P. 57-75.

SPOSITO, M. P.; CARRANO. P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**. São Paulo – SP, n. 24, 2003. P. 16-39.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo – SP: Atlas, 1987.

TROGIANI, C. de R. et. al. **Desafios para a implementação do Programa PRONATEC/Osasco sem miséria**. Fundação Getúlio Vargas, 150 p. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas) Escola de Administração de Empresas de São Paulo: São Paulo – SP, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Confidencialidade

Título do projeto: O significado do curso do PRONATEC e a inserção no mercado de trabalho do jovem egresso do programa

Pesquisadores responsáveis: Lucas Andrade Ananias, Nara Vieira Ramos

Instituição / Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Educação

Telefone para contato: (55) 9617-2242, (55) 3220-6147

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria

Os pesquisadores se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de questionários e entrevistas realizadas com o auxílio de gravadores de voz. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima, através de nomes fictícios, e serão mantidas na sala número 3339A do Prédio 16 do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Avenida Roraima, 1000, CEP 97105-900 - Santa Maria – RS, por um período de 5 anos sob a responsabilidade do Prof.(a) Pesquisador(a) Nara Vieira Ramos. Após este período, os dados serão destruídos.

Esta pesquisa foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 06/11/2014, com o número do CAE 38415614.1.0000.5346.

Santa Maria, _____ de _____ de 2015.

Pesquisador Lucas Andrade Ananias

Orientadora Prof. Dra. Nara Vieira Ramos

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: O significado do curso do PRONATEC e a inserção no mercado de trabalho do jovem egresso do Programa

Pesquisadores responsáveis: Lucas Andrade Ananias, Nara Vieira Ramos

Instituição / Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Educação

Telefone para contato: (55) 9617-2242, (55) 3220-6147

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria

Prezado(a):

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa de forma totalmente voluntária. Sua participação consiste em responder aos questionamentos de um roteiro de entrevista, o qual será gravado. Antes de concordar em participar da entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Analisar os impactos efetivos do PRONATEC na vida e na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas formuladas sobre a temática, que abordam questões relacionadas sobre o perfil do egresso do curso do PRONATEC, expectativas do curso do PRONATEC, avaliação do curso do PRONATEC e o significado do mesmo para a sua vida.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos: A participação na entrevista não representará riscos físicos ou psicológicos para você. Porém, caso você sinta algum desconforto ou incômodo, você poderá desistir de participar, sem prejuízo de qualquer ordem.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº 1000 - CEP: 97.105-900 Santa Maria – RS, 2º andar do Prédio da Reitoria. Telefone: (55) 3220-9362 – E-mail: cep.ufsm@gmail.com

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____,
estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Participante

Pesquisador Lucas Andrade Ananias

Orientadora Prof. Dra. Nara Vieira Ramos

Apêndice C – Roteiro de Entrevista**Idade:** _____**Sexo:** Masculino Feminino**Estado civil:** Solteiro Casado / Vive junto Outro _____**Etnia:** Amarela Branca Indígena Negra Parda Outra _____**Filhos:** Não Sim. Quantos? _____**Qual seu bairro?** _____**Como é o local onde você mora?**

Com quem você mora?

- Companheiro(a)
 Filho(a)
 Mãe
 Pai
 Outros? _____

Quem é chefe da casa?

- Você
 Mãe
 Pai
 Outro _____

Qual é o grau de instrução do chefe da sua família?

- Ensino fundamental (1º ao 4º ano)**
 cursando incompleto completo

- Ensino fundamental (5º ao 9º ano)**
 cursando incompleto completo

- Ensino médio**
 cursando incompleto completo

- Ensino superior**
 cursando incompleto completo

Qual é o seu grau de instrução?

- Ensino fundamental (1º ao 4º ano)**
 cursando incompleto completo

- Ensino fundamental (5º ao 9º ano)**
 cursando incompleto completo

Ensino médio

cursando incompleto completo

Ensino superior

cursando incompleto completo

Você estudou em...

Escola pública

Escola particular

Ambos

Qual a sua situação ocupacional atual?

Empregado

Desempregado

Outro _____

1. Desde quando você está empregado / desempregado?

2. Como é / era o seu emprego?

3. Com quanto aproximadamente você contribui na renda familiar?

4. Sua família recebe algum benefício do governo, como por exemplo, o Programa Bolsa Família?

5. Além do Bolsa Família, você conhece outra política do governo? Quais?

PROJOVEM

PRONATEC

PROUNI

Outra _____

6. Como você tomou conhecimento destas políticas?

7. O que você conhece sobre o PRONATEC? Fale o que sabe sobre o programa.

8. Porque realizou um curso do PRONATEC?

9. Você estava empregado antes de realizar um dos cursos do PRONATEC? Você ainda está empregado no mesmo segmento?

10. Você realizou o curso que queria? Qual foi o curso?

11. Houve dificuldades em frequentar e acompanhar o curso? O que te fez concluir o curso?

12. O que você achou do curso?

13. Fale sobre os pontos fortes do curso:

14. Fale sobre os pontos fracos do curso:

15. Como o PRONATEC contribuiu em relação à sua qualificação profissional?

16. O que mudou em sua vida após realizar o curso?

17. O que você pensa sobre...

a) Juventude;

b) Educação;

c) Trabalho.

18. Como você se enxerga enquanto jovem?